

Sumário

Número de notícias: 79 | Número de veículos: 47

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro critica reforma tributária e a associa ao comunismo 7

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancada do agro articula novas alterações à reforma tributária no Senado 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT se divide em isenção fiscal e irrita presidente 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula e Arthur Lira têm total capacidade de construir uma parceria 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e estabilização macroeconômica - SAMUEL PESSÔA 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O maior benefício social da história - VINICIUS TORRES FREIRE 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A menor possível (Editorial) 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer manter controle sobre Reforma Tributária até o fim de 2024 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer concluir Reforma Tributária no Congresso até 2024 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disputa da cesta básica - De camarão e salmão a filé-mignon, todos querem ter alíquota zero 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reformas vão ampliar o mercado de capitais 23

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

JR Agro: Diretor de Negócios da Abiove analisa impactos da Reforma Tributária no setor (JR Agro) 26

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunião entre Lula e Lira sobre possível reforma ministerial é adiada e deve ficar para agosto 27

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta para mercado de carbono será enviada em agosto, diz Marina	28
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA 2,5 mil investidores com R\$ 756,8 bilhões de patrimônio: entenda o que são os fundos exclusivos que o governo quer tributar	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Mordida nos super-ricos virá na MP das Offshores	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Reforma tributária não mira ajuste das contas	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA "Alguns subsídios não fazem mais sentido hoje"	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Cautela e canja de galinha - ELENA LANDAU	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Haddad nega que taxar renda tenha o objetivo de cumprir meta fiscal	37
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Setor de energia teme brecha para um novo imposto	38
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Reformas devem ajudar economia, diz Haddad	39
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL VALOR E AUTO REFORMA TRIBUTÁRIA Como a reforma tributária pode afetar o mercado de carros	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Senado fica responsável por corrigir eventuais equívocos da reforma - CLAUDIA SAFATLE	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Lula cria força-tarefa com ministros para atrair evangélicos	44
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA O semestre do imposto de Lula-Haddad - VINICIUS TORRES FREIRE	46
JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA Haddad: reforma sobre renda e consumo não visa aumenar arrecadação	47
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Ministério da Fazenda apresenta propostas para reformas financeiras	49
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	

Reforma sobre renda e consumo não visa aumento da arrecadação	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Produtores de óleos vegetais e grãos temem nova taxaço estadual	52
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pontas soltas da reforma tributária - CELSO MING	54
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Orçamento do novo PAC está fechado, diz Simone Tebet	55
JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
A reforma do IR é que enche o cofre	56
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
O impacto da reforma nas exportações (Artigo)	58
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Temos um manicômio tributário"	59
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária, tamanho do governo e ilusão fiscal (Artigo)	60
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad prevê reforma da renda	62
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Exceções da Câmara podem "distorcer" proposta, diz Tarcísio	63
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad volta atrás e deixa apresentação de reforma da renda "para o final do ano"	64
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Tributo sobre exportações vai gerar nova guerra fiscal"	65
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Setores vão ampliar pressão por mais exceções durante votação no Senado	67
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mais de 40 pontos da reforma dependerão de regulação por lei	68
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA	
A segunda fase da reforma tributária (Editorial)	70
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo já prepara regulamentação da reforma	71

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apesar de avanços, governo precisa evitar retrocessos (Editorial) 73

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Restaurantes estimam reajuste de até 20% sem tributo reduzido 75

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O governo não pode temer o debate - ZEINA LATIF 77

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende que desoneração da folha seja discutida junto com IR 79

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad belisca calcanhar de vidro de Guedes sem tocá-lo 80

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ajuste do Imposto de Renda será feito após aprovação da reforma tributária, diz Haddad
..... 81

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad não será amado pela Faria Lima se justa taxaço de super-rico passar 82

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

É #FAKE que reforma tributária acabe com direito a herança 84

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dezessete municípios mineiros terão perda de arrecadação 85

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Quem tem de pagar menos tributo é o cidadão" 86

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por uma justiça fiscal 87

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alcance da reforma depende do Senado (Editorial) 88

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota do IVA vai ser "calibrada", diz Haddad 90

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de óleo e gás teme que falta de lei complementar "paralise" Repetro 91

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação a patrimônio cresce, e Estados veem "alternativa" às portas da reforma 93

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma tributária de um Brasil brasileiro 96

Quarta-Feira, 2 de Agosto de 2023

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após votar dividida, bancada evangélica quer ampliar isenção para igrejas97

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR: Haddad quer conversar antes com empresários 98

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Europeus anunciam R\$ 242 bilhões em investimento na América Latina e Caribe 99

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma autoriza municípios e estados a definir alíquotas próprias101

PORTAL R7 - NACIONAL - JR NA TV
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudo alerta que reforma tributária pode gerar imposto sobre o consumo de 28,04%
..... 103

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Só faltam escandalosos juros caírem , defende Alckmin 104

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad contesta alíquota de 28% para IVA estimada por estudo105

PORTAL UOL - UOL CONFERE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Súmula do STF não determina que Reforma Tributária seria inconstitucional106

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Quanto mais excessões, menos vai funcionar', diz Haddad sobre reforma tributária
..... 109

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ipea diz que reforma tributária atual pode gerar imposto federal de 28%; Haddad contesta
cálculo 110

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nordeste pede fatia maior do FNDR111

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O problema é o gasto (Editorial)113

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA do Brasil pode ir a 28% e se tornar o maior do mundo114

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em tempos de reforma tributária, uma comparação entre Brasil e EUA115

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Enxurrada de exceções abre discussão sobre alíquota do novo IVA117

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma pode impactar uso de créditos fiscais118

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ribeiro trabalhará com Braga na reforma 120

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve ser "comemorada", diz economista.....121

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária pode ter impacto em créditos fiscais das companhias..... 124

Bolsonaro critica reforma tributária e a associa ao comunismo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a associar a **reforma tributária**, ainda em discussão no Congresso, ao comunismo, em publicação no Twitter hoje.

Bolsonaro citou a fala do presidente Lula (PT) , feita no mês passado, em que o petista diz ter orgulho de ser chamado de comunista .

Na publicação, o ex-presidente escreve supostas consequências que o atual texto da **reforma tributária** poderia causar e diz que as portas do comunismo seriam abertas.

Inflação , desemprego e desabastecimento desajustariam a economia, abrindo-se as portas para o sonhado comunismo , escreveu.

No último dia 6, Bolsonaro já havia associado a **reforma tributária** ao comunismo , quando orientou sua base na Câmara dos Deputados a votar contra o texto. Porém, a proposta foi aprovada com folga na Casa, inclusive com 18 votos do PL.

Após a aprovação da **reforma tributária** na Câmara, no dia 6 deste mês, a proposta ainda será analisada no Senado.

A previsão é de que o relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) seja apresentado em outubro para votação no Senado.

O senador já sinalizou que pretende fazer alterações no texto aprovado na Câmara, o que fará com que a proposta tenha de voltar para os deputados.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/23/bolsonaro-critica-reforma-tributaria-e-a-associa-ao-comunismo.htm>

Bancada do agro articula novas alterações à reforma tributária no Senado

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

Mesmo conseguindo promover uma série de alterações no texto da **reforma tributária** na Câmara, a bancada do agronegócio no Congresso articula novas demandas do grupo no Senado. Entre as demandas, estão reduções maiores nas alíquotas que afetam o setor, mais incentivos regionais, aprimoramento da imunidade de **tributos** na exportação e exclusão do artigo que abre brecha a estados e municípios para criarem novo tributo sobre produtos primários e semielaborados.

"Estamos negociando com o relator e a liderança do governo no Senado", indicou o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), vice-presidente da bancada. Os parlamentares do agro já alinharam uma série de medidas que terão a articulação intensificada após a volta do recesso parlamentar, em agosto. "Naturalmente, detectamos alguns pontos que o Senado, como Casa revisora, precisa trabalhar. Quem produz não pode ser penalizado, tem que ser privilegiado", acrescentou Marinho.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Os parlamentares vão trabalhar para derrubar uma inovação acrescentada de última hora ao texto na Câmara, permitindo que os entes federados criem **tributos**, com cobrança até 2043, sobre produtos primários e semielaborados, incluindo alimentos, minério de ferro e petróleo, por exemplo. Essa possibilidade seria dada a estados com fundos de investimento em infraestrutura e habitação e permitiria o uso dos recursos nesses setores.

A avaliação da senadora e ex-ministra da Agricultura e Pecuária Tereza Cristina (PP-MS) é de retrocesso ao agronegócio, com novas taxações recaindo não só para o agronegócio, mas afetando todos os produtos e commodities para exportação. "O artigo precisa ser revisado", afirmou. A parlamentar lembrou que a **reforma tributária** "é esperada por todos há muitos

anos" e que "o Senado pode melhorá-la".

Outro ponto de reivindicação é a redução da alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O agro terá carga tributária 60% menor que alíquota-padrão, segundo o texto-base aprovado na Câmara. A nova proposta visa aumentar a redução para 80%.

A bancada também quer aperfeiçoar pontos em relação ao imposto seletivo, pensado para taxar produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O entendimento é que o texto está amplo e pode abrir margem para muitas cobranças. A agronegócio quer garantir que não haja incidência do tributo sobre agrotóxicos e quer impedir cobrança sobre insumos da cadeia produtiva.

"O agro não é problema, ele é solução. Quem conhece as dificuldades do campo e trabalha pelo bem-estar do cidadão sabe que a felicidade e a competitividade do agro são inegociáveis", sinalizou o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR). Ele reconhece, no entanto, que houve avanço favorável à bancada na Câmara e, por isso, o apoio ao texto foi confirmado.

O relator da tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), já declarou que vai negociar com as bancadas e, apesar de não ter adiantado quais mudanças estaria disposto a acatar no parecer, sinalizou que elas ocorrerão. "Dizer o contrário seria cassar o mandato de 81 senadores e tirar o direito de apresentar propostas de alterações".

A ideia de Braga é votar o texto no Senado e devolvê-lo para a Câmara em outubro. O senador disse ser "quase impossível" a ideia de fatiamento do texto, alternativa que tinha sido sugerida como uma maneira de a matéria passar com mais agilidade pela Casa.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/bancada-do-agro-articula-novas-alteracoes-a-reforma-tributaria-no-senado-21072023>

PT se divide em isenção fiscal e irrita presidente

BERNARDO MELLO

Com apoio de parlamentares do PT, a retirada de benefícios fiscais para a indústria automotiva nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no âmbito da **Reforma Tributária**, gerou fogo amigo no partido e irritou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As isenções foram um pedido do próprio Lula e atenderiam especialmente o parque industrial de estados como Bahia e Pernambuco, mas caíram na reta final da análise do texto na Câmara, por um voto. Dos 68 deputados petistas, 17 foram contra o benefício ou se ausentaram, contribuindo para a derrota.

Segundo um interlocutor da cúpula do PT, Lula externou sua insatisfação ao líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), por ter liberado a bancada na votação deste item. O próprio Zeca foi um dos cinco deputados que não depositaram voto.

No Paraná, a também deputada Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, que rivaliza com o colega nas articulações para concorrer à prefeitura de Curitiba e a uma futura vaga ao Senado, votou a favor das isenções.

O benefício à indústria automotiva foi alvo de um destaque supressivo do PL. Eram necessários 308 votos na Câmara para manter a versão original do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que previa as isenções, mas houve 307.

Lideranças do PT no Nordeste reclamam que os votos contrários no partido vieram principalmente de parlamentares do Rio, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, estados que têm parques automotivos.

Nos três casos, assim como no Paraná, os governadores fazem oposição a Lula, mas têm diálogo com parlamentares petistas. Nesses estados, mais da metade da bancada do PT ajudou a derrubar as isenções para outras regiões; considerando todos os partidos, apenas dois em cada dez deputados apoiaram o benefício.

-Talvez os deputados desses estados quisessem ficar bem com seus governadores.

O PT teve um número grande de deputados que se

ausentaram e votaram contra, mas isto será tratado em um segundo momento -afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE).

ARTICULAÇÃO NO NORDESTE Aliado do governador da Bahia, o petista Jerônimo Rodrigues, e membro da federação partidária capitaneada pelo PT, o deputado federal Bacelar (PV-BA) afirmou que colegas do Sul e do Sudeste tomaram o lado de montadoras de veículos nos seus estados.

-Lula não ficou satisfeito e fez censuras a deputados da nossa base que votaram contra o Nordeste -disse Bacelar.

Olíder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), já articula com a bancada da Bahia e de outros estados do Nordeste para incluir novamente as isenções fiscais na reforma, com validade até 2032. Em caso de modificações da reforma no Senado, o texto volta para a Câmara. A aposta de petistas é que o senador Eduardo Braga (MDBAM), relator do texto no Senado, estará aberto à inclusão, já que o Amazonas também é beneficiado pela medida.

O tema é caro à bancada baiana por conta do esforço, com aval de Lula, para atrair ao estado a montadora chinesa BYD, que produz carros elétricos. A empresa negocia a compra da antiga fábrica da Ford em Camaçari (BA), desativada em 2021.

-Tenho o compromisso do relator e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de que vão recolocar os incentivos, até porque não é só a BYD -declarou Wagner.

Como o peso de cada estado é igual no Senado -diferentemente da Câmara, onde as bancadas estaduais seguem a proporção populacional -, até mesmo parlamentares contrários ao benefício reconhecem que os colegas do Norte e do Nordeste tendem a formar maioria.

Há críticas dentro do PT, no entanto, à mensagem sinalizada pelas isenções.

-Não acho que isso vá se transformar numa guerra interna, nem demandará muito esforço do governo para passar.

Só que o texto é ruim, porque vai na contramão do espírito da reforma, de acabar com essa guerra fiscal entre os estados -avaliou o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Lula e Arthur Lira têm total capacidade de construir uma parceria

José Matheus Santos

João Campos, 29 prefeito do Recife, é o segundo vice-presidente nacional do PSB. Formado em engenharia civil pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), foi deputado federal de 2019 a 2020, quando foi eleito prefeito do Recife. É filho do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (1965-2014)

ENTREVISTA

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), defendeu em entrevista à Folha uma parceria entre o presidente Lula (PT) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Aliado de Lula, João Campos também é próximo de Lira e diz ver como natural uma minirreforma ministerial no governo, que está em articulação em Brasília, para ampliar a base no Congresso.

"Conheço Lula e Arthur Lira e acho que os dois têm total capacidade de construir uma grande parceria política em favor do Brasil."

Em São Paulo, João Campos defende diálogo entre Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB), possíveis pré-candidatos à prefeitura paulistana e que fazem parte da base do governo Lula, mas diz que cabe à deputada -que é sua namorada- falar pelo projeto político dela.

No Recife, o prefeito afirma que espera contar com a presença de Lula no seu palanque na busca pela reeleição.

*

Qual a sua avaliação sobre o início do governo Lula? O presidente assumiu num momento em que precisava reconstruir o país em diversas frentes. A gente viu um verdadeiro desmonte no governo Bolsonaro. Na educação, por exemplo, o ministro só aparecia em conflito ou escândalo. Qual era a agenda do desenvolvimento social e da saúde? Não tinha.

Lula lançou um plano de educação integral, de recomposição do repasse de merenda. O diálogo federativo voltou, e programas como Farmácia Popular

e Bolsa Família foram relançados com condicionalidades importantes como vacinação e matrícula escolar.

O presidente preparou a pista para a atividade econômica e equilíbrio fiscal do país e agora vem com um plano de investimento e infraestrutura. Fazer tudo isso em seis meses é muita coisa.

Em que o governo Lula não foi bem e pode melhorar? É um governo de muito mais acertos. Eventuais pontos a serem melhorados são muito menores que o conjunto de acertos.

A articulação política do governo enfrentou instabilidades, inclusive em votações no Congresso. O PSB está satisfeito com a condução dessa área? A articulação política vai se consolidando com o tempo. O que defendo é que haja um alinhamento harmônico entre o presidente e o Congresso, sobretudo a Câmara. Conheço Lula e Arthur Lira e acho que os dois têm total capacidade de construir uma grande parceria política em favor do Brasil. Se a ente pacífica a política, ela deixa de tirar energia do Brasil e coloca solução, como foi na **Reforma Tributária**.

Essa pacificação passa por uma minirreforma ministerial? Acho que é natural, todo governo tem adequações ao longo do tempo. Alguns movimentos podem ter sido feitos antes com análise correta e depois é natural que tenha reavaliação levando em conta o processo técnico e o processo político. São coisas pontuais e não estruturais.

O sr. citou a **Reforma Tributária**, que gerou desgaste para o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no campo bolsonarista, por defendê-la. Acredita que esse estremecimento pode ter impacto na articulação da direita para as eleições de 2026 e eventualmente beneficiar o grupo governista? Tarcísio fez um movimento correto de Brasil. Historicamente, São Paulo trabalhou para não ser feita a **Reforma Tributária**, que tributa na origem, e São Paulo produz muito. De maneira geral, você deixa o extremo com menor tamanho. É positivo para o nosso campo, mas também para o campo de centro. Esse extremo estridente não dialoga e é contra as instituições, o Brasil não é assim. A minha avaliação é que o conflito dentro da direita é positivo para Tarcísio.

O PSB planeja ter candidato em 2026 ao Planalto caso Lula não dispute a reeleição? Nosso projeto é alinhado ao do presidente Lula. A coordenação política desse processo será feita por ele. E qualquer tipo de discussão vai se dar no ambiente interno.

Como avalia o papel do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB)? Positivamente. Ele é muito correto e leal. É um bom aliado. Lula sabe que conta com ele e com a correção dele. Tem ajudado também como ministro na interlocução com o setor produtivo.

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) apontou recentemente frustração com o governo por causa dos repasses de emendas de relator e em relação à forma como o presidente Lula recebeu o ditador venezuelano Nicolás Maduro. Concorde com ela? Tabata tem sido muito leal com Lula, esteve na linha de frente durante a campanha eleitoral. O bom aliado é o que sabe que é parceiro e correto e que tem condições de avaliar pontos que podem ser melhorados. Sobre a Venezuela, o próprio presidente já falou sobre isso. Eu pessoalmente tenho discordâncias reais sobre o que acontece lá, mas o que acontece na Venezuela é um caso da Venezuela e é muito longe do que eu espero para qualquer país, inclusive o Brasil. E você não pode se negar a ter relação comum país mesmo que tenha discordâncias sobre o sistema dele.

Nas eleições de 2020, o PT não venceu para prefeituras de capitais e viu o número de cidades que governava diminuir. Para 2024, o sr. acha que o efeito Lula pode beneficiar o partido e seus aliados? Lula é um grande eleitor no Brasil e no Nordeste. Mas as eleições não serão construídas por um único fator, tem uma série de fatores. Espero contar com ele na minha campanha [à reeleição]. Será muito bom se tivermos as forças que estão alinhadas no Brasil juntas nos estados e municípios.

Esse seu argumento de aglutinar vale para São Paulo com Guilherme Boulos (PSOL-SP) e Tabata Amaral? Ou o PSB não tem chances de abrir mão da candidatura? Acho que o diálogo deve sempre existir, mas cada local tem uma particularidade. Aqui, a gente governa o Recife, lá [em São Paulo] é diferente, onde tem um opositor do nosso conjunto governando. São particularidades que devem ser levadas em conta. Tabata que vai falar por ela. Não é fora de São Paulo que vai se discutir São Paulo. Nosso papel aqui é cuidar do Recife.

O PT deseja, nos bastidores, indicar um nome como vice na sua chapa. Quais critérios o sr vai adotar para preencher essa vaga? Qualquer tipo de discussão eleitoral só vamos abrir em 2024. Discussão eleitoral não ajuda agora.

Há chances de o PT emplacar o candidato a vice? Eleição majoritária se dá pelo conjunto de forças. Não se toma uma decisão por si só ou pelo conjunto. Normalmente é: qual o caminho que agrega mais e junta mais? Qual a narrativa que é aceita e validada? É uma tese coletiva que vai ser construída ano que vem.

Se o sr. for reeleito, pretende disputar em 2026 a eleição para o Governo de Pernambuco? Hoje, meu foco não é eleição, é gestão. No ano que vem, meu foco na eleição será Recife.

E se for reeleito, vai completar o mandato? Daqui para eu ser reeleito, o caminho é muito longo.

Houve alguns atritos recentes entre a Prefeitura do Recife e o Governo de Pernambuco, como na disputa pela administração de um centro de atendimento para idosos. Essa relação está no patamar adequado? Defendo e pratico o diálogo. Não sou das pessoas que perdem tempo brigando, mas sei defender os interesses do povo do Recife. Infelizmente, estou tendo que entrar na Justiça para abrir um serviço de saúde. É uma coisa inédita. A gente chegou a colocar para sancionar e, por uma ação judicial impetrada pelo governo estadual, foi fechado. Estou brigando para reabrir.

Qual a sua avaliação do início do governo de Raquel Lyra (PSDB)? Não cabe a mim avaliar. Acho que cabe à população.

O sr. avaliou Lula quando perguntamos. Não caberia avaliar o governo Raquel por quê? Lula tenho tranquilidade de avaliar, porque ele está fazendo um excelente trabalho, e segundo que ele é um aliado, me sinto parte disso. A quem cabe a avaliação ao governo do estado é o povo. As pessoas podem avaliar se há aumento de violência, se há fechamento de hospital, se há briga para impedir o Recife de abrir uma unidade de saúde, se tem paralisação de obras que vinham acontecendo, se tem rescisão de convênios com municípios do estado, quem avalia são as pessoas.

Quais são as prioridades da sua gestão para o período até a eleição de 2024? Minha grande prioridade é a construção de uma cidade menos desigual e mais justa. Meu desejo é ter a gestão que mais investiu em educação na história do Recife e na infraestrutura social. Teremos uma obra de contenção de encostas em cada localidade de morro. Isso nunca existiu. Na educação, vamos duplicar as vagas em creches. Havia 7.000 e vamos para 14 mil. São 160 escolas em obra ao mesmo tempo. Isso é fazer por educação.

*

Eu pessoalmente tenho discordâncias reais sobre o que acontece lá, mas o que acontece na Venezuela é um caso da Venezuela

*

Infelizmente, estou tendo que entrar na Justiça para abrir um serviço de saúde. É uma coisa inédita. A gente chegou a colocar para funcionar e, por uma ação judicial impetrada pelo governo estadual, foi fechado

*

Se a gente pacifica a política, ela deixa de tirar energia do Brasil e coloca solução, como foi na **Reforma Tributária**

*

Tarcísio fez um movimento correto de Brasil. [...] Esse extremo estridente não dialoga e é contra as instituições, o Brasil não é assim. A minha avaliação é que o conflito dentro da direita é positivo para Tarcísio

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50346&anchor=6480599&maxTouch=0&_ga=2.53197804.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8e147af1093999a225bcbbd7985a534b

Reforma tributária e estabilização macroeconômica - SAMUEL PESSÔA

SAMUEL PESSÔA

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Tenho escrito que a **reforma tributária** (RT) tem diversos paralelismos com o Plano Real. Vale organizar as ideias. De início, é relevante ressaltar a diferença principal: não haverá impacto imediato de redução da pobreza. No entanto, a aprovação da RT trará um ganho imediato de melhora da perspectiva de crescimento, que deve gerar alguma redução na percepção de risco.

Vejo quatro semelhanças com o Plano Real.

A primeira é o efeito alocativo. Para conviver com a **inflação** crônica e crescente, as empresas tinham que ter departamentos financeiros hipertrofiados. Adicionalmente, em cada esquina das cidades havia uma agência bancária. Se não fosse a distorção, no caso a **inflação**, esses recursos poderiam ser empregados em atividades produtivas.

A **inflação** produz má alocação dos fatores de produção. O mesmo ocorre com a complexidade tributária. No caso, temos hipertrofia dos departamentos de contabilidade nas empresas, e em cada esquina de nossas cidades há escritórios de direito tributário, além de boa parcela do Poder Judiciário ser empregada em litígios tributários. Agravam a má alocação os investimentos feitos exclusivamente em razão da arbitragem tributária. Caminhões subindo e descendo pelas estradas brasileiras sem necessidade.

A segunda semelhança é a forma como evolui a distorção. Quando a **inflação** é baixa, os efeitos deletérios são pequenos, todos se adaptam e há até alguns que ganham. Com a hiperinflação, quase todos perdem (a exceção são os bancos). Há um ponto a partir do qual se forma uma coalizão majoritária que sustenta a estabilização. O mesmo ocorre com a complexidade tributária. A partir de um nível fica quase impossível fazer negócios. Mesmo quem tem um regime especial passa a aceitar a RT, pois os ganhos sistêmicos mais do que compensam sua perda

localizada com a reforma.

A terceira semelhança é a necessidade de haver uma transição que respeite o status quo. A situação corrente é péssima, mas funciona. O novo tem que ser criado a partir do velho sem grandes rupturas. Exatamente como a China adotou a economia de mercado na virada dos anos 1970 para os anos 1980. No Real, a transição foi muito rápida, com duas moedas. Na RT, a transição será longa.

O desenho da transição da PEC 45 encerra um verdadeiro ovo de Colombo. Imposto tem duas pontas: a pagadora e a recebedora. Do ponto de vista da eficiência produtiva e da redução de litígios, a ponta que importa é a pagadora de **impostos**. A PEC 45 prevê duas transições com prazos distintos. A transição da repartição federativa (a ponta recebedora) é mais longa, o que aumenta a chance de os governadores aceitarem a RT.

A quarta semelhança é o impacto sobre a transparência. A **inflação** crônica e crescente torna o sistema de preços muito ruidoso. As pessoas perdem a noção dos preços relativos dos bens e serviços. A complexidade tributária tem o mesmo impacto. Os preços relativos deixam de indicar os custos sociais e passam a refletir as políticas tributárias da União, estados e municípios.

Mas o pior é que a complexidade tributária impede que o cidadão saiba o custo do Estado brasileiro - e nesse ponto a RT vai até além da estabilização. A transparência tributária deve ser, conjuntamente com a maior eficiência, o grande ganho da RT. Por esse canal, devemos esperar que a explicitação, para o cidadão, do custo de manutenção do Estado gere pressões para elevar a eficiência do setor público.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50346&maxTouch=0>

O maior benefício social da história - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Lula 3 faz a maior transferência de renda direta da história do governo federal. Dado que a tendência de pagamento de benefícios sociais em dinheiro é de crescimento faz um quarto de século, o recorde não soa surpreendente. Não é bem assim.

De qualquer modo, os números têm certo interesse para especular sobre o prestígio político do presidente e sobre o papel que o Desenrola pode ter na percepção popular do desempenho do governo.

Considerem-se apenas benefícios como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (para idosos e pessoas com deficiência muito pobres) e abono salarial. Levam 11,8% da despesa total do governo federal e 2,16% do **PIB** (nos últimos 12 meses. Até o fim do ano, ainda vai ser mais). É um aumento de 76% em relação ao pico desses gastos nos governos Lula 1 e 2, que ocorreu em agosto de 2010. Ou quase 47% maior que no pico de Dilma Rousseff, em setembro de 2013.

Caso se leve em conta a despesa com seguro-desemprego e Previdência rural (que não é bem previdenciária, mas assistencial), a despesa com essas transferências chega a 23% do gasto total e a 4,2% do **PIB**. Para quem acha pouco, convém lembrar Previdência "urbana" e despesas com servidores levam outros 53,4% do gasto federal total.

Mesmo com a despesa aumentada e significativa, a situação social é horrível, basta andar na rua mesmo de bairros ricos para perceber (embora a diminuição da pobreza deva ser grande neste 2023). O prestígio de Lula vai bem, considerada a votação do país dividido em 2022, mas não há animação, até porque a política está travada também por ódio e identidades sectárias.

Antes de continuar, recorde-se que, na média, 75% do rendimento das famílias vem do trabalho. Em termos reais, o rendimento médio do trabalho é o mesmo de

2018 e quase nada maior que o dos anos da Grande Recessão.

Um motivo da falta de animação, claro, é que não se desfaz logo o desastre de uma década perdida. Além do estrago causado pela **inflação** de 2021-22, em especial da comida, outro motivo de mal-estar, mais circunstancial e recente, é o endividamento recorde e extraordinário das famílias. A inadimplência começou a aumentar em 2018, dos níveis já altos da Grande Depressão, explodiu na epidemia em 2020, foi atenuada por programas sociais de emergência e disparou em 2022 (é 21% maior agora que em janeiro de 2018, pelos dados da Serasa).

Apenas será possível ter noção do sucesso do Desenrola lá perto de outubro. Abater dívidas em R\$ 50 bilhões para 50 milhões de pessoas, como nas previsões menos imodestas do governo, não vai ser uma revolução econômica. Mas vai abater o inferno da angústia de milhões de famílias e reanimar o crédito de varejo (com alguma ajuda do começo da queda das taxas de juros nos bancos). Pode ser uma marca política.

Reforma Tributária, lei de garantias de crédito, arcabouço fiscal, por fundamentais que sejam, são abstrações complexas, de efeito incremental, se bem-sucedidas. O aumento recente do Bolsa Família vai ter mais efeito nos 20% mais pobres, em boa parte já com Lula. O Desenrola pode ter sucesso de público mais amplo. Na economia, no mais o progresso depende de emprego e **inflação** baixa.

E depois? O governo não tem um "Mais Creches" -não é atribuição federal, mas a universalização de boas creches e escolas infantis seria uma revolução social. Não apareceu ainda um plano de ampliação e melhoria acelerada do SUS. Creche e SUS interessam a pobres, as melhorias são incrementais, e a autoria política do progresso tende a ser de difícil identificação. Não interessam muito ao terço mais rico ou menos pobre do país. Mas seria um próximo grande passo de Lula 3.

•

O colunista espera ouvir boas notícias quando voltar de férias. Até.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50346&maxTouch=0>

A menor possível (Editorial)

O desafio da **reforma tributária** vai além da pauta que lida com os **impostos** sobre bens e serviços. Se a simplificação da cobrança de **tributos** sobre produção e comercialização é complexa, a segunda parte, que ocupa-se do imposto de renda de pessoas e empresas, será tão ou mais espinhosa.

A aprovação pela Câmara do texto que unifica os **tributos** em favor de duas cobranças sobre o valor agregado -o IBS federal e a CBS que agrega os **impostos** de estados e municípios- foi positiva.

No entanto a adoção de alíquotas reduzidas para vários setores -bens e serviços de educação, saúde, alimentação, construção e até turismo- elevará a cobrança necessária sobre os demais, se for respeitada a premissa de manter a arrecadação agregada inalterada.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que a alíquota geral poderá ficar em torno de 28%, acima do objetivo inicial de 25%. Tal patamar seria o maior do mundo, o que tem dado munção aos críticos da reforma.

Embora persuasiva, a narrativa é incorreta, na medida em que a escorchantes cobrança atual fica escondida nos vários **tributos** em cascata. Ademais, não basta comparar a taxa sobre cada setor antes e depois da reforma, pois a mudança alterará toda a dinâmica de decisões econômicas e minimizará o espaço para absurdas isenções como as que já existem.

Convencer a sociedade de que as alterações são positivas permanece um desafio. O que se pode pedir a essa altura é que os senadores reduzam o número de setores beneficiados, pois qualquer nova benesse elevará o peso sobre os demais.

A próxima fase, a ser trabalhada ao longo do segundo semestre e no ano que vem, lida com **impostos** sobre a renda. Nessa parte, o governo tem dois objetivos: mais arrecadação para atingir a meta de restauração gradual de um superávit primário, que segue incerta, e maior progressividade.

É correta, neste sentido, a decisão anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de também dividir a segunda e tapa em duas partes, começando pela tentativa de coletar mais **impostos** sobre o patrimônio financeiro dos mais ricos, no país e no exterior.

O maior desafio, contudo, estará no estágio final, a ampla reformulação dos **impostos** incidentes sobre as empresas, que deveriam ser reduzidos para compensara desejada cobrança sobre dividendos.

Seria inédito, e é bastante improvável, conseguir realizar todas as mudanças dessa envergadura. Por ora, cumpre focar no melhor desfecho da reforma dos **impostos** sobre bens e serviços, crítica para o aumento da produtividade e do emprego. E conseguir sua aprovação com a menor alíquota possível.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50346&anchor=6480599&maxTouch=0&_ga=2.53197804.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8e147af1093999a225bcbbd7985a534b

Lira quer manter controle sobre Reforma Tributária até o fim de 2024

Idiana Tomazelli Thiago Resende Julia Chaib

Idiana Tomazelli

Thiago Resende

Julia Chaib

BRASÍLIA

Após obter uma aprovação histórica da **Reforma Tributária**, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tenta manter influência sobre os próximos passos da proposta no Senado e almeja garantir tempo hábil para que os congressistas concluam a regulamentação do novo sistema até o fim de 2024 -ainda sob sua gestão à frente da Casa.

A regulamentação só pode ser feita após a promulgação da PEC (proposta de emenda à Constituição) e engloba assuntos espinhosos, como a forma de cálculo das alíquotas dos novos **tributos** e o detalhamento de regras aplicáveis a setores e atividades que ganharam tratamento específico, como serviços financeiros, ou favorecido (com menor tributação), como saúde, educação, transporte, entre outros.

A sensibilidade do tema é justamente o que inspira em uma ala no Congresso Nacional certo ceticismo quanto à capacidade de Lira em atingir seu objetivo. Em 2024, os parlamentares já estarão focados nas eleições municipais, e tratar de tópicos tão polêmicos pode provocar desgastes.

Há dúvida se os legisladores estarão dispostos a votar matérias que podem causar estrago em suas bases eleitorais.

A previsão para o segundo semestre desse ano é que o Senado faça ajustes no texto da PEC, que precisará voltar à Câmara por causa disso. Lira, segundo pessoas a par do tema, busca controlar as mudanças na proposta durante as discussões na Casa vizinha e quer manter a narrativa de ser o padrinho da **Reforma Tributária**.

Diante da atuação de Lira, senadores envolvidos no debate da proposta pretendem "jogar junto" com o presidente da Câmara. A ideia é encerrar a tramitação

da PEC no Congresso ainda neste ano.

Mas, antes mesmo de a PEC ser votada no Senado, a discussão do valor futuro das alíquotas já mobiliza diferentes grupos de interesse, que tentam fugir de uma cobrança mais elevada. Perto das eleições, o embate pode ficar ainda mais duro.

Desde já, cálculos que simulam o patamar da tributação sob o novo sistema geram incômodo político. Como mostrou a Folha, uma nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) estimou que a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,04% -a maior do mundo para um IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

O Ministério da Fazenda divulgou uma nota para dizer que o estudo desconsiderava alguns fatores, como o efeito da redução da sonegação. Na quarta-feira (19), a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) levou a presidente do Ipea, Luciana Servo, a uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para esclarecer a projeção do órgão.

Na condução da votação da **Reforma Tributária** na Câmara, Lira se colocou como uma espécie de fiador da proposta, empenhado seu capital político para obter apoio expressivo e assegurar a aprovação de uma matéria que há anos patina no Legislativo.

O presidente da Câmara chamou reuniões com governadores para resolver impasses envolvendo o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), que bancará incentivos futuros a empresas em substituição ao mecanismo atual de benefícios fiscais, e o Conselho Federativo, órgão que vai centralizar a arrecadação e a distribuição dos recursos do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) a estados e municípios.

Lira também negociou o avanço das propostas econômicas diretamente com Haddad. Em nome de cumprir sua promessa de votar a PEC ainda na primeira semana de julho, ele inverteu a pauta da Câmara, deixando para depois os projetos prioritários do governo -incluindo a conclusão da apreciação do novo arcabouço fiscal.

Por isso, aprovar a regulamentação da **Reforma**

Tributária ainda em 2024 seria, para Lira, o desfecho ideal para seu mandato, com a conquista de uma espécie de selo de qualidade por ter comandado a Casa na aprovação da maior mudança no sistema tributário em quase 60 anos.

O tema, porém, não é nada trivial. Além dos complicadores políticos, o governo tem pela frente uma série de pontos a serem negociados e discutidos -na própria PEC, que ainda tramita no Senado, e na regulamentação que virá depois.

A especialista Melina Rocha, consultora internacional de IVA, vê quatro assuntos principais com necessidade de serem endereçados via projetos de lei complementar (que precisam do apoio de 257 deputados e 41 senadores para serem aprovados).

Segundo ela, eles podem ser enviados separadamente ou em conjunto para facilitar a tramitação. "Alguns desses projetos podem ser agrupados, nada impede. Não precisa ter leis separadas", afirma.

Interlocutores do governo também veem quatro principais temas, mas dizem que a decisão de reuni-los ou não em um menor número de projetos é uma decisão política "que ainda não foi tomada".

O primeiro tema da regulamentação, segundo Melina Rocha, é a criação efetiva do IBS, de estados e municípios, e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de competência federal. Os dois **tributos** vão substituir os atuais PIS/Cofins e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), todos federais, além do estadual ICMS e do municipal ISS.

Segundo ela, essa primeira regulamentação precisará estabelecer as regras gerais dos dois **tributos**, com critérios como fato gerador, base de cálculo e situações em que a tributação não é feita (como exportações). Também será preciso detalhar as normas aplicáveis aos bens e serviços que receberam tratamento específico na PEC, como combustíveis e serviços financeiros, entre outros.

Outra etapa da regulamentação precisará pormenorizar o funcionamento do Conselho Federativo, cujas regras de votação já estão na PEC, mas podem sofrer mudanças. "Deve ter um maior detalhamento com relação ao funcionamento da assembleia geral do Conselho. Provavelmente vai ter diretoria-executiva responsável por administrar essa entidade. Como vai se dar escolha dessa função mais de gestão?", questiona Rocha.

A especialista elenca também a necessidade de prever nessa legislação como se dará o processo

administrativo fiscal dos novos **tributos** e qual será o papel do Conselho na coordenação da atuação dos órgãos de arrecadação na fiscalização.

Um terceiro eixo da regulamentação deve tratar dos critérios de distribuição do FDR -mesmo que o Senado decida incluir na própria PEC a descrição do rateio das verbas entre estados. Segundo Rocha, a lei deve prever questões mais específicas, como momentos de repasse e critérios de aferição dos objetivos do fundo de desenvolvimento.

O quarto item seria a previsão das regras de devolução dos créditos tributários acumulados no ICMS. "Já tem a diretriz na PEC, para que o abatimento seja feito em 240 meses, mas obviamente o detalhamento será feito por lei", afirma Rocha.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50346&maxTouch=0>

Lira quer concluir Reforma Tributária no Congresso até 2024

Após obter uma aprovação histórica da **Reforma Tributária**, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tenta manter influência sobre os próximos passos da proposta no Senado. Ele almeja garantir tempo hábil para que os congressistas concluam a regulamentação do novo sistema até o fim de 2024 - ainda sob sua gestão à frente da Casa-, mas terá de superar entraves.

Uma vez promulgada a PEC (proposta de emenda à Constituição), será necessário definir a forma de cálculo das alíquotas dos novos **tributos** e o detalhamento de regras para setores e atividades que ganharam tratamento específico, como serviços financeiros.

A sensibilidade do tema inspira ceticismo de parte dos parlamentares diante da intenção de Lira.

No ano que vem, os congressistas já estarão focados nas eleições municipais, e há dúvida se estarão dispostos a votar matérias que podem desgastá-los em suas bases.

A previsão para o segundo semestre é que o Senado faça ajustes na PEC, o que obrigaria o texto a voltar para a Câmara. A ideia é encerrar a tramitação da proposta no Congresso ainda neste ano.

Mercado A17

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50346&anchor=6480599&maxTouch=0&_ga=2.53197804.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8e147af1093999a225bcbbd7985a534b

Disputa da cesta básica - De camarão e salmão a filé-mignon, todos querem ter alíquota zero

JULIANA CAUSIN

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara prevê a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero. A proposta sequer começou a tramitar no Senado e o tema deve ser definido posteriormente por lei complementar, mas a disputa por um lugar na lista que vai compor o prato do brasileiro já começou.

Representantes da indústria de alimentos defendem a composição mais abrangente possível. Organizações de defesa do consumidor, pesquisadores e parte do governo entendem que a alíquota zero deve ser mais restrita e não incluir ultraprocessados e alimentos que não fazem parte da rotina da maior parte da população, como filémignon e salmão.

No modelo atual, a cesta básica é isenta de **impostos** federais.

Mas os estados definem quais produtos terão incidência menor de ICMS. Na prática, isso faz com que o país tenha 27 cestas básicas, com itens que vão da rapadura mista de amendoim ao queijo petit-suisse (leia mais abaixo).

"NÃO CABE AO PODER PÚBLICO"

A alíquota zero para a cesta básica foi uma das mudanças incluídas de última hora no texto da reforma. A alteração foi considerada uma vitória para o empresariado, que agora busca emplacar a definição de categorias abrangentes, como "carne", "peixe" e "massas alimentícias".

Um dos argumentos é que a descrição particular de cada categoria aumentaria ainda mais a complexidade do sistema tributário.

Paula Johns, diretora da ACT Promoção da Saúde, organização que atua para promoção de políticas de saúde pública, afirma que a adoção de categorias como "massas alimentícias" é abrangente demais.

-Uma coisa é falar de massa alimentícia, outra, de macarrão instantâneo -afirma Paula, que defende que a cesta siga os parâmetros do Guia Alimentar para a

População Brasileira, do Ministério da Saúde, com itens e subitens discriminados de forma clara.

Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) defende o modelo de cesta básica ampla. Ela entregou ao Ministério da Fazenda uma proposta com 38 componentes que deveriam contar com alíquota zero. A lista inclui categorias como queijos, peixes, carnes bovinas e carnes suínas, sem especificar corte, categoria de pescado ou tipo de queijo.

Rodrigo Segurado, vice-presidente de Ativos Setoriais da entidade, diz que a ideia é "fugir do modelo anterior, que especificava nome e sobrenome, CPF e RG de cada pedaço de alimento", mesmo que isso signifique ampliar a lista de produtos isentos de **impostos** e colocar na lista itens de maior valor.

-Não cabe ao poder público, à Constituição e muito menos à legislação, com uma lei complementar, definir se um indivíduo deve comer a parte A, B ou C da carne. Ele deve comprar a parte que ele quiser comprar ou que ele puder comprar -defende Segurado, que diz que a próxima batalha do setor é, no Congresso, fazer prevalecer essa tese.

O setor destaca outra alteração de última hora, mas no chamado Imposto Seletivo - que será aplicado a produtos considerados nocivos à saúde.

Um dispositivo definiu que itens com alíquota reduzida, incluindo "alimentos para consumo humano", devem ficar de fora do Imposto Seletivo.

Se a redação for mantida, especialistas dizem que ela abre brecha a que bebidas açucaradas ou carnes embutidas não sejam alvo da tributação.

Para a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), a classificação de ultraprocessados é frágil e não existem alimentos "bons" ou "ruins".

João Dornellas, presidente executivo da Abia, diz que a definição de ultraprocessado vem sendo "cada vez mais questionada no mundo" e os alimentos fazem parte da dieta dos brasileiros.

LAGOSTA E SIRI?

Arnoldo de Campos, economista da AGMAAC Soluções e consultor das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, argumenta que a indústria vai pleitear que todo tipo de alimento entre na lista, mas que ela precisa ter foco: -Hoje, as pessoas admiram a fruta na quitanda, mas é muito mais barato comprar macarrão instantâneo.

A gente precisa usar a política tributária como instrumento de política pública.

Já a Associação Brasileira da Piscicultura (PeixeBR) defende que a lista única inclua todos os tipos de pescados produzidos no país, excluindo os importados, mas abrangendo crustáceos como camarão, lagosta, caranguejo e siri.

-Deveria entrar pescado e ponto final. Nós temos mais de 300 espécies de peixes - diz Francisco Medeiros, presidente- executivo da PeixeBR.

No Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, um grupo de técnicos e especialistas tenta formular uma proposta de cesta básica nacional, considerando aspectos regionais, preços e consumo alimentar, com exclusão de ultraprocessados e incentivo a itens in natura.

O tributarista Heleno Torres argumenta que uma lista detalhada, com itens e subitens, como corte de carne, traria risco ao abastecimento do mercado interno, já que a exportação será desonerada pelo texto da reforma.

Ou seja, se o corte não for incluído na lista de alíquota zero, o produtor pode destinar ao mercado externo.

Para o Ministério da Fazenda, uma das preocupações é o impacto que o aumento de exceções traria na **Reforma Tributária**, com risco de que a alíquota padrão se torne mais alta. O tema cesta básica está sendo discutido extraoficialmente por técnicos.

O economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, diz que, com a alíquota zero, a perspectiva é de redução de preços, mas a desoneração completa da cesta pode se mostrar uma política cara e pouco focalizada: -Em termos proporcionais, vai beneficiar muito menos os pobres, que são aqueles que mais precisam de desoneração.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reformas vão ampliar o mercado de capitais

Edla Lula

» Entrevista | Marcos Barbosa Pinto | Secretário de Reformas Econômicas

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, tem a missão de formular políticas públicas que possam desatar os nós que impedem a economia brasileira de crescer. Em entrevista ao Correio, ele faz um balanço de sua primeira grande entrega: o Desenrola Brasil, promessa de campanha do governo Lula para limpar o nome de brasileiros endividados.

Ele fala também de sua próxima missão - iniciada na mesma semana de lançamento do Desenrola - com a abertura da agenda de reformas financeiras, na última quinta-feira. Trata-se de um conjunto de 17 medidas que pretende aprimorar as regras do mercado de capitais, de previdência e de crédito. Acompanhe os principais trechos da entrevista.

Que balanço o senhor faz da primeira semana do Desenrola Brasil?

A avaliação é que a resposta tem sido bem acima do que a gente esperava. Estamos tendo uma adesão muito grande do setor financeiro e uma adesão muito grande da população procurando as ofertas, que têm sido muito boas. O volume das desnegativas voluntárias dos bancos, que não têm contrapartida, também está sendo muito alto. Recebemos, na quinta-feira, o balanço da Associação Nacional dos Birôs de Crédito de que, nos três primeiros dias do programa, houve 2 milhões de desnegativas. A nossa previsão para os primeiros dias era de 1,5 milhão. Estávamos sendo conservadores.

Em relação ao volume de crédito renegociado, o senhor tem esse dado?

Não temos um balanço. O que recebemos de informações dos bancos é que eles estão renegociando bem mais do que negociavam em média. Alguns bancos falam em três vezes mais, outros, em cinco vezes mais. Temos dados positivos de diversos bancos, mas não temos dados agregados de todos. Estamos trabalhando com a Febraban para fazer um balanço.

O senhor falou que a formulação do Desenrola foi complexa, e que a implementação está sendo dez vezes mais difícil. Quais são as dificuldades?

Qualquer projeto de política pública que tenha público-alvo de quase 70 milhões de brasileiros é sempre muito difícil. A quantidade de recursos públicos que a gente está aplicando no programa não é muito elevada. Estamos tentando alavancar o máximo desses recursos e trabalhando em parceria com o setor privado e o terceiro setor. É um esforço de coordenação muito grande. Para implementar essa primeira fase, precisamos fechar todos os detalhes com os bancos. Tivemos que buscar o número de adesões suficientes para que valesse a pena, discutir todos os aspectos desse incentivo regulatório que a gente está dando para os bancos fazerem as desnegativas e as renegociações em condições favoráveis para a população. Tudo foi um trabalho complexo. Diferentes bancos têm perfis variados, em termos de créditos tributários, têm incentivos diferentes.

Para a segunda fase, que começa em setembro, quais os desafios?

Há um desafio operacional bem significativo, porque trata-se de uma plataforma que vai juntar os credores, que, nessa fase, não são apenas os bancos, são companhias de energia e água, por exemplo. A plataforma vai juntar também os devedores - 70 milhões -, os bancos, que vão refinanciar essas dívidas, e os birôs de crédito, que vão desnegativar. Além disso, nessa fase, toda a liquidação da operação vai ser feita na própria plataforma. Na primeira fase, a liquidação é feita direto no banco. Para se ter uma ideia, há, hoje, mais de 400 pessoas trabalhando no programa. A nossa tarefa é coordenar todo esse esforço e fazer acontecer.

Qual será a alavancagem dessas renegociações?

A gente acredita, com os números que estamos verificando, que devemos atingir a meta de R\$ 50 bilhões de renegociações na primeira fase. Na segunda fase, não temos uma estimativa mais precisa. Vai depender um pouco dos níveis dos descontos que vão ser oferecidos, mas temos uma estimativa de renegociar um volume similar de dívidas.

Qual a avaliação do senhor, que defendeu a criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em relação à tributação do setor financeiro no âmbito da reforma aprovada na Câmara e que, agora, está no Senado?

No início da tramitação e na versão anterior das PECs

45 e 110 havia uma exclusão, ou seja, a não incidência do IVA no setor financeiro. Nós convencemos o setor financeiro todo de que era melhor que eles estivessem no regime do IVA, e não sujeitos a **impostos** específicos, porque isso garante a não cumulatividade da tributação. Não existe, no mundo, um bom modelo de IVA para o setor financeiro. É difícil fazer isso. Então, o que a gente está fazendo aqui é criar um modelo específico, baseado nas mais recentes experiências internacionais. Olhando para esses modelos, pretendemos formular um nosso, que permita haver o regime de não cumulatividade plena para o IVA no Brasil. A ideia é não deixar o sistema financeiro fora da reforma, mas com o regime mais moderno.

O governo tem a meta de zerar o déficit fiscal em 2024. Para isso, dizem os especialistas, o governo precisa ampliar a arrecadação em mais de R\$ 100 bilhões. A aprovação da MP que tributa os fundos offshore, atingindo os super-ricos, será a saída? Que outras alternativas o ministério da Fazenda estuda?

Eu não estou a par da estratégia política dessa questão tributária. Vamos discutir isso no momento adequado com a sociedade. O ministro (da Fazenda, Fernando Haddad) mencionou que esse é um dos projetos que pode sair. Quando nós encaminharmos a medida, será possível discutir as implicações para a sociedade.

No caso da agenda da reforma financeira, quais são as estratégias para atrair investidores para o mercado de capitais?

O caminho a ser seguido é buscar uma neutralidade. A gente não quer direcionar os poupadores para que sigam esse ou aquele caminho, títulos públicos ou privados. O que a gente quer é assegurar que os incentivos econômicos sejam neutros, que a tributação, o regime contábil e a regulamentação não façam distinções indevidas entre os títulos públicos e os privados. É esse o caminho que a gente quer seguir. Se fizermos isso, haverá, naturalmente, uma realocação de parte dos investimentos que hoje estão só concentrados em títulos públicos para os títulos privados. Isso envolve uma série de medidas, como medidas tributárias, que, às vezes, fazem distinções entre uma coisa e outra; medidas regulatórias, que limitam a capacidade dos fundos de pensão, seguradoras e planos de previdência de investir em títulos privados; e até medidas contábeis, porque, às vezes, os títulos públicos têm um tratamento diferente do título privado. A gente quer agregar tudo isso, fazer um mapeamento de todas essas questões e dar um tratamento adequado para cada uma delas.

Como incentivar essa cultura?

Há questões dos dois lados. A gente tem que trabalhar na oferta desses mecanismos de investimento e na demanda. Na oferta, a gente tem muitas empresas ainda fora do mercado de capitais que têm tamanho para estar nesse ambiente. Essa é uma questão de custo e de entraves regulatórios. Pretendemos tirar as barreiras que tornam mais difícil para uma empresa decidir o que fazer. Quando uma empresa vai decidir entre emitir uma debênture no mercado ou fazer uma dívida com o banco, ela pensa em quanto tempo vai demorar aquilo, quão difícil é o processo e quanto vai custar. Do lado da demanda por esses títulos, o grande caminho está justamente nos fundos de seguradoras e nos fundos de investimentos de previdência. São eles que canalizam grande parte da poupança nacional. Nos mercados desenvolvidos, pessoas físicas transacionam títulos de investimento, é verdade, com títulos de dívida, mas a grande parte da poupança que vai para isso está no mercado de investidores institucionais. E, hoje, esse mercado no Brasil está muito focado no título público. Sempre haverá a demanda pelo título público, é o mecanismo mais seguro de investimento. Mas, se conseguirmos deslocar uma parte cada vez maior para os investimentos do mercado de capitais, conseguiremos fazer esse mercado crescer bastante.

Uma meta da agenda de reformas financeiras tem relação com o crédito. Há problemas sérios no Brasil em relação ao spread, por exemplo, e aos juros, que são elevadíssimos. Quais são os planos?

Já há uma série de medidas relacionadas a esse tema, desde o início do ano. Algumas estão em fase final de aprovação no Congresso. Por exemplo, o Marco de Garantias que foi aprovado na Câmara, no Senado e, agora, volta para a Câmara. Houve uma medida relacionada a garantias também com fundos de previdência. Foi aprovada na Câmara e na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Nesse novo ciclo, vamos focar em duas coisas que nos parecem muito importantes. Primeiro, o problema do spread. Ele só vai ser resolvido com competição, que pode vir tanto de dentro do mercado bancário, entre bancos, quanto do mercado de capitais com o mercado bancário. Ao estimular o mercado de capitais, cria-se competição adicional para os bancos. Além disso, o grande problema dos spreads no Brasil é que juro alto está muito ligado com inadimplência. Para reduzir a inadimplência, é preciso pensar no mecanismo de recuperação de crédito total. Hoje, no Brasil, quando ocorre de o devedor não pagar a dívida, as chances de recuperação do banco, sobretudo quando ele não tem garantia, são baixas. É preciso melhorar esses mecanismos de recuperação de crédito. O que acontece se esses mecanismos são ruins é que o bom pagador paga a conta do mau

pagador.

Pode dar alguma pista do que está sendo pensado para resolver isso?

Uma das principais soluções que a gente acredita é agilizar o processo de execução de dívidas. Hoje, no Brasil, é muito, muito lento. O índice de recuperação é baixíssimo. Quando não há garantias, recupera-se muito pouco do que é concedido de crédito. A gente tem que melhorar esse processo, torná-lo mais ágil, mais simples e menos burocrático.

Em que medida essas ações que o senhor coordena vão contribuir para que o Brasil deslanche do ponto de vista da produtividade e do desenvolvimento econômico do país?

Uma das grandes razões pelas quais a produtividade no Brasil não avança é porque o custo do capital ainda é muito alto. Tomar dinheiro emprestado é caro. Com esse conjunto de medidas, a gente vai reduzir muito o custo do crédito. Isso vai fazer com que a gente tenha mais investimento, e a gente aumente a nossa produtividade. E, ao aumentar a produtividade, a gente vai voltar a crescer mais. E crescer mais com menos **inflação**. Porque uma economia mais produtiva consegue crescer sem **inflação**.

JR Agro: Diretor de Negócios da Abiove analisa impactos da Reforma Tributária no setor (JR Agro)

JR Agro

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

A Abiove, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, é uma das entidades fortes do setor do agronegócio. Para discutir os impactos da **Reforma Tributária** para o setor, o JR Agro conversou com o diretor de Negócios Jurídicos e Tributação da Abiove, Dalton Miranda, que disse que o desconto de 60% na alíquota do agro agradou, mas, existem dúvidas sobre como ficará o percentual da alíquota cheia. Além disso, muitas questões preocupam, porque quase tudo que foi aprovado em primeira discussão está atrelado a uma lei complementar.

Site: <http://noticias.r7.com/jr-24h/conteudo-exclusivo/jr-agro/videos/jr-agro-diretor-de-negocios-da-abiove-analisa-impactos-da-reforma-tributaria-no-setor-21072023>

Reunião entre Lula e Lira sobre possível reforma ministerial é adiada e deve ficar para agosto

Brasília

/
Bruna Lima e Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

O encontro presencial entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), com objetivo principal de discutir uma possível **reforma ministerial**, deve ficar para agosto. Havia a expectativa da realização de uma reunião no Palácio do Planalto, em Brasília, nesta sexta-feira (21), o que não deve se confirmar por um conflito de agendas.

O R7 apurou que Lula viaja para São Paulo ainda nesta sexta-feira (21). Antes, participou do lançamento do Programa de Ação na Segurança (PAS), em cerimônia no Palácio do Planalto.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Já Lira vai para Alagoas e só deve retornar no fim do mês. O deputado chegou a ser chamado para o encontro na quinta-feira (20), mas estava em São Paulo para fazer exames médicos. Recentemente, foi atendido em um hospital de Brasília para tratar de uma dor nas costas.

O Palácio do Planalto tem negociado a troca do comando de ministérios para dar espaço a parlamentares do centrão. A medida, inclusive, pode acarretar perda de espaço do próprio PT na Esplanada dos Ministérios. Ainda estão indefinidas as pastas que terão o comando alterado.

Na semana passada, em entrevista exclusiva à Record TV, Lula reconheceu que pode trocar ministros do governo federal a pedido de partidos do centrão. O chefe do Executivo, no entanto, disse que não aceita negociar pastas importantes para ele, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o Ministério da Saúde.

Até o momento, dois ministros de Lula foram trocados desde o início do mandato: Gonçalves Dias foi substituído por Marcos Antonio Amaro dos Santos na chefia do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Celso Sabino assumiu o Ministério do Turismo no lugar de Daniela Carneiro.

Além da **reforma ministerial** - que só deve começar em agosto com a volta do recesso parlamentar - na pauta do encontro entre Lula e Lira está a agenda econômica. Assim que os parlamentares voltarem das férias, o governo vai ter de buscar a aprovação do chamado marco fiscal, que estabelece novas regras para as contas públicas do país.

Também articula a **reforma tributária** que, apesar de já ter sido aprovada em dois turnos na Câmara, tem promessa de sofrer alterações no Senado, o que vai exigir uma nova análise dos deputados.

Outro projeto que deve ser discutido a partir de agosto é o do Marco Legal das Garantias. A matéria facilita a recuperação de bens em caso de inadimplência e, com isso, reduz riscos e taxas de empréstimos.

A regulamentação das apostas esportivas também entra no rol de discussão, já que é pelo projeto que o governo pretende aumentar arrecadação tributária, contribuindo para cumprir com as metas fiscais estabelecidas pelo governo.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/reuniao-entre-lula-e-lira-sobre-possivel-reforma-ministerial-e-adiada-e-deve-ficar-para-agosto-21072023>

Proposta para mercado de carbono será enviada em agosto, diz Marina

JORNAL DO BRASIL

A proposta para regulamentar o mercado de créditos de carbono deverá ser enviada ao Congresso em agosto, disse, nesta quinta-feira (20), a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Ela, no entanto, não informou se o governo encaminhará um projeto de lei ou se pensará o tema a um dos dois projetos que tramitam no parlamento, um na Câmara e outro no Senado.

A ministra participou da instalação da Comissão Temática de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Conselho. Com participação de representantes do governo e da sociedade, a comissão recolherá sugestões para o governo elaborar o Pacote de Transição Ecológica, também chamado de Pacote Verde.

Segundo Marina, o governo pretende aproveitar ao máximo os dois projetos sobre a regulamentação do mercado de carbono, no qual uma empresa pode financiar projetos de reflorestamento e de desenvolvimento sustentável em troca do direito de emitir gás carbônico. As propostas devem ganhar espaço no Congresso nos próximos meses, após as votações do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**.

Em relação ao fenômeno climático El Niño, que tradicionalmente provoca redução das chuvas na Amazônia e secas no Nordeste, Marina Silva disse que o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas reforçou a estrutura. Ela afirmou que a pasta contratou brigadistas e comprou equipamentos para lidar com eventuais incêndios na Amazônia e em outros biomas.

Contratamos previamente nossas brigadas. Temos mais de 2 mil brigadistas já contratados, ampliamos nossos equipamentos e estamos em articulação com os governos dos estados dos mais diferentes biomas, sobretudo os mais fragilizados, declarou a ministra.

Também presente à instalação da comissão temática, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, disse que o governo estabeleceu uma diretriz para combater queimadas num cenário de aquecimento global. Segundo ele, o Ibama está

treinando brigadistas, tanto voluntários como dos governos estaduais, e promovendo estratégias de campo e campanhas de comunicação para se preparar para o fenômeno climático.

Não tem Super El Niño. Tem aquecimento global. O mundo está esquentando e vai ficar cada vez mais. A gente vai ter que saber lidar com isso. Quando a gente viu que o La Niña estava virando El Niño, a gente foi ao máximo que o orçamento permitia, que foi a contratação de 2.101 brigadistas, declarou Agostinho. Ele destacou que o governo elaborou a estratégia assim que ficou clara a formação do El Niño ao longo do primeiro semestre.

Caracterizado pelo aquecimento das águas da região equatorial do Oceano Pacífico, o El Niño começa quando os ventos alísios - ventos que sopram dos trópicos ao Equador - param de soprar de leste para oeste. O La Niña, que perdurou nos últimos três anos, é definido pelo resfriamento dessas águas.

O lançamento da comissão temática também teve a participação do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Segundo o governo, o Pacote de Transição Ecológica, segundo o governo, estabelecerá diretrizes para um licenciamento ambiental transparente, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a proteção do meio ambiente.

Entre os temas a serem discutidos pela câmara temática, estão o financiamento e a ampliação da matriz energética limpa e renovável do Brasil. O Pacote Verde prevê investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento de energia solar, eólica, hidrelétrica e de novas formas de tecnologia limpa, como o hidrogênio verde. (com Agência Brasil)

Site: <https://www.jb.com.br/brasil/meio-ambiente/2023/07/1044964-proposta-para-mercado-de-carbono-sera-enviada-em-agosto-diz-marina.html>

2,5 mil investidores com R\$ 756,8 bilhões de patrimônio: entenda o que são os fundos exclusivos que o governo quer tributar

Por Artur Nicoceli e Isabela Bolzani, g1

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na quarta-feira (19) que deve enviar ao Congresso um projeto para taxar fundos exclusivos, também conhecidos como "fundos dos super-ricos".

Conforme revelou a colunista Julia Duailibi em abril, a regra faz parte de uma série de medidas para elevar a arrecadação pública e viabilizar o arcabouço fiscal. A estimativa do governo é a de arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões com a tributação - 8,54% do aumento previsto com essas medidas, de R\$ 117 bilhões.

Os fundos exclusivos são investimentos feitos de forma personalizada. E para ter esse modelo de investimento é preciso desembolsar no mínimo R\$ 10 milhões. Isso porque o cotista - que pode ser pessoa física ou jurídica - é o único responsável por custear a criação e a manutenção dele.

O gestor desses fundos pode alocar o dinheiro em produtos como ações, multimercado ou renda fixa.

Segundo o levantamento realizado pelo TradeMap, 2.568 fundos exclusivos com um único cotista estavam registrados até a última terça-feira (18), totalizando aproximadamente R\$ 756,8 bilhões investidos - valor que representa 12,3% do patrimônio total de toda a indústria de fundos e uma média de R\$ 294,7 milhões por investidor.

Além da participação significativa no total da indústria, o montante alocado nesse tipo de carteira também é mais de seis vezes maior do que o total de recursos investidos em títulos públicos.

Os últimos dados disponíveis indicam que, em maio, 2,2 milhões de investidores alocavam recursos no Tesouro Direto, totalizando R\$ 116,1 bilhões - nesse caso, uma média de R\$ 52,7 mil por investidor.

Na poupança, o saldo em maio era de R\$ 961,5 bilhões. Segundo o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), haviam 240,3 milhões de clientes, incluindo pessoas físicas e jurídicas.

Os fundos exclusivos são tributados?

Apesar de os fundos exclusivos pagarem imposto de renda sobre os rendimentos, essa cobrança acontece apenas no momento do resgate.

A incidência do IR no fundo, por sua vez, acontece pela tabela regressiva - o que significa que quanto maior o tempo em que os recursos ficam alocados na carteira, menor é a alíquota paga pelos investidores, até chegar a um piso.

Segundo sinalizado pelo governo, a ideia é que esses fundos exclusivos sejam tributados no mesmo modelo que a maioria das carteiras abertas existentes no mercado, por meio de uma cobrança periódica semestral - também conhecida como "come-cotas".

Normalmente, essa cobrança acontece sempre no último dia útil de maio e de novembro e o valor incide em 15% para os fundos de longo prazo e 20% para os de curto prazo. Nesse caso, o investidor só paga no resgate a diferença do valor do imposto devido e ainda não cobrado.

A proposta de mudar a tributação dos fundos dos "super-ricos" não é nova: a discussão vem desde 2017, ainda no governo de Michel **Temer**, e foi incluída pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, no projeto de **reforma tributária** enviado ao Congresso em 2021. O tema, no entanto, não avançou.

Quem são esses investidores?

Apesar de os dados sobre quem exatamente são esses investidores serem restritos, especialistas indicam que há um perfil que predomina entre aqueles que alocam recursos nessas carteiras.

"[As carteiras] podem ter mais ou menos risco, mas certamente esse fundo tem características exclusivas de prazo, liquidez e rentabilidade, que são estruturadas com um objetivo específico e feitas justamente para aqueles investidores que têm uma capacidade financeira maior", afirma o professor da FIA Business School Carlos Honorato.

O especialista destaca, ainda, que o principal motivo pelo qual esses investidores optam por fundos exclusivos está relacionado à proteção de ativos e rentabilidade.

"A alocação desses recursos visa basicamente a formação de uma carteira de preservação do valor [investido] e até de ganhos acima da inflação", diz o professor.

"Em uma certa medida, esses fundos são feitos não só para [o investidor] repassar uma herança necessariamente, mas também criam uma forma de aquela riqueza, herança ou valor atribuído ao fundo em geral tenha uma rentabilidade maior do que a média", completa Honorato.

Quando a mudança deve acontecer?

Com o anúncio do Ministério da Fazenda de aumentar a arrecadação para viabilizar o arcabouço fiscal, a pasta projetou diversas medidas para aumentar a receita. Uma delas - que ficará para o segundo semestre - é a tributação de fundos exclusivos.

Fernando Haddad afirmou nesta quarta-feira que a pasta irá submeter alterações na tributação de fundos exclusivos no Orçamento de 2024 para apreciação do Congresso Nacional em agosto.

Em entrevista a jornalistas na sede do Ministério, Haddad disse que as alterações devem ser enviadas ao Congresso por meio de um projeto de lei.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/21/25-mil-investidores-com-r-7568-bilhoes-de-patrimonio-entenda-o-que-sao-os-fundos-exclusivos-que-o-governo-quer-tributar.ghtml>

Mordida nos super-ricos virá na MP das Offshores

Edla Lula

A equipe econômica do governo trabalha para antecipar para agosto alguns pontos que constariam da proposta de **reforma tributária** sobre a renda. Como o texto só será encaminhado ao Congresso após a votação da reforma sobre o consumo, que ainda tramita no Senado, a cobrança de imposto de renda sobre investimentos mantidos no exterior por fundos offshore e por fundos exclusivos deve ser descolada da matéria, para que as receitas vindas desses dois grupos possam valer em 2024.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que uma possibilidade é acelerar no Parlamento a votação da Medida Provisória 1.171/23 que já trata da tributação de investimentos mantidos por brasileiros no exterior via offshores - empresas abertas em paraísos fiscais, onde não há tributação. A ideia do ministro é acrescentar na MP os fundos exclusivos, também conhecidos como fundos dos super-ricos".

"Isso (tributação dos fundos exclusivos) se combina com as offshores. Já está em tramitação no Congresso, só vai complementar com os fundos fechados porque a natureza é muito parecida.

São fundos no Brasil ou no exterior que não pagam imposto de renda", declarou o ministro a jornalistas, ao deixar o seminário que tratou da agenda da reforma financeira, no Rio de Janeiro.

A MP 1.171/23 foi encaminhada pelo governo em abril, com o objetivo de elevar o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. A MP prevê como compensação para a perda de receita que o governo teria com alteração a cobrança do imposto de renda sobre as offshores. O problema é que sequer foi instalada a comissão especial no Congresso para analisar a medida, que vai perder a validade no fim de agosto. Se caducar, o governo terá que enviar uma nova proposta com o mesmo conteúdo.

Os fundos exclusivos só recolhem o Imposto de Renda no momento do resgate. Não há o recolhimento do tributo a cada seis meses, como ocorre com os demais fundos. Como se trata de fundos diferidos, o seu titular pode postergar o pagamento de **impostos**,

atravessando gerações.

"Eles são tão diferidos que, às vezes, não se paga nunca", disse Haddad ao comentar a distorção.

O assunto esteve na pauta da reunião entre o ministro Haddad e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), na quarta-feira.

Após o encontro, Haddad sinalizou que a matéria pode seguir para o Congresso Nacional por meio de projeto de lei. (EL)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/21/all.pdf>

Reforma tributária não mira ajuste das contas

Edla Lula

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, rejeitou mais uma vez a tese de que a **reforma tributária** tenha como um dos objetivos fazer o ajuste fiscal das contas públicas com aumento da carga tributária. Ao participar, ontem, da abertura do evento Agenda de reformas financeiras, no Rio de Janeiro, ele disse que o ajuste passa pela eliminação de benefícios tributários e a recuperação de receitas por meio judicial.

"Ninguém está pensando em fazer ajuste fiscal nem com a reforma sobre o consumo nem com a reforma sobre a renda", assegurou ele. "O ajuste fiscal está sendo feito de outra maneira.

Estamos eliminando o gasto tributário, enfrentando questões judicializadas há muito tempo e que nunca se resolviam, acabando com penduricalhos. Isso é suficiente para fazer ajuste fiscal, garantir crescimento para a gente começar a fazer a calibragem do quanto vai ser preciso fazer de resultado primário para a gente recompor um quadro fiscal saudável, uma carga tributária suportável e possibilitar o crescimento econômico", declarou.

O ministro destacou que as distorções existentes hoje "afetam o sistema tributário como um todo, inclusive o estadual". E lembrou que as renúncias fiscais chegam a 6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Haddad citou ainda que o governo está revertendo decisões tomadas, especialmente no ano passado, que "foram desastrosas para a economia brasileira". Ele se referiu, por exemplo, à reoneração dos combustíveis e à retomada do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Segundo o ministro, tanto a reforma do consumo quanto a da renda estão sendo elaboradas buscando a neutralidade, o que significa que não deverá haver aumento de carga.

"Elas têm que ser neutras, inclusive, entre si", frisou. O objetivo do governo é conseguir melhorar o perfil da arrecadação do imposto sobre a renda, criando a progressividade tributária e, com isso, abrir caminho para diminuir a alíquota do imposto sobre consumo. "O ideal, no médio e longo prazo, é combinarmos virtuosamente as duas reformas no sentido de buscar a neutralidade e mudar a composição (da carga

tributária)".

Ele destacou ainda a forma respeitosa como os temas vêm sendo tratados entre os Poderes da República, o que, segundo o ministro, não se via nos anos passados, especialmente entre 2013 e 2022, quando a intolerância política se intensificou no país. O momento, disse ele, é oportuno para tocar as reformas, sob pena de o clima acirrado retornar. "Se a gente não endereçar essas reformas e fizer o país crescer, as tensões, logo mais, vão se acirrar novamente. E tudo o que nós precisamos agora é nos afastar desse ambiente de acirramento de tensões e voltar para o modelo de desenvolvimento em harmonia entre os Poderes para a gente conseguir vislumbrar um horizonte para o país", acrescentou Haddad.

Prêmio à ineficiência

Haddad disse ainda que sua equipe está tratando com cautela a elaboração da reforma do imposto sobre a renda, por ser muito complexa. O tema vai precisar de muito debate envolvendo governo, Parlamento e sociedade.

"A mãe de todas as reformas é a tributária, sobretudo sobre o consumo. Ela tem impacto muito grande na produtividade. Porque hoje, infelizmente, o sistema tributário é tão desorganizado que premia o menos eficiente", afirmou.

Haddad também sinalizou que o governo não pretende encaminhar a proposta antes da aprovação da reforma sobre o consumo, que ainda tramita no Senado. Segundo ele, lançar agora essa segunda etapa da reforma poderia desviar o foco do debate que ocorre no Senado.

Sobre a pauta das reformas financeiras, o ministro destacou que, embora faça parte da agenda microeconômica, tem um valor fundamental. Ele comparou o assunto com a equipe de mecânicos em uma corrida de Fórmula 1 que, embora não seja a parte mais visível do esporte, é essencial. "Economia tem muito de Fórmula 1.

Você tem que acertar o carro. Você tem que ouvir o motor." O evento, iniciado ontem, abre uma série de debates com o objetivo de elaborar propostas para dinamizar o mercado financeiro, em especial, o mercado de capitais e seguros. Até dezembro, o grupo de trabalho precisa encaminhar ao Congresso Nacional propostas em 17 áreas que buscam cumprir

esse objetivo.

"O ajuste fiscal está sendo feito de outra maneira.

Estamos eliminando o gasto tributário, enfrentando questões judicializadas há muito tempo e que nunca se resolviam, e acabando com penduricalhos"
Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/21/all.pdf>

"Alguns subsídios não fazem mais sentido hoje"

LUIZ GUILHERME GERBELLIE

ENTREVISTA: Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; tem mestrado pela PUC do Rio e foi professor do Insper

No Ministério do Planejamento e Orçamento, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sergio Firpo, lidera a construção de uma ferramenta para revisar as despesas do governo e indicar quais políticas públicas funcionam ou não. O objetivo é que essa avaliação não tenha interferência política. "A gente precisa sempre repensar se estamos usando os recursos públicos da melhor maneira possível. O que a gente quer fazer é enraizar a cultura de avaliação dentro do governo federal", afirma.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Qual é a avaliação desses seis meses de trabalho?

As principais atividades envolveram realizar um levantamento do que foi avaliado, garantir que o que já foi avaliado tenha comparabilidade, fazer uma síntese dessas avaliações e promover quadros comparativos que permitissem entender o que cada uma traz. Queremos garantir que a avaliação de políticas públicas seja um instrumento utilizado pela sociedade na cobrança de melhores serviços prestados pelo governo. Para isso, a gente precisa que a avaliação seja entendida como um instrumento útil para o próprio ministério. Tem de ser algo que sirva para os ministérios aprimorarem as suas políticas públicas.

O ministério já revelou que os subsídios do governo chegaram a 5,8% do **PIB** em 2022.

Qual é a avaliação do sr.?

Trazer os números é importante, mas trazer os números sem a avaliação das políticas acaba perdendo a relevância. A gente está com uma ênfase muito grande (nisso), com todo o timing da criação da nova regra fiscal, de olhar bastante para gastos tributários. Queremos garantir que as avaliações sejam utilizadas para aperfeiçoar as políticas de gastos diretos.

As de gastos tributários muitas vezes não cumprem o papel para o qual foram desenhadas.

Eu acho importante trazer isso e divulgar para a sociedade, ainda mais nessa discussão de **reforma tributária** e de como a Fazenda poderia olhar para políticas de subsídios que, talvez, precisem ser revistas.

São os chamados "jabutis", que estão na mira do ministro Haddad...

São políticas de subvenções que muitas vezes foram criadas num certo momento, mas que precisam ser reavaliadas com frequência. Quando desenhadas, elas atingem um público específico e trazem ganhos. Mas, quando você olha para o mundo atual, talvez não façam tanto sentido. As deduções de Imposto de Renda foram desenhadas num momento muito diferente do atual. Políticas que estão atreladas à idade, a certas doenças, hoje em dia talvez não façam mais sentido como há 30 anos.

Quais os benefícios de uma avaliação mais periódica?

Se não for feita, você mantém aquela inércia orçamentária e de isenções que muitas vezes já não fazem sentido. A gente precisa sempre repensar se estamos usando os recursos públicos da melhor maneira possível.

O que a gente quer fazer - e tem feito - é enraizar a cultura de avaliação no governo federal.

Como vai se concretizar a decisão de rever ou extinguir uma política pública?

É sobre isso que a gente tem trabalhado continuamente. A gente está criando uma ferramenta de revisão de despesas.

Todo esse processo está não só no (Ministério do) Planejamento, também vai chegar para fora do ministério. O ponto importante é garantir que isso seja feito de forma que não exista escolha política.

O País está preparado para a discussão de, eventualmente, acabar com uma política?

A gente já vem fazendo isso.

Tem políticas que vão morrendo gradualmente por inanição orçamentária. Isso já existe. O que não existe

é um ciclo de avaliação rigoroso. A questão política, que acaba fazendo com que certas políticas públicas tenham recursos orçamentários reduzidos de um ano para outro, é comum. O que a gente quer é garantir que isso não aconteça, garantir que a ingerência política só ocorra após uma revisão baseada em evidências de que as políticas públicas são meritórias ou não. O que a gente quer trazer não é a descontinuidade de políticas de forma abrupta. A gente quer garantir é o embasamento para a tomada de decisões a partir das evidências.

O sr. comentou sobre a dedução no Imposto de Renda.

Tem algo que enxerga que pode entrar nesse grupo de políticas que possa vir a ser alterado?

Ainda está cedo para dizer o que vai entrar, o que vai sair. A nossa secretaria está trazendo evidências do que funciona ou do que não funciona. E talvez agora, nesse ciclo orçamentário, algum tipo de evidência possa ser utilizado.

A confusão que vimos na condução do Censo afeta esse plano?

Eu acho que não teve confusão.

Houve uma série de discussões e eventos que fizeram com que o Censo demorasse mais para ser finalizado, mas, desde que a ministra (Simone Tebet) assumiu, houve prioridade para que o Censo fosse concluído.

As informações vão ajudar na avaliação e no desenho das políticas públicas. Agora, a gente tem uma dimensão mais fidedigna do nosso tamanho.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cautela e canja de galinha - ELENA LANDAU

ELENA LANDAU

O botafoguense João Moreira Salles sabe das coisas.

Ele diz que, quando o Botafogo vai bem, o Brasil vai bem. Meu time está na liderança, com 12 pontos de vantagem, e o País parece estar se ajustando. Mas, como boa botafoguense, vou com muita cautela.

É jogo a jogo. Por enquanto, é garantir os pontos que faltam para se livrar do rebaixamento.

Também na economia ainda tem muito chão pela frente. O foco continua nas contas públicas.

De um lado, a busca por receitas para cumprir as metas fiscais. De outro, evitar que a **reforma tributária** aumente a carga. Conciliar esses dois objetivos é o desafio.

Nos **impostos**, há muito o que consertar. O Senado tem o dever de retirar as injustificáveis exceções incluídas na Câmara.

Aumentam a alíquota e criam complexidade desnecessária.

Por fim, reduzir a regressividade do IR na próxima rodada da reforma.

Os gastos tributários foram duplicados exatamente nos governos PT. Hora de desfazer o erro. E, claro, evitar novos subsídios, tipo carros "populares" e eletrodomésticos.

Acabar com isenções sem justificativa econômica é uma fonte de receita natural. Renúncias fiscais concedidas há anos sobrevivem sem avaliação.

O exemplo mais gritante é o da Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 1967. Prevista para ser encerrada em 2013, foi renovada até 2073. Para a Zona Franca, nem as Disposições Constitucionais Transitórias são transitórias. É mais uma exceção sem sentido incluída na reforma. Só neste ano, vai receber R\$ 55 bilhões.

A intenção era criar um polo industrial, mas hoje não passa de uma montadora de produtos fabricados alhures.

A proteção da floresta também é usada como justificativa para esse volume de recursos.

Comparado com o orçamento de pouco mais de R\$ 4 bilhões do Ministério de Meio Ambiente - para todo o País (!) -, fica fácil ver que não faz qualquer sentido. E, mesmo que se some parte dos outros ministérios voltada à questão climática, a desproporção é evidente.

Na política social, a mesma distorção.

Divididos pelos habitantes de Manaus, esses bilhões equivalem a R\$ 21 mil - ou R\$ 14 mil, para quem vive no Amazonas.

Muito mais eficiente seria a aplicação direta de recursos orçamentários e, com certeza, mais transparente para a sociedade.

A ZFM está defasada para responder aos desafios que a questão climática impõe. Deve ser redesenhada com novo foco: produção local, educação, logística, digitalização, capacitação, tudo voltado para uma economia verde (1). A Amazônia merece, e nós também. Dinheiro não falta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad nega que taxar renda tenha o objetivo de cumprir meta fiscal

GABRIEL VASCONCELOS RIO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem estar otimista em relação ao cumprimento das metas fiscais do governo e que o grupo técnico da pasta tem sido conservador, adotando sempre as menores previsões de arrecadação para não frustrar expectativas. Até por isso, segundo ele, o Orçamento do próximo ano está sendo feito sob bases "sólidas".

Haddad negou ainda que a proposta de **reforma tributária** em negociação no Congresso e o projeto para modificar a tributação sobre renda e patrimônio - que deve ser apresentado até o fim do ano - tenham o objetivo de aumentar a arrecadação para garantir o cumprimento das metas fiscais. O novo arcabouço (que ainda depende de votação na Câmara) prevê déficit público zero já a partir de 2024.

Segundo Haddad, o ajuste fiscal de momento tem sido feito por meio de redução de gastos tributários, retomada de questões antigas - como marco de garantias e o sistema de votação do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - e acabando com "penduricalhos", termo usado em referência a renúncias fiscais consideradas indevidas por terem baixo impacto social.

O ministro disse que as renúncias de receita chegam hoje a 6% do **PIB**, e que a mudança no funcionamento do **Carf** vai resolver o represamento de processos que somam R\$ 1,4 trilhão. "Saltamos de menos de R\$ 600 bilhões para R\$ 1,4 trilhão. É um aumento considerável", disse ele, sobre a arrecadação potencial ligada a julgamentos no tribunal administrativo da Receita.

Questionado sobre eventuais mudanças no Simples Nacional (sistema simplificado de tributação de micros e pequenas empresas), Haddad afirmou que a medida não está no horizonte do governo.

JUROS. Na mesma entrevista, Haddad voltou à carga contra a taxa básica de juros, estabelecida pelo Banco Central (BC) em 13,75% ao ano. Haddad disse que a autarquia poderia dar um "retorno" em relação aos esforços do governo na área econômica, como a apresentação do marco fiscal ao Congresso e avanços relativos à **reforma tributária**.

"O que se espera é que haja uma reação compatível. Do ponto de vista da autoridade monetária, se espera um retorno do esforço que foi feito. Evidentemente, do meu ponto de vista, há algum tempo temos espaço para caminhar para a mesma direção (de baixa da taxa de juros)", disse Haddad. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC acontece no início de agosto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor de energia teme brecha para um novo imposto

VICTORIA ABEL

O texto da **Reforma Tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados e que tramita no Senado, abre uma brecha para que o chamado "imposto seletivo" recaia sobre a energia elétrica. O tributo é previsto na proposta de emenda à Constituição (PEC) para incidência sobre produtos e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A permissão legal tem preocupado o setor, que teme a elaboração de leis ordinárias criando a taxação. Um novo imposto sobre energia, por sua vez, poderia levar a um aumento da conta de luz para o consumidor final.

- Está dito lá que não podem ser criados outros **impostos** sobre energia elétrica, exceto o imposto seletivo. Ainda que não seja a intenção hoje, a reforma está deixando isso em aberto para uma legislação ordinária poder ou não criar o imposto. A gente acha uma temeridade deixar o texto como está. Você poder criar um imposto que vai tornar o investimento mais caro e a energia mais cara. Qualquer imposto sobre energia recai na conta de luz final -disse Alexei Vivan, diretor presidente da Associação das Companhias de Energia Elétrica (ABCE) e vice-presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase).

Vivan afirma que o setor já solicitou reunião com o relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), para tentar retirar a menção ao imposto seletivo.

EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Se fosse colocado em prática, o tributo recairia sobre as chamadas "energias sujas", como termelétricas a gás, carvão ou nucleares. Hoje, a maior parte da energia fornecida no país já é limpa, proveniente de hidrelétricas, além de placas solares e eólicas. Mas o setor de energia argumenta que as termelétricas ainda são necessárias para dar segurança em caso de emergências, como crises hídricas ou baixa incidência solar.

- Temos a matriz limpa.

Mas o sistema não consegue se basear só nas energias limpas, porque elas são cíclicas. Você precisa de um insumo que dê sustentação. Se você

tiver uma crise hídrica e aumentar o uso das termelétricas, com o custo das usinas mais caro, isso é repassado ao consumidor final -disse o diretor institucional e jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Wagner Ferreira.

Técnicos da Fazenda ouvidos pelo GLOBO afirmam não está sendo considerada a incidência do imposto seletivo sobre termelétricas na elaboração das leis complementares, que vão regulamentar a **Reforma Tributária**. Eles dizem também que não há intenção de tributar combustíveis fósseis com imposto seletivo, porque poderia gerar um custo para as empresas brasileiras de produção e refino.

Aliados do ministro Fernando Haddad, porém, destacam que será mantida a diferenciação na tributação entre combustíveis fósseis e biocombustíveis no próprio IBS/CBS, para valorização de produtos ambientalmente limpos.

O setor de energia ainda quer que o Senado trate os produtos do segmento como essenciais. De acordo com Ferreira, isso permitiria que a lei complementar criasse um mecanismo de redução do imposto sobre energia sempre que a arrecadação do país aumentar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reformas devem ajudar economia, diz Haddad

A economia brasileira pode "deslançar" com a aprovação de propostas de reformas do governo no Congresso Nacional, defendeu, na quinta-feira (20), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Rio. "As medidas começam a gerar um novo horizonte", afirmou Haddad.

O ministro disse estar otimista com a aprovação da **reforma tributária** e citou o atual ambiente como de "reconstrução do país".

Ele defendeu a união entre as instituições do país para efetuar essa reconstrução: "Se cada poder jogar seu jogo, se cada agência jogar o seu jogo, não tem como [dar errado]", disse nessa quinta-feira (20), no Rio, na divulgação da Agenda de Reformas Financeiras ciclo 2023-2024.

Na segunda-feira (17), o boletim Focus, do Banco Central, projetou um Produto Interno Bruto (**PIB**) um pouco maior para 2023 e nessa quinta-feira a Fazenda reviu os números para cima.

Enquanto no Focus a mediana das projeções do mercado para o crescimento da economia brasileira em 2023 subiu de 2,19% para 2,24%, no caso da Fazenda a projeção para a expansão da economia neste ano passou de 1,9% para 2,5%.

"Não adianta termos ilusão a respeito da melhoria do bem-estar, do crescimento do **PIB**. Se não fizemos as reformas, a tensão vai se acirrar novamente", ponderou Haddad.

Ainda segundo o ministro, a **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada pela Câmara e prestes a ser analisada pelo Senado, e a do Imposto de Renda, que deverá ser realizada futuramente, não podem ter como objetivo o ajuste fiscal, o que vem sendo feito de outra maneira, com a eliminação de "penduricalhos", acrescentou. "Renúncias e desonerações que foram feitas estão sendo revistas à luz do impacto social."

Para a reforma sobre o Imposto de Renda, há muita cautela, e será necessário amadurecimento da sociedade, na visão do ministro. Por ser complexa, merece ser amplamente discutida com a sociedade. A reforma em curso, sobre consumo, vem sendo falada há anos, por diversos governos, e pelo menos dois candidatos à presidência incorporaram aos programas

de governo a reforma de Bernard Appy, secretário extraordinário da **reforma tributária**.

Haddad afirmou que as propostas do governo foram aprovadas antes do esperado e rebateu críticas de que a proposta para a **reforma tributária** poderia ser melhor: "Tudo pode ser um pouco melhor, mas tem algum marco fiscal melhor do que o brasileiro neste momento?", questionou.

O Congresso Nacional tem demonstrado maturidade sobre o assunto e deve ser aplaudido, concluiu.

Para o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, a aplicação de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), nova modalidade de tributo prevista na **reforma tributária**, será muito positiva a longo prazo no mercado financeiro.

Para Pinto, o IVA vai diminuir possíveis dificuldades resultantes do nível de complexidade atual dos **tributos** no mercado financeiro: "Pagar **impostos** de renda variável no Brasil é muito complicado e distorce decisões de investimento", comentou. No entendimento do secretário, ainda não existe um bom sistema de IVA em mercado financeiro no mundo. E o Brasil poderia sair na frente nesse tema ao criar um modelo eficiente.

"Se cada poder jogar seu jogo, não tem como [dar errado]" Fernando Haddad

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Reformas devem ajudar economia, diz Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187608>

Como a reforma tributária pode afetar o mercado de carros

Fernando Pedrosa

A **reforma tributária** em discussão no Senado, após aprovação na Câmara dos Deputados, pode mexer no mercado automotivo, mas o cenário ainda é nebuloso. Isso porque ainda não há definição de alíquotas e regras para cada setor.

Em linhas gerais, a reforma aprovada até agora substitui cinco **impostos** pelo chamado IVA Dual (Imposto sobre Valor Agregado) em duas esferas: nos **impostos** federais, substitui IPI, PIS e Cofins pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços); nos Estaduais e municipais, troca ICMS e ISS pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Também é criado o imposto seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Além disso, a reforma cria créditos de **impostos** já pagos ao longo da cadeia produtiva, eliminando a prática que é conhecida como **impostos** em cascata.

Usando como exemplo um parafuso usado na fabricação de uma peça de carro que tenha alíquota de 10%: um produtor de aço vende o insumo por R\$ 100 para uma fábrica e a fábrica recolhe R\$ 10 em imposto; depois, vende o parafuso por R\$ 200 para a empresa que produz a peça, que recolhe imposto de R\$ 20.

Destes, R\$ 10 ficam como crédito, pois R\$ 10 já foram recolhidos na fase anterior. Então, o consumidor compra a peça por R\$ 300 e paga R\$ 30 de imposto. A loja tem R\$ 20 de crédito.

Hoje, alguns **tributos** acumulam, pois não geram créditos.

As regras para cada setor serão criadas depois por leis complementares.

Hoje, o mercado automotivo tem particularidades, como faixas de **impostos** conforme a motorização, que varia de 7% para carros até 1.0 até 25% para carros a gasolina com motor acima de 2.0.

Sem a definição das alíquotas, é difícil saber se a reforma vai ou não baixar os preços dos carros.

O discutido hoje é que essas faixas passem a ser

estabelecidas pelo consumo energético, ou seja, carros que poluem menos, pagam menos. Mas, saindo do campo da especulação, seria necessário esperar ao menos até 2025 para ter alguma definição.

O certo é que a reforma diminui a burocracia, e isso é comemorado por fabricantes e economistas.

"Tudo vai depender da alíquota.

Ainda não se tem, então trabalhamos com diversos cenários. Tem algum segmento que perde e outro que ganha, mas, no geral, não se espera uma redução da carga tributária, mas sim nos gastos administrativos", diz Márcio de Lima Leite, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Pelas contas da entidade, 1,2% do faturamento da indústria automotiva é gasto com burocracia tributária, o que giraria em torno de R\$ 4 bilhões. "Isso poderia ser revertido em investimento e formação das pessoas", diz Leite.

"A redução do tempo que você vai perder para poder pagar **impostos** é um ganho de produtividade.

Um dos pilares [da reforma] é a simplificação. A arrecadação fica mais simples, a cadeia produtiva vai perder menos tempo.

Esse é o grande foco", diz Carla Beni, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A economista antecipa, no entanto, um cenário positivo para o setor. "Existe a reforma ideal e a possível. Estamos vendo uma extremamente positiva, mas também dentro do possível." A associação dos fabricantes também vê na reforma uma porta para investimentos externos.

"Acreditamos, sim, em aumento dos investimentos, com previsibilidade e amadurecimento do país. De uma forma geral, estamos celebrando a aprovação. Isso é um sinal de amadurecimento do Brasil e da sociedade", disse o presidente da Anfavea.

Apesar do otimismo, há indefinições também no segmento de carros usados. Segundo Alcides Wilhelm, assessor jurídico da Federação dos

Revendedores de Veículos Usados (Fenauto), ainda não dá para saber o reflexo que a reforma terá no setor. "Pela forma que está sendo desenhado o CBS, se o setor de veículos usados não estiver contemplado com a possibilidade de ter créditos presumidos haverá um aumento significativo nos preços", disse.

Wilhelm defende que o setor seja tratado de forma diferente do mercado de novos. "Como a PEC 45 está posta, vejo que a carga deve ficar mais alta." "Seria importante o segmento pressionar os nossos legisladores para que contemplem alguma forma de tributação diferenciada para evitar um aumento de carga tributária. A gente não pode deixar que a reforma trate todos os contribuintes de forma igualitária, sendo que cada segmento econômico tem as suas particularidades", conclui.

Outro ponto da **reforma tributária** que interessa aos donos de carros é a mudança no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que passa a ser progressivo. O discutido é que a base de cálculo leve em conta dois pontos: a eficiência energética e o valor dos carros.

Se passar dessa forma, veículos elétricos e híbridos pagariam menos, e carros a combustão mais caros teriam alíquotas mais altas. As taxas serão fixadas posteriormente, por meio de lei complementar.

Atualmente, há iniciativas pontuais de Estados nesse sentido.

Com a mudança, pode haver uma única regra para todo o país.

Também foi aprovada a cobrança do imposto para embarcações e aeronaves, mas já há projetos de isenção para veículos usados na agricultura e na pesca, o que abriria brechas para outras categorias. Ou seja, até o início da implementação, prevista para 2025, muita água ainda vai rolar.

*

R\$ 4 bi É o gasto da indústria automotiva com a burocracia fiscal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187608>

Senado fica responsável por corrigir eventuais equívocos da reforma - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

O Senado terá uma responsabilidade tremenda de consertar eventuais equívocos da proposta de emenda constitucional (PEC 45), da **reforma tributária**, aprovada na Câmara. De pouco adianta simplesmente ignorar os aspectos colocados pelos signatários do texto que trata a proposta de reforma como uma das piores da história do Brasil, tal como fez o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ao referir-se aos críticos como "vozes do passado", que contribuíram com o aumento da carga de **impostos**.

Assinaram o texto Everardo Maciel, Jorge Rachid, Marcos Cintra, ex-secretários da **Receita Federal**; José Roberto Afonso, professor do IDP e da Universidade de Lisboa, Felipe Salto, ex-secretário de Fazenda de Planejamento de São Paulo e economista-chefe da Warren Rena, Fernando Rezende, professor da FGV, Selene Peres Nunes, secretária de Economia de Goiás.

As críticas estão centradas sobre aspectos que formam o núcleo da proposta e que, ao contrário do que é esperado, não simplificaria o sistema, conhecido como "manicômio tributário", não induziria ao crescimento econômico e traz o risco de elevar a já tão pesada carga tributária.

A Federação, resguardada por cláusula pétrea na Constituição de 1988, estaria, também, ameaçada por um Conselho Federativo, com amplos poderes na gestão de **impostos** estaduais e municipais e com competência para submeter projetos de lei complementar ao Congresso.

É indiscutível que o sistema tributário brasileiro tem muitos problemas. Para Maciel, a grande maioria dos problemas não são causados pelos **impostos**, mas sim pelos processos. "Nós criamos os problemas que geraram a guerra fiscal", completou Maciel, que citou dois fatos: Quando fizeram a reforma administrativa do governo Collor de Mello, havia, no ministério da Fazenda, uma secretaria de Economia e Finanças, que era de onde se coordenava o ICMS.

"Acharam aquele nome esquisito e acabaram tanto

com a secretaria quanto com a coordenação". Outro exemplo foi o descaso do Congresso Nacional com o que dizia a Constituição de 88, no seu artigo 155, parágrafo 2º do inciso XII, alínea "g", que uma lei complementar disciplinaria os incentivos fiscais do ICMS, concedidos pelos estados. Tal lei nunca chegou a ser votada.

Em 2012, quando foi relator em uma comissão presidida por Nelson Jobim, sobre pacto federativo. Maciel preparou um projeto tratando dessa legislação, para por um fim à guerra fiscal. "Não me esqueço o que disse Luiz Henrique, ex-senador por Santa Catarina, já falecido, quando leu a proposta: "Mas isso vai acabar com a guerra fiscal! Não vai ser aprovado!"" , contou o ex-secretário da **Receita Federal**.

Há um mar de contenciosos tributários. De um lado tem o Fisco, com poderes ilimitados e, do outro, o contribuinte que pode questionar questões constitucionais na primeira instância. Dá uns 19 anos para questionar na primeira instância até o STF. Se o contribuinte perder, vai pagar com juros simples, o que é um bom negócio.

Contencioso vem do processo e ninguém trata disso. Tem como resolver quase tudo por legislação infraconstitucional e boa parte tem projeto pronto no Senado e ninguém olha. De cada dez parlamentares que votaram a favor da reforma, nove não deve ter ideia do que votou. Foi liberado o dinheiro da emenda do deputado, ele vota a favor.

O professor Eurico Santi diz, em vídeo que circula na internet, que o Centro de Cidadania Fiscal (CCif) é um think tank (responsável pela elaboração da PEC 45) independente, mas "temos os nossos financiadores que nos controlam e controlam a qualidade do nosso trabalho." Quando chegaram com a proposta para eles (empresários), pediram que fosse de implementação bem gradual, até porque tem empresas que acabaram de fazer investimentos com incentivo fiscal.

São 12 as empresas que financiam o CCiF. Segundo Maciel, quem assistiu ficou estarrecido com a sinceridade do professor. "Foi um acordo com o setor

produtivo de que queremos a reforma, mas vamos fazê-la devagarzinho", explicou Santi.

Para José Roberto Afonso, "não há uma **reforma tributária**. Não se desenha um novo sistema que supõe olhar para o futuro e para uma economia cada vez mais verde, inclusiva e digital". Ao contrário, "tenta-se repetir o que mundo fez décadas atrás, quando ainda predominavam bens, apareciam alguns serviços, e mal se sabia o que era a economia do conhecimento".

A PEC 45 simplificaria a maçaroca dos **tributos** se fosse adotado um único IVA (Imposto sobre valor adicionado) nacional. "Já a Câmara aprovou três **tributos** sobre bens e serviços, mais um seletivo, fora dois provisórios, sobre produtos industrializados e sobre algumas exportações estaduais.

Mesmo no imposto base, tem um regime normal, outro com alíquota reduzida, diferentes regimes especiais desconhecidos, mais o Simples, nacional ou parcial".

Da proposta que está nas mãos do Senado, resultam dois danos centrais: Primeiro, aumenta o espaço para questionamentos judiciais, inclusive os mais longos, porque só o STF decide.

Segundo, engessa as mudanças legais justamente quando economia e sociedade passam por transformações estruturais radicais, argumenta Afonso.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Senado fica responsável por corrigir eventuais equívocos da reforma

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187608>

Lula cria força-tarefa com ministros para atrair evangélicos

Catia Seabra Brasília

O governo Lula (PT) constituiu uma força-tarefa de ministros com a missão de desenhar e colocar em prática uma estratégia de aproximação com o público evangélico, ainda refratário ao presidente.

Segundo interlocutores, Lula foi convencido da necessidade uma tática específica para o segmento, cuja agenda é associada ao bolsonarismo.

Entre os integrantes desse time estão os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Paulo Pimenta (Secom), Márcio Macedo (Secretaria-Geral), Jorge Messias (Advocacia-Geral), Waldez Goés (Desenvolvimento Regional) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social).

O grupo se reúne periodicamente para se debruçar sobre estatísticas com o intuito de traçar o perfil desse eleitorado e definir políticas voltadas a ele. Nesta quinta (20), houve encontro na Secretaria-Geral da Presidência para conhecer os dados de uma pesquisa apresentada por Pimenta.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o ex-ministro Gilberto Carvalho também participaram desse almoço. Messias não compareceu. Uma das constatações da pesquisa, segundo presentes, é a influência dos pastores sobre o voto de seus seguidores.

A partir desses dados, o grupo submeterá a Lula um plano de ação para o segmento.

Diante da diversidade de lideranças e agremiações religiosas, foi descartada a ideia de escolha de um único coordenador para abertura de diálogo, optando-se pela montagem de um grupo.

A estratégia inclui o mapeamento de líderes do segmento, influencia dores digitais, comunicadores e canais de comunicação voltados ao setor.

Entre as tarefas está a identificação de evangélicos que ocupam cargos no governo. A ideia é que, por exemplo, sejam escalados para agendas de apresentação de programas a este segmento religioso.

Uma das funções é garantir mais celeridade ao desmonte de fake news disseminadas nas redes

sociais visando abalar a imagem do presidente.

O trabalho inclui ainda a seleção de entidades religiosas dedicadas a projetos sociais não atendidas em programas governamentais. A orientação é para que as mulheres estejam no foco dessas ações.

Segundo Wellington Dias, a proposta de união e reconstrução, encampada pelo governo, "também vale para uma boa relação e de cuidados, diálogo com os líderes e, principalmente, atendimento ao povo evangélico".

Casado com uma líder evangélica, o ministro cita como exemplo a inclusão no Cadastro Único e no Bolsa Família de quem preencher requisitos, além dos programas. Desenrola Brasil, e apoio para qualificação e empreendedorismo.

A mais recente pesquisado Datafolha, de junho, mostra a dificuldade do petista no segmento. Enquanto sua administração é avaliada como boa ou ótima por 37% da população, esse número despenca para 20% entre os evangélicos. Na linha oposta, a reprovação é mais alta -38% contra 27% no eleitorado geral.

Para a elaboração de estratégias específicas, foram divididos em quatro grupos: tradicionais, pentecostais, neopentecostais e de periferia.

A fórmula parte da constatação de que a amplitude de agremiações exige políticas diferenciadas. Por exemplo, a imunidade prevista na **Reforma Tributária** contemplaria apenas um setor.

Em meio ao esforço para equilibrar as contas públicas e incrementar os cofres da União, o governo abriu mão de dinheiro para agradar os evangélicos e apoiou na negociação da reforma a ampliação da imunidade tributária das igrejas contra a cobrança de **impostos** federais, estaduais e municipais (incluindo IPTU).

A adoção de um discurso dirigido ao público evangélico foi fonte de um dilema durante a campanha presidencial. Pressionado por aliados, Lula resistia à ideia de apresentar uma carta de compromissos a evangélicos sob o argumento de que não gosta da ideia de misturar fé e política.

Finalmente convencido, lançou a carta a apenas 11

dias do segundo turno. Nela, diz ser contra o aborto e "que o lar e a orientação dos pais são fundamentais na educação de seus filhos, cabendo à escola apoiá-los dialogando e respeitando os valores das famílias, sem a interferência do Estado".

Lula reafirma a Boulos apoio para candidatura em 24

O presidente Lula (PT) reafirmou nesta quinta (20) ao deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) que o apoiará na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2024. O compromisso foi reforçado em conversa com o parlamentar antes da cerimônia de sanção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Palácio do Planalto. Segundo aliados, Lula pediu para que organizassem a cerimônia para demonstrar respaldo ao aliado. O gesto ocorre no momento em que petistas questionam a candidatura do deputado federal.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50344>

O semestre do imposto de Lula-Haddad - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

As férias do Congresso esvaziam o noticiário político-econômico. Parte maior da atenção do público está ocupada por essa que se tornou uma das grandes questões do nosso tempo, por assim dizer, a Barbie.

Na vida real e adulta, o assunto da hora é a tentativa de Fernando Haddad de acertar com o Congresso um calendário para a aprovação de **impostos**, o tema mais importante da economia nesta segunda metade do ano.

Caso Haddad tenha sucesso, haverá a perspectiva de que a meta de zerar o déficit do governo em 2024 pareça realista. A perspectiva de que as metas fiscais sejam pouco furadas deve baixar taxas de juros, manter a taxa de câmbio ("preço do dólar") comportada e contribuir para um reaquecimento da economia entre o trimestre final deste ano e o primeiro de 2024.

O aumento de imposto é essencial para o sucesso de Lula 3, para discussões mais sérias sobre o futuro, para estabilizar o país e, assim, diminuir o risco de novo ataque dos bárbaros políticos.

Haddad quer tributar os fundos de investimento de ricos, os ditos fundos exclusivos, privilégio dos mais indecentes. Quer tributar sites de apostas. Quer acabar com outras isenções tributárias e fazer com que algumas, já desautorizadas pela Justiça, acabem por render algum dinheiro para o Tesouro (ainda não estão rendendo).

Vai ter de lidar com o difícil problema do fim das desonerações (menos **impostos**) sobre a folha de pagamento de certos setores. Terá de evitar que vingue o aumento da faixa de isenção de IR da pessoa física, promessa ruinosa da campanha de Lula 3.

Terá de evitar que o governo apareça com planos de forçar a barra do crescimento por meio de subsídios, isenções de **impostos** do gênero "Mais Carros "ou" Mais Geladeiras"; de estouro de estatais ou de bancos públicos; de evitar os tantos favores setoriais que estão na fila de votação do Congresso.

É preciso aumentar a carga tributária, não importa o nome que se dê à cobrança de mais **impostos**, se

"reoneração", fim de "jabutis", degasto tributário etc. A carga tributária é apenas uma proporção: O total de **impostos** arrecadados dividido pelo valor do **PIB**.

É necessário. É o que deveria ter sido feito desde 2015, quando ficou claro de vez que as contas do governo haviam ido à breca. Isto é, cobrar mais imposto em vez de pedirem prestado afim de cobrir os déficits descabelados do governo federal.

O segundo semestre também deve ser o da aprovação final da **reforma tributária**, sob risco de ser desfigurada por reduções de alíquotas para setores com lobby forte. Daí não virá mais dinheiro, mas um método de tornar a economia mais eficiente. Também no segundo semestre devem aparecer os programas de "transição verde" e de política industrial.

Tudo muitíssimo importante. Mas, a curto prazo, é preciso cobrar mais imposto.

O Congresso vai deixar passar o programa de **impostos** de Haddad? A nova aliança com o centrão-direita vai bancar um acordo sobre essa matéria crucial? Desde 2015, ao menos, o Congresso barra imposto.

Há sinais de melhoria no horizonte. As taxas de juros de prazo mais longo caíram de modo relevante desde abril, o que deve começar a ter efeito prático no final do ano. O mercado de capitais começa a se recuperar. O começo da queda da Selic deve ajudar; embora quase nada neste ano. Se tudo der certo, seu efeito no crédito começa a ficar visível lá pelo Carnaval de 2024. O Desenrola pode aliviar endividados e o balanço dos bancos, dando algum impulso ao crédito, minguate de modo relevante desde abril.

Nada disso vai muito longe, porém, se não houver perspectiva de que o governo vai conseguir cumprir suas metas fiscais (de reduzir o déficit). Isto é, de sucesso da contenção de gasto e do semestre do imposto de Haddad.

vincius.torres@grupofolha.com.br

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50344&maxTouch=0&anchor=6480509&pd=0a801bba192f7bef1ac57f4244e726c8>

Haddad: reforma sobre renda e consumo não visa aumenar arrecadação

Gabriel Mansur

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (20) que a **reforma tributária** sobre o consumo, em tramitação no Senado, e a reforma sobre o imposto de renda, que ainda será apresentada pelo governo ao Congresso Nacional, não têm como objetivo aumentar a arrecadação para ajudar no ajuste fiscal.

"A reforma sobre a renda e sobre o consumo não pode ter como objetivo o ajuste fiscal. O ajuste fiscal está sendo feito com base em outros pressupostos que é a eliminação dos penduricalhos que afetam o sistema tributário como um todo, inclusive o estadual. Estamos falando de renúncias [fiscais] da ordem de 6% do **PIB** [Produto Interno Bruto]", afirmou Haddad, que participou da apresentação de 17 propostas para reformas financeiras no país esta manhã no Rio de Janeiro.

Segundo o ministro, renúncias fiscais e desonerações que foram feitas estão sendo revistas "à luz do impacto social, na maioria das vezes, baixo".

Haddad informou que a pasta está com muita cautela em relação à reforma do imposto de renda, que ele classificou de muito complexa. Segundo o ministro, a reforma sobre a renda vai precisar de um processo de amadurecimento por ter sido menos discutida que a **reforma tributária** sobre o consumo que está em curso.

"A mãe de todas as reformas é a tributária, sobretudo sobre o consumo. Ela tem impacto muito grande na produtividade. Porque hoje, infelizmente, o sistema tributário é tão desorganizado que premia o menos eficiente", afirmou.

"Se a gente não endereçar essas reformas e fazer o país crescer, as tensões, logo mais, vão se acirrar novamente. E tudo o que nós precisamos agora é nos afastar desse ambiente de acirramento de tensões e voltar para o modelo de desenvolvimento em harmonia entre os poderes para a gente conseguir vislumbrar um horizonte para o país. Eu sou um otimista", acrescentou Haddad.

Site: [https://www.jb.com.br/economia/2023/07/1044960-haddad-reforma-sobre-renda-e-consumo-nao-visa-](https://www.jb.com.br/economia/2023/07/1044960-haddad-reforma-sobre-renda-e-consumo-nao-visa)

[aumento-da-arrecadacao.html](#)

Ministério da Fazenda apresenta propostas para reformas financeiras

O Ministério da Fazenda apresentou nesta quinta-feira (20) uma série de propostas para reformas financeiras no país. São 17 no total, que envolvem segmentos como tributação, seguros, previdência, mercado de capitais e crédito.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que um dos caminhos para alavancar a economia brasileira passa pela **reforma tributária**.

As propostas apresentadas vieram a partir do convite a 40 associações do setor privado, que enviaram 120 propostas para o governo, das quais 17 foram selecionadas para receberem prioridade.

Cada proposta será trabalhada por uma equipe temática, a partir de agosto. Ao final, um relatório deverá ser entregue em maio de 2024. Para o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa, a reavaliação de condutas é uma das ações necessárias para reformar a economia.

O objetivo da Agenda de Reformas Financeiras é unir governo e sociedade para discutir e apresentar propostas de aprimoramento regulatório para a atuação do mercado financeiro, possibilitando maior eficiência, justiça social e melhores condições para geração de renda e emprego.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-07/ministerio-da-fazenda-apresenta-propostas-para-reformas-financeiras>

Reforma sobre renda e consumo não visa aumento da arrecadação

Publicado em 20/07/2023 - 15:17 Por Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (20) que a **reforma tributária** sobre o consumo, em tramitação no Senado, e a reforma sobre o imposto de renda, que ainda será apresentada pelo governo ao Congresso Nacional, não têm como objetivo aumentar a arrecadação para ajudar no ajuste fiscal.

"A reforma sobre a renda e sobre o consumo não podem ter como objetivo o ajuste fiscal. O ajuste fiscal está sendo feito com base em outros pressupostos que é a eliminação dos penduricalhos que afetam o sistema tributário como um todo, inclusive o estadual. Estamos falando de renúncias [fiscais] da ordem de 6% do **PIB** [Produto Interno Bruto]", afirmou Haddad, que participou da apresentação de 17 propostas para reformas financeiras no país esta manhã no Rio de Janeiro.

Segundo o ministro, renúncias fiscais e desonerações que foram feitas estão sendo revistas "à luz do impacto social, na maioria das vezes, baixo".

Haddad informou que a pasta está com muita cautela em relação à reforma do imposto de renda que ele classificou de muito complexa. Segundo o ministro, a reforma sobre a renda vai precisar de um processo de amadurecimento por ter sido menos discutida que a **reforma tributária** sobre o consumo que está em curso.

"A mãe de todas as reformas é a tributária, sobretudo sobre o consumo. Ela tem impacto muito grande na produtividade. Porque hoje, infelizmente, o sistema tributário é tão desorganizado que premia o menos eficiente", afirmou.

"Se a gente não endereçar essas reformas e fazer o país crescer, as tensões, logo mais, vão se acirrar novamente. E tudo o que nós precisamos agora é nos afastar desse ambiente de acirramento de tensões e voltar para o modelo de desenvolvimento em harmonia entre os poderes para a gente conseguir vislumbrar um horizonte para o país. Eu sou um otimista", acrescentou Haddad.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/reforma-sobre-renda-e-sobre-consumo-nao-visa-aumento-da-arrecadacao>

Produtores de óleos vegetais e grãos temem nova taxaço estadual

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Grandes exportadores de grãos como soja e milho e produtores de óleos vegetais (inclusive biodiesel) estão preocupados com o retorno de um termo à **legislação tributária** abandonado pelo País ainda nos anos 1990. Trata-se do "semielaborado", usado para definir os produtos que podem ser alvo da controversa nova contribuição que os Estados poderão cobrar, mesmo após a extinção do ICMS.

O termo foi incluído no artigo 20 da PEC da **reforma tributária** durante a tramitação na Câmara por meio de uma emenda protocolada poucos minutos antes da votação. A emenda reuniu demandas negociadas de última hora para viabilizar a votação, entre as quais a nova contribuição estadual.

A exigência foi feita pelos governadores do Centro-Oeste, liderados por Mauro Mendes (União Brasil-MT).

Presidente da associação que representa a indústria de óleos vegetais (Abiove), André Nassar afirma que a redação abre brecha para que não apenas os grãos, mas também produtos que passam por algum processamento, como o farelo, também sejam taxados.

"Voltou uma redação passada, que fala em primários e semielaborados, uma redação pré- Lei Kandir (1996). O Brasil já aposentou esse conceito." A Lei Kandir estabeleceu que produtos exportados fossem poupados do ICMS, o imposto estadual. Antes dela, diz Nassar, o grão e o farelo eram taxados quando saíam do País. A atual reforma mantém o benefício aos exportadores, mas permitiu que os Estados cobrem a contribuição sobre "produtos primários e semielaborados", numa emenda que foi apelidada de "Cavalo de Troia".

A inspiração são os fundos dos Estados do Centro-Oeste, como o Fethab (Fundo de Transporte e Habitação), criado pelo Estado de Mato Grosso em 2002 e que incide sobre a venda da soja. Depois dele, o Estado criou novos fundos para taxar também o milho vendido em grão e foi seguido por governadores de Estados que são grandes produtores para exportação, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Maranhão.

O texto da reforma prevê que os governadores que já têm essa contribuição possam continuar fazendo a cobrança até 2043 - ou seja, dez anos após a conversão total do atual ICMS para o IBS (o imposto que vai sucedê-lo). Cinco Estados têm fundos do gênero e mais de uma dezena de outros entes da federação alegam tê-los em leis estaduais e que poderiam colocá- los em operação.

"Esse "semielaborado" dá um medo danado na gente. Se amanhã eles começam a pôr esse fundo em cima do farelo, o impacto é enorme, vão tributar o processamento. Vamos ter de fazer as contas. Pode valer mais a pena mandar todo o grão para fora (do País)", diz Nassar. "Você desincentiva a indústria doméstica." Caso a tributação incida também sobre vendas interestaduais, como ocorre com o fundo de Goiás, é possível que afete até o preço da carne, uma vez que o farelo é usado em raço.

A Abiove defende que a contribuição, se aprovada, permaneça apenas enquanto durar o ICMS (até 2033), alegando que os fundos foram criados para compensar a isenção do imposto estadual fixada na Lei Kandir. "Se acaba o ICMS, por que não acaba o fundo?", diz Nassar.

Ficou para depois

O que falta regulamentar na **reforma tributária**

Definição de alíquotas Uma lei complementar vai regulamentar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) fixando as alíquotas dos futuros **tributos**.

Estados exigiram que essa regulamentação fosse simultânea, ainda que os prazos de transição sejam diferentes. O Ministério da Fazenda será o responsável por calcular as alíquotas dos novos **impostos**

Itens da cesta básica isentos O texto construído na Câmara optou por estabelecer a criação de uma cesta básica nacional, cujos produtos terão alíquota zero. Atualmente, cada Estado e a União têm uma definição dos itens que compõem essa cesta - além dos triviais arroz e feijão, itens como queijos finos e salmão também contam com benefícios tributários. Para uniformizar, uma lei complementar vai definir qual será

a lista de produtos que terão alíquota zero daqui em diante

Alcance do Imposto Seletivo (IS) A função do Imposto Seletivo será regulatória. O novo tributo vai incidir sobre itens que o governo deseje coibir o consumo, e que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Esse tipo de cobrança também é conhecida como "imposto do pecado", e costuma incidir sobre itens como bebidas alcoólicas e cigarros

Crítérios de divisão do Fundo Regional Os critérios de divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR), que receberá aportes do governo federal para Estados e municípios, serão estabelecidos em lei complementar.

A União se comprometeu a bancar o fundo com aporte de R\$ 8 bilhões em 2029 e elevação gradual, até chegar a R\$ 40 bilhões a partir de 2033

Fundo da Amazônia O texto aprovado prevê a criação de um fundo específico para o desenvolvimento do Estado do Amazonas, também bancado pela União. Não há estimativa de custo. Sua criação depende de lei complementar, que vai determinar o valor mínimo de aporte anual e critérios de correção

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pontas soltas da reforma tributária - CELSO MING

CELSO MING I/COM PABLO SANTANA

A aprovação da reforma tributária pela Câmara dos Deputados, depois de mais de três décadas de discussões, foi enorme avanço em direção da remoção da barafunda que é o sistema atual.

No entanto, o texto-base contém emendas e jabutis de última hora, que deformam os objetivos da proposta. Cabe agora ao Senado, sob a relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), exercer função revisora, que remova as escórias e evite a desidratação do sistema que se quer modernizar.

O que se pretende é a neutralidade das mudanças (sem aumento da carga tributária), a não cumulatividade (sem impostos em cascata), simplificação do sistema e cobrança no destino final da mercadoria e do serviço, de modo a acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

Para a professora do Insper Cristina Helena de Mello, o Senado tem melhores condições políticas de eliminar ou reduzir as anomalias enxertadas no texto original. A mesma emenda que possibilita a taxação sobre exportações de matérias-primas e produtos semielaborados também amplia imunidades tributárias e inclui novos setores a serem beneficiados com a alíquota reduzida do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Essas distorções criam tantas "meias-entradas" que, para garantir equivalência com a arrecadação atual, seria necessário puxar de 25% para 28% a alíquota do imposto, conforme cálculos do Ipea. Esta seria a maior alíquota vigente nos países que adotaram o modelo tributário.

Falta também transparência nas propostas, como aponta a doutora em Direito Tributário Mary Elbe Queiroz. A ausência de estudos de impacto transforma pontos importantes da reforma em "voo às cegas", como afirma ela, pois não se conhece o tamanho da alíquota básica do IVA nem a definição da renda para as pessoas contempladas pelo cashback, a devolução prevista para os mais carentes. E, diante de tantos enxertos, deixar essas pendências para serem definidas na lei complementar, como foi argumentado, derruba a confiabilidade da proposta.

O ministro Fernando Haddad se comprometeu a fornecer os dados necessários para a avaliação do

Senado. No entanto, parece mais conveniente que, além do maior interessado, instituições acadêmicas mais isentas de interesses particulares fossem convocadas para elaborar os estudos sobre o impacto dessas propostas paralelas.

Há, ainda, as pendências sobre a governança do Conselho Federativo responsável pela definição de alíquotas, pela distribuição do resultado e da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços. E persistem as dúvidas sobre a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e os aportes para o Fundo da Zona Franca.

A previsão é de que o relatório final seja concluído e votado em outubro. São muitas as pontas soltas. O que se pergunta é até que ponto o Senado está disposto a fazer as correções e a impedir o jogo contra dos grupos de pressão.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Pontas soltas da reforma tributária

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento do novo PAC está fechado, diz Simone Tebet

Publicado em 19/07/2023 - 22:52 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Prevista para ser lançada em agosto, a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já tem orçamento fechado, disse nesta noite a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, o Minha Casa, Minha Vida será um dos carros-chefe do programa.

A ministra não detalhou valores. Apenas disse que a verba para as obras da faixa 1 do programa habitacional, a que atende as famílias com renda de até dois salários mínimos, terá um "orçamento considerável".

Segundo diversas construtoras, a verba atual, de R\$ 9,6 bilhões, é insuficiente para cobrir a demanda do Minha Casa, Minha Vida até o fim do ano. Tebet, no entanto, assegurou que o assunto foi levado em conta nas reuniões para a elaboração do novo PAC.

Alegando que o anúncio do valor cabe à Casa Civil e ao Ministério das Cidades, a ministra não revelou valores, nem para o Minha Casa, Minha Vida, nem para o PAC. "Não posso dizer se vai aumentar ou ficar estável. Só posso dizer que [a verba] não vai baixar", declarou. Em entrevistas recentes, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem dito que o novo PAC terá uma dotação em torno de R\$ 60 bilhões.

Tebet deu a declaração após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com a presidenta da Caixa Econômica Federal, Luciana Servo, na sede do Ministério da Fazenda. Segundo ela, o encontro serviu para fazer um balanço dos seis primeiros meses de governo e para avaliar perspectivas para o segundo semestre.

Para os próximos meses, destacou a ministra, as prioridades serão a apresentação do novo Plano Plurianual e do Orçamento de 2024, previstas para 31 de agosto, e pelas votações de projetos de interesse do governo no Congresso: como o novo arcabouço fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 e a [reforma tributária](#).

Em relação ao atraso na votação das novas regras fiscais, adiada para agosto, Tebet disse que o cronograma apertado não será um problema. Isso

porque o Ministério do Planejamento está levando em conta a versão aprovada pelo Senado para elaborar o Orçamento do próximo ano.

Por causa das alterações do Senado, o arcabouço foi mandado de volta à Câmara para ser votado pela segunda vez. Assim como o projeto da LDO, o projeto do Orçamento de 2024 está sendo elaborado com despesas ressaltadas, que constarão do texto, mas serão tratadas como fictícias até a aprovação do novo marco fiscal.

Segundo Tebet, o governo começou a dar os primeiros passos para a elaboração do Orçamento. Nesta sexta-feira (21), os ministérios serão informados sobre a verba disponível para cada pasta em 2024. A ministra, no entanto, advertiu que haverá limites.

Parte do espaço fiscal do novo arcabouço será consumido por gastos que precisam ser corrigidos pelo crescimento da receita, como os mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação. "Ao mesmo tempo em que a gente vai ter um espaço fiscal significativo, uma parte dele já está carimbada, e os ministérios terão que se adaptar e entender a realidade dos fatos, diante de um arcabouço e da Constituição que estabelece parâmetros", destacou.

A ministra ressaltou que o Orçamento incorporou quase todas as promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, admitiu que a elevação da faixa de isenção de Imposto de Renda (IR) para R\$ 5 mil ainda não está prevista no Orçamento para 2024 porque depende da votação da [reforma tributária](#). "Isso [a nova faixa de isenção] pode entrar no ano que vem como pode entrar em 2025, a depender de uma outra questão que vai ser discutida com o Ministério da Fazenda até o fim do ano, logo após a aprovação da [reforma tributária](#) no Senado", declarou Tebet.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Orçamento do novo PAC está fechado, diz Simone Tebet

Site:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/orcamento-do-novo-pac-esta-fechado-diz-simone-tebet>

A reforma do IR é que enche o cofre

GILBERTO MENEZES CÔRTEZ

Com três décadas de atraso, a **Reforma Tributária** já aprovada na Câmara e em exame no Senado, é vista com alívio. Veio simplificar a teia de **tributos** e contribuições que atazanam os brasileiros, sobretudo os empresários com atuação nacional, face à virtual existência de 27 regimes de **tributos** estaduais. A complexidade do parto recomenda dupla cautela: 1º, porque os efeitos serão demorados, passando por fase de transição; 2º porque a questão mais importante, será a reforma do Imposto de Renda, que vai buscar recursos nos bolsos dos mais ricos.

A reforma do IR é tão mais complexa, e suscita reações que, mesmo premido pela necessidade de reforço na arrecadação, para atender a programas sociais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desacelerou a pressa da tramitação da 2ª fase da reforma, para evitar que as polêmicas que surgiriam travassem a 1ª fase que passou relativamente rápida pela Câmara.

Mexer em **Impostos** - com aumento de alíquotas ou criação de novos **tributos** (mesmo que substitutivos) exige, pelo princípio da anualidade, que as novas normas sejam aprovadas no ano anterior para que vigorem no ano em curso. Ou seja, para que novos **impostos** no IR sejam cobrados em 2024, estes teriam que ser aprovados até dezembro deste ano.

Assim, para não parar a reforma como um todo, o ministro Fernando Haddad deu mais uma demonstração de sensatez e decidiu não colocar o carro adiante dos bois. O ministro pretendia apresentar a proposta do novo IR, com tributação sobre lucros e dividendos, e carga mais intensa sobre os mais ricos e, incluindo bens patrimoniais, com o projeto do Orçamento de 2024, visando zerar o atual déficit primário. Para não ficar sem nada, o ministério cogita apresentar em agosto mudanças na legislação do IR menos polêmicas, como a tributação de fundos exclusivos, que hoje não tributa recursos de bilionários.

Reforma lenta, gradual e segura

Os passos complexos da **reforma tributária**, que pretende trocar a concentração dos **impostos** arrecadados no país do consumo (que afeta os mais pobres e a classe média) para a renda e o patrimônio (que afetaria os mais ricos), pode ser comparada à chamada distensão política do governo do general

Geisel, que dizia que ela teria de ser "lenta, gradual e segura".

As contrapressões eram tantas que, após o governo sofrer derrotas nas eleições de 1982 (além de governadores a posição elegeu muitos senadores), houve retrocessos, como o "Pacote de abril de 1977". No pacote, além de fechar o Congresso e cassar mandatos, o governo criou a figura do "senador biônico", o 3º (não eleito) por estado, para reforçar a posição oficial no Colégio Eleitoral que elegeria o sucessor de Geisel (o general Figueiredo, em 1979).

Ao mesmo tempo em que o governo pretende simplificar, concentrando vários **impostos** no IVA dual - o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá o ICMS dos estados e o ISS dos municípios; e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que vai unificar os **tributos** federais: PIS, Cofins e IPI, com base ampla e não cumulativo na cadeia de produção - ou seja, sem tributação em cascata, o governo não pode, pelo desenho do Arcabouço Fiscal, enfraquecer a arrecadação. Tem de trocar o pneu com o carro andando.

Os juros serão o aditivo

A chave disso tudo, ou melhor, o combustível que manterá o motor da economia acelerado - a melhor forma de arrecadar recursos e fazer a redistribuição de renda - será a troca do freio de mão puxado da trava dos juros da Selic (o piso de captação do mercado financeiro), que está em 13,75% ao ano, pelo estímulo que uma baixa acentuada e civilizada de juros venha a promover. A renegociação de dívidas do Desenrola vai ajudar.

Os indicadores declinantes da **inflação** nos Estados Unidos, nos países europeus da zona do Euro, e até mesmo no Reino Unido, que está mais atrasado na desaceleração da **inflação**, lançaram sinais de esperança de que o ciclo de alta dos juros pelos bancos centrais estará encerrado em breve. Porém, o último bombardeio da Rússia a portos da Ucrânia no Mar Negro, após o término do armistício para o escoamento da produção agrícola da Ucrânia, pode reacender pressões inflacionárias em alimentos e até combustíveis.

Antes do bombardeio de ontem, a Genial Investimentos, ao analisar a curva dos juros futuros do DI (Depósito Interfinanceiro), admitiu que "embute novamente cerca de 50% de chance de um corte de

0,50 ponto percentual da Selic em agosto.

Já a LCA Consultores, ao analisar a conjuntura, mesmo admitindo que os indicadores e sondagens mais recentes sugerem que as pressões inflacionárias vêm sofrendo moderação mais consistente nos EUA, em que pese a resiliência da atividade econômica e a persistência de um quadro de insuficiência de mão-de-obra no mercado de trabalho, considera ser "pouco provável" que, diante dos sinais de desinflação, as autoridades monetárias mundiais promovam ajustes adicionais muito significativos em suas taxas básica de juros". A LCA acredita que o Fed fará a última alta no próximo dia 26.

Em relação ao Brasil, a LCA dá quase como certo que o Banco Central começará a reduzir a taxa básica Selic a partir da próxima reunião do Copom, agendada para 02 de agosto. Ela espera corte inicial de 25 pontos-base, seguido de cortes de 50 pontos-base nas reuniões seguintes.

Parte dos mercados, assinala a LCA, aposta em flexibilização monetária mais rápida, por diversas razões: a recente valorização do câmbio; a deflação no atacado; a descompressão de expectativas inflacionárias; e a redução de incertezas com a preservação das metas de **inflação** e o avanço do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**.

Eu recomendaria 0,50 p.p. de baixa na largada. Mas, para que a distensão dos juros seja rápida, gradual e segura, melhor tirar obstáculos da pista, como jabutis e motivos para discussões que desejam apenas adiar a possibilidade do novo desenho do IR ser aprovado este ano, para vigorar em 2024.

Site: <https://www.jb.com.br/colunistas/o-outro-lado-da-moeda/2023/07/1044926-a-reforma-do-ir-e-que-enche-o-cofre.html>

O impacto da reforma nas exportações (Artigo)

Kaio César de Melo

Dada a discussão em alta sobre a **reforma tributária** que, neste momento, está orientada à simplificação do sistema, o que, embora não seja suficiente para transformar a estrutura fiscal do país, é muito bem-vinda porque diminui, em algum grau, a complexidade do sistema tributário e direciona esforços para uma segunda etapa de revisão, rumo a um ambiente de equidade social, cabe uma reflexão sobre o impacto da **reforma tributária** no comércio exterior.

No Brasil, cerca de 34% do produto interno bruto (**PIB**) é constituído pela arrecadação de **impostos**, dos quais, quase a metade reflete a tributação sobre o consumo de bens e serviços. Ocorre que, os **impostos** sobre consumo geralmente são regressivos, ou seja, contribuintes de menor renda comprometem uma parcela maior de seus proventos em **impostos** do que os de maior renda.

Interessante que esse cenário tributário concentrado no consumo é comum aos países em desenvolvimento. Isso acontece porque os parlamentos ao redor do mundo têm dificuldade de aprovar leis que ampliem a taxa sobre renda e patrimônio, dado que suas estruturas são compostas majoritariamente pelas elites econômicas ou por seus representantes, ou seja, a aprovação de um sistema tributário progressivo nesses países, inclusive no Brasil, passaria pela dicotomia entre a equidade social e a manutenção dos privilégios daqueles que, embora eleitos, dominam os espaços de poder e reverberam seus próprios interesses.

No comércio exterior, a simplificação apresentada nessa primeira etapa da **reforma tributária** contribui e, nesse contexto, é bem-vinda. Todo movimento de simplificação, sobretudo tributária, resulta em ganho econômico, ainda que contabilmente o montante a ser gasto com **impostos** seja o mesmo. Empresas que operam no comércio exterior concorrem com organizações de países desenvolvidos e emergentes. Nesse sentido, a competitividade auferida em seus países de origem, é sempre um fator relevante e impulsionador.

Para além da movimentação, até aqui, uníssona dos ministérios do Planejamento (Tebet), da Fazenda (Haddad) e da Indústria, Comércio e Serviços

(Alckmin), apresentando alternativas aos desequilíbrios históricos que prejudicam o desenvolvimento econômico do país, o governo gradativamente distensionou o ambiente de negócios e parece orientado ao reposicionamento do Brasil como nação pacífica, equilibrada e, ao mesmo tempo, altiva, em contraposição ao período anômalo de subserviência experimentado entre 2019 e 2022.

O Brasil deve seguir orientado à simplificação gradativa do ambiente de negócios e à equidade social, enquanto coloca em perspectiva global a sua liderança no espectro climático, tema onde goza de admiração e respeito incontestes sob a gestão de Marina Silva, esta, uma entidade ela própria.

Kaio César de Melo. Diretor executivo da Braver

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/07/2023/p1>

"Temos um manicômio tributário"

José Augusto Limão*

» Entrevista | VALDIR OLIVEIRA, EX-SECRETÁRIO DO DF E EX-SUPERINTENDENTE DO SEBRAE

Convidado de ontem do CB.Poder - programa realizado em parceria entre o Correio e a TV Brasília, o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e exsuperintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae- DF), Valdir Oliveira, deixou clara a necessidade de o Brasil buscar uma economia mais humanizada. Ao jornalista Carlos Alexandre de Souza, Valdir, que é graduado em administração, elogiou as propostas de **reforma tributária** e de arcabouço fiscal.

Ao seu ver, o texto da reforma passou um grande recado de simplificação de **tributos**.

"Temos um manicômio tributário no país", afirma.

O que o senhor acha mais importante, nesse momento econômico?

Estamos, no governo Lula/ Alckmin, com propostas de intervenções estruturantes sendo colocadas em prática. A **reforma tributária** vinha sendo falada há 30 anos e o governo conseguiu executar. O arcabouço fiscal, que se criticou muito, também está tramitando bem. É importante o país ter uma economia forte na vida das pessoas. E, para um gestor público, ter sensibilidade social é fundamental.

O que acha da proposta do arcabouço fiscal?

O projeto foi muito bem feito dentro das condições que precisavam ser feitas, mostrando que o governo vai ter uma responsabilidade em relação às contas públicas. Temos uma **reforma tributária** para preparar o ambiente, que está aí rodando em um primeiro instante em cima do consumo, mas já sinalizando que vai focar também na renda. É importante as pessoas saberem que a tributação atua em cima de renda e consumo.

No caso do Brasil, mais de 50% do arrecadado entre os entes federados é em cima do consumo.

É possível construir um modelo tributário bem sucedido? Já que no atual, os mais pobres pagam proporcionalmente mais **impostos** do que os mais ricos?

Uma atualização da tabela ajudaria muito. É claro que é preciso buscar equilíbrio nessa arrecadação, que se possa penalizar menos os mais pobres. No consumo, quando a população vai comprar uma televisão, você não diferencia quem está comprando, se é rico ou pobre. Então acaba trabalhando muito mais em cima do movimento da compra, do que do valor do que está sendo comprado. Mas na renda e no patrimônio, que espero que seja a terceira fase da reforma, será possível equilibrar mais.

Qual a importância do programa Desenrola?

Vamos esquecer os números e voltar a fazer uma economia humanizada. Falo humanizada, porque é uma economia na qual o governo não está se prendendo a números e modelos econômicos, mas às pessoas. É impossível tratar de forma fria e numérica alguém que está passando fome. Não podemos admitir que no Brasil, país que produz alimentos para todo o mundo, existam pessoas passando fome. Não existe modelo que aceite isso. O programa vai tirar as pessoas da restrição e aumentar a capacidade de renda delas para consumo.

Gostaria que resumisse o que aconteceu com os pequenos e micro empreendedores na pandemia. Muitos deles têm dificuldades semelhantes às que pessoas físicas estão enfrentando?

Mais de 1 milhão de CNPJs de pequenas empresas estão presas a um programa criado em forma de crédito que tem taxa de juros impeditiva, porque eles não voltaram ao faturamento que tinham antes. Precisaremos de atenção maior do governo para criação de um Desenrola PJ, de forma a conseguir resolver a vida dessas pessoas.

*Estagiário sob a supervisão de Hylda Cavalcanti

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/19/all.pdf>

Reforma tributária, tamanho do governo e ilusão fiscal (Artigo)

BENITO SALOMÃO *Doutor em economia pelo PPGE/UFU*

"L'illusione finanziaria racchiude adunque una categoria di errori che tende ad alterare il costo dello Stato, ed un'altra che tende a alterarne l'utilità".

(Puviani, 1903).

O trecho acima foi transcrito do clássico Teoria della Illusione Finanziaria, de Amilcare Puviani, cuja publicação completa 120 anos. As reflexões do autor sobre ilusão fiscal merecem ser resgatadas no contexto atual permeado pela eminente aprovação da **Reforma Tributária** no Senado. O texto em tramitação na casa substitui cinco **impostos** indiretos por um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual: o CBS de competência da União em substituição ao IPI; PIS e Cofins, além do IBS de competência dos Estados e municípios em substituição do ICMS e ISS-QN.

Desde sua aprovação na Câmara, os críticos da reforma têm se posicionado no espaço público a fim de alertar sobre eventuais problemas do texto. Alguns alertas são bastante pertinentes.

Um dos principais pontos de polêmica consiste na falta de uma alíquota para o imposto. De fato, antes da aprovação final do texto que definirá o número de produtos e setores que terão tratamento diferenciado, não é possível afirmar com precisão qual será a alíquota definitiva. Se especula, no entanto, que ela pode ser superior a 25%, o que tornaria o recém-criado IVA brasileiro, um dos maiores do mundo.

A reforma ainda não foi aprovada, entretanto, um efeito positivo pode ser verificado imediatamente, ao romper com o confuso modelo tributário anterior, caracterizado por um número excessivo de **impostos** e uma caótica distribuição federativa, a supracitada reforma estabelecida sob as bases do IVA mitiga parte importante da ilusão fiscal em curso no Brasil. Voltando a Puviani, a ilusão fiscal consiste em uma "miopia" que produz na sociedade uma "tendência a sobrestimar o tamanho do governo, minimizando os seus custos". A instituição de um IVA cuja alíquota será elevada devolve à sociedade brasileira a percepção, as vezes negligenciada, de que o governo é demasiadamente grande. Convém ressaltar que o tamanho do governo não mudou com a aprovação da reforma, esse já era o seu tamanho, porém os efeitos

da ilusão fiscal mascaravam tal realidade.

Ademais, no Brasil, o governo não é grande devido às características do lado dos **impostos**.

Há uma vasta literatura empírica que concorda que a política fiscal é enquadrada como "Spend-Tax". Em suma, o que determina o real tamanho do governo aqui é o lado do gasto, não o dos **impostos** e a **reforma tributária** apenas escancarou o tamanho. O teto de gastos tentava limitar novas expansões do tamanho do governo e de certa forma, conseguiu. Entretanto, Puviani atrela o conceito de ilusão fiscal ao de ilusão política e os macroeconomistas têm muito pouco a dizer sobre o tamanho ideal de um governo, este é um assunto de economia política e o seu resultado depende de instituições desenhadas em pactos democráticos.

O tamanho do governo pelo lado dos **impostos** é um resultado de uma construção democrática firmada em um pacto político. Entretanto, a presença da ilusão fiscal verificado no modelo tributário anterior elevava o custo de fiscalização acerca do seu real tamanho desequilibrando a organização das forças políticas participantes, facilitando a captura de recursos públicos por grupos mais bem representados. Em outras palavras, existem duas consequências indesejáveis advindas da ilusão fiscal: i) a expansão do tamanho do governo, denominada por Brennan e Buchanan (1980) como hipótese do Leviatã; ii) uma distorção na capacidade distributiva deste governo privilegiando alguns grupos sociais em detrimento de outros.

Sem reformas adicionais que visem trazer o governo para um tamanho razoável, o recém-criado IVA tende a se consolidar como um dos maiores do mundo. Se a matemática continua sendo exata, uma alíquota de imposto menor sobre o setor produtivo só pode ser viável mediante a uma distribuição desta carga entre mais setores.

Ou seja, o número de segmentos ou produtos com tratamento diferenciado importa para o tamanho da alíquota. O lado do gasto também tem que entrar na equação, inclusive nos entes federados que passam a ser responsáveis por parte do IVA.

O IVA per se não resolve o problema do tamanho do

governo, mas ele reorganiza as forças políticas que participam das decisões quanto à aplicação efetiva destes recursos. Na ausência de ilusão fiscal, os grupos beneficiados por regras diferenciadas do modelo tributário confuso de antes, sofrerão constrangimentos maiores e isso repercute na agenda legislativa que pode sustar alguns privilégios, ou ao menos evitar que novos privilégios passem a ser lançados no orçamento.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Artigo: [Reforma tributária](#), tamanho do governo e ilusão fiscal

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/19/all.pdf>

Haddad prevê reforma da renda

RAFAELA GONÇALVES EDLA LULA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o governo federal pretende enviar apenas no final do ano o projeto de **reforma tributária** sobre renda ao Congresso Nacional. A matéria está prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) - que trata da tributação sobre o consumo - foi aprovada na Câmara dos Deputados e ainda está em tramitação no Senado.

A proposição estabelece que, após 180 dias de sua promulgação, seja enviada a reforma dos **impostos** sobre a renda e o patrimônio. No entanto, vários setores da sociedade, inclusive parlamentares, têm pressionado para que a proposta seja discutida na Câmara paralelamente à votação da PEC no Senado.

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, já havia anunciado que o texto seria enviado em agosto, logo após a volta do recesso dos congressistas. A expectativa do parlamentar era de que essa segunda etapa da **reforma tributária** fosse encaminhada ao Congresso junto às leis complementares que regulamentam a PEC da primeira fase.

Haddad afirmou que não vê problema em retardar o envio, porque a reforma dos **tributos** sobre a renda terá mais celeridade, pois não há necessidade de alterações constitucionais. "Nesse caso é lei ordinária, não é PEC", disse o ministro da Fazenda. A tramitação da proposta é mais lenta do que a conclusão de uma lei ordinária, e exige um maior número de votos para aprovação.

O chefe da Fazenda comentou que os estudos ainda estão incipientes, no âmbito dos técnicos da pasta, por isso não há definição sobre a taxa de lucros e dividendos das empresas, o que atualmente, não existe, assim como mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

"Vamos começar as discussões internas da Fazenda, apresentar para a área econômica, fazer o mesmo protocolo que a gente sempre faz para as coisas saírem bem feitas", disse Haddad, ao descartar a utilização de outros projetos que já estejam em tramitação no parlamento.

Segundo ele, o Executivo não está contando com eventuais recursos oriundos da reforma sobre a renda para tentar cumprir a meta de zerar o déficit das

contas do governo em 2024. O governo ainda espera reverter algumas exceções incluídas pela Câmara no texto da primeira etapa. O ministro acredita que o Senado pode deixar a primeira etapa do texto "mais redonda, sem tantas exceções", mas também reconhece que a segunda fase deve enfrentar maior resistência de agentes econômicos, pela tributação da renda.

Desoneração da folha

Fernando Haddad adiantou que a desoneração da folha de pagamento deve vir de "forma combinada" na segunda fase da reforma. Para ele, não faz sentido discutir a desoneração com a reforma que está no Senado, que trata de outro tema. "Você vai misturar assuntos muito diferentes e comprometer a reforma sobre o consumo", avaliou.

Alguns parlamentares e empresas do setor produtivo defendem que a desoneração da folha seja acrescentada na discussão da reforma o quanto antes. As frentes parlamentares do Comércio e Serviços (FCS) e do Empreendedorismo (FPE) escreveram um manifesto reivindicando que a medida caminhe junto ao texto que está no Senado.

"Entendemos que esse é o melhor momento para retirar a contribuição patronal da folha de pagamento e pensar em como financiar a Previdência. Considerando que o elevado custo de empregar no país gera desemprego e informalidade, além de desestimular o empreendedorismo e os investimentos, compreendemos que a discussão é necessária para aumentar a competitividade interna e externa e para garantir um futuro melhor para todos", diz o manifesto.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/19/all.pdf>

Exceções da Câmara podem "distorcer" proposta, diz Tarcísio

BRUNO LUIZ

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem que as exceções incluídas no texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados podem "distorcer" e "deformar" a proposta. Tarcísio falou ainda em "supervalorização" das discussões sobre a governança do Conselho Federativo, que ficará responsável pela gestão do IBS, o imposto a ser repartido entre Estados e municípios.

"Quanto mais exceção, mais distorção e mais deformação a gente vai ter na reforma", disse o governador, após o lançamento do UniversalizaSP, programa que pretende ampliar investimentos estaduais na universalização do saneamento em 250 municípios paulistas.

Ao falar sobre as exceções, Tarcísio lembrou do incentivo fiscal para montadoras de veículos, que beneficiaria Estados do Nordeste, mas foi retirado do texto momentos antes da votação na Câmara.

"Teve o benefício tributário da fábrica de Pernambuco e da Bahia, que caiu. Veja, você está deliberando sobre uma **reforma tributária**, e o objetivo da reforma é acabar com a guerra fiscal. Você coloca uma cláusula para criar guerra fiscal na **reforma tributária**."

"Não faz o menor sentido. Pelo amor de Deus, se a gente está aprovando uma **reforma tributária**, é justamente para acabar com a distorção, com a guerra fiscal", disse o governador paulista.

POPULAÇÃO. Tarcísio defendeu ainda a inclusão, no texto da reforma, de um item que leva em conta a população dos Estados para definir o peso de cada um nas deliberações do Conselho Federativo. A norma foi um pleito do governador para dar apoio à proposta.

"Quando a gente coloca uma cláusula de participação proporcional à população, o que a gente está forçando, na verdade, é o estabelecimento de consenso nas decisões que forem tomadas", disse Tarcísio, para quem há supervalorização nas discussões sobre a questão.

Ele ainda minimizou a movimentação de Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para alterar o texto

da reforma no Senado.

"É natural. Cada Estado vai querer defender seu interesse", disse. Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governador monitora a movimentação e prevê uma contraofensiva, segundo auxiliares.

"Quanto mais exceção, mais distorção e mais deformação a gente vai ter na reforma" Tarcísio de Freitas Governador de São Paulo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad volta atrás e deixa apresentação de reforma da renda "para o final do ano"

EDUARDO RODRIGUES BRÁSILIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recuou e afirmou ontem que o governo vai apresentar uma proposta de reforma da tributação sobre a renda só depois de o Congresso concluir a votação do texto que trata dos **impostos** sobre o consumo de bens e serviços.

Na semana passada, o ministro havia dito que não iria esperar a conclusão da reforma sobre o consumo - aprovada na Câmara no início do mês e que começará a tramitar no Senado em agosto, após o fim do recesso parlamentar - para enviar a proposta do governo para renda e patrimônio.

"Só depois da aprovação da **reforma tributária** do consumo, mais para o final do ano", afirmou Haddad.

A possibilidade de antecipar a segunda parte da reforma foi levantada pelo ministro durante entrevista ao podcast O Assunto, da jornalista Natuza Nery, no portal G1. Segundo ele, a nova fase da **reforma tributária** precisaria ser remetida ao Congresso com o projeto do Orçamento de 2024.

Por trás dessa manobra, estava a avaliação de que o governo precisa incluir na proposta de Orçamento o aumento de arrecadação com medidas que estarão nessa segunda etapa da **reforma tributária** e, assim, garantir o cumprimento das metas do novo arcabouço fiscal - que prevê déficit zero nas contas públicas no próximo ano.

Na mira do governo, estão a volta da tributação de lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas que são acionistas de empresas, e o corte de renúncias fiscais concedidas no IR. Para entrar em vigor em 2024, essas medidas têm de ser aprovadas até o fim do ano. É que a legislação tem uma regra que determina que, para aumentar imposto, o início da vigência só pode acontecer no ano seguinte.

A proposta gerou resistência no Congresso. Em entrevista ao Estadão, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, chegou a dizer que Haddad não iria antecipar o envio da segunda fase se isso pudesse atrapalhar a tramitação atual, tampouco sem "combinar" com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

FOLHA DE PAGAMENTO. Ainda sobre a **reforma tributária**, Haddad disse ontem que a ideia inicial é de que a desoneração (redução de encargos fiscais) da folha de pagamento de salários também entre de "forma combinada" nessa segunda fase da proposta. Para o ministro, seria ruim "misturar" a discussão da folha de pagamento com a reforma que está agora no Senado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Tributo sobre exportações vai gerar nova guerra fiscal"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Welber Barral, Ph.D. em Direito Internacional, é sócio da consultoria BMJ e foi secretário de Comércio Exterior do Brasil (entre 2007 e 2011)

Ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil, o consultor Welber Barral vê com preocupação a possibilidade de tributação das exportações pelos Estados, incluída no texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados.

Barral alerta que, se os governos estaduais passarem a tributar as exportações de produtos básicos e semielaborados, uma nova guerra fiscal estará instalada no País.

"Vai acontecer o que ocorreu na Argentina. Não vai ter investimentos nos setores exportadores.

Ou vai ter outra guerra fiscal, porque os exportadores vão para os Estados que não tributam", prevê Barral, sócio da BMJ, consultoria de comércio internacional.

Ele afirma ainda que falta definição na proposta sobre o futuro do sistema de drawback.

Por esse regime especial de tributação, o pagamento de **impostos** nas importações de insumos para produtos que serão exportados é suspenso.

Qual a sua avaliação do texto aprovado na Câmara da **reforma tributária** sob a ótica do comércio exterior?

Como análise geral, a reforma é muito importante. O Brasil precisa de uma **reforma tributária** porque o sistema, como é hoje, é inadministrável em razão do grau de insegurança jurídica, do número de **tributos** e da complexidade.

É muito difícil pensar em fazer um sistema pior do que o que existe, porque ele é horrível. O comércio exterior normalmente não é o ponto principal olhado em reformas econômicas no Brasil. A economia brasileira é muito voltada para o mercado interno.

Quais temas na reforma causam preocupação?

A reforma prevê o fim de alguns regimes especiais.

Um deles é o drawback - 40% das exportações brasileiras de manufaturados, hoje, dependem dele.

A resposta do pessoal da **reforma tributária** é: a empresa vai ter a compensação (do crédito) em até 60 dias. Só que isso tem um efeito no fluxo de caixa da empresa. O pagamento dos **tributos** (na importação dos insumos) é suspenso pelo drawback.

Quando a empresa exporta, ela não paga os **impostos**.

Isso tem um efeito muito grande no fluxo de caixa da empresa, porque a agregação de valor é pequena. Falam que o exportador vai receber a devolução do imposto rapidamente com a reforma. Mas, se for de 60 a 90 dias, já cria um impacto gigantesco para o fluxo de caixa.

Poderia dar um exemplo?

Uma empresa do setor de cobre, por exemplo. O Brasil não tem cobre. Ela importa o cobre a R\$ 100, e o imposto incidente na importação seria mais ou menos de 40%. Ela não paga o imposto porque está importando com drawback. Depois, a empresa exporta a R\$ 110.

Com a **reforma tributária**, a empresa vai ter de pagar e, só quando ela exportar, é que vai receber de volta. É um percentual muito alto no fluxo de caixa.

Mesmo que a devolução funcione em 60 dias (prevista no texto), o que é uma questão ainda, o impacto é muito grande.

Como se resolve isso?

Mantendo o drawback. Existe uma expressão inglesa muito interessante: se não está quebrado, não conserte. O drawback é uma coisa que funciona no Brasil desde a década de 60.

Por que muita gente está quieta?

Na verdade, o que está sendo passado agora é a emenda constitucional. Quando se chegar à lei complementar, aí o diabo estará nos detalhes.

Qual o impacto para o comércio exterior do artigo que

diz que os Estados poderão criar um novo tributo sobre bens primários e semielaborados?

Isso foi uma negociação com os Estados. Foi feito um acordo lá atrás que foi a Lei Kandir (que desonerou o ICMS das exportações).

Seria a compensação que a União passaria para os Estados não cobrarem nas exportações.

E, desde o início da lei, os Estados reclamam que ela não compensa toda a arrecadação que perdem. Os Estados que são grandes exportadores de commodities tentam tributar as exportações. O Pará já tentou tributar minério. O Mato Grosso já tentou tributar carne.

As empresas vão para a Justiça e derrubam.

Mas é justamente para isso que negociaram a emenda que abre brecha para a tributação.

Querem fazer o que os argentinos fizeram.

E é uma má decisão. Tem casos em que se justifica tributar as exportações. Se os Estados tributarem as exportações, vai acontecer o que ocorreu na Argentina.

Não vai ter investimentos nos setores exportadores.

Ou vai ter outra guerra fiscal, porque os exportadores vão para os Estados que não tributam.

Em que momento justifica tributar exportação?

Situações muito particulares.

O que a teoria econômica diz é que se tributa quando tem altas muito grandes do preço de commodities e quando você faz preço mundial.

Qual é o problema de tributação de exportações?

Além de o produto ficar menos competitivo no mercado mundial, esse tributo volta na cadeia produtiva. Ele é regressivo.

O produtor é que acaba pagando o tributo. Não tem lógica os Estados tributarem as exportações. A única possibilidade, que já está na Constituição, de tributar a exportação seria pela União e, mesmo assim, em situações muito particulares.

De que forma haverá uma guerra fiscal?

Imagina se você é um produtor de gado em Mato Grosso e o Estado coloca alguma tributação sobre a

exportação de carne in natura. O que você vai fazer é exportar esse boi para São Paulo, ou para Santa Catarina, para ter a compensação do imposto interestadual, e não ter o tributo sobre a exportação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setores vão ampliar pressão por mais exceções durante votação no Senado

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Depois das concessões feitas na Câmara, os senadores vão enfrentar pressão redobrada para aumentar ainda mais a lista de exceções ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), previsto no projeto de **reforma tributária** para substituir os atuais **tributos** sobre o consumo de bens e serviços. Bares, supermercados, comércio e setores ligados à cadeia de energia elétrica já sinalizaram que vão apresentar seus pleitos após o recesso parlamentar, que termina em agosto.

A exemplo de outros setores, eles querem ter direito a alíquotas diferenciadas.

As demandas se multiplicam em meio às dúvidas sobre qual será, afinal, a alíquota-padrão a ser recolhida aos cofres públicos. Especialistas alertam que, quanto maior o número de exceções, maior deverá ser o percentual da alíquota - antes estimada em 25% pelo Ministério da Fazenda.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prepara uma nova rodada de pressão para tentar emplacar desta vez o que intitulou de "emenda-emprego" ainda durante a tramitação na Câmara. Incentivados pela entidade, deputados tentaram alterar o texto da reforma para prever alíquotas decrescentes do novo imposto para atividades que tenham mais gastos com mão de obra.

"Houve discussões importantes na Câmara, como a da não cumulatividade plena (fim da tributação em cascata) e do Conselho Federativo, que tomaram a atenção na reta final. Agora, com mais tempo, teremos chance de trabalhar a "emenda-emprego" no Senado", diz Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da CNC, acrescentando ver mais simpatia ao tema entre senadores.

Já o segmento de bares se ressentiu da falta de menção explícita no capítulo que garantiu a tributação em regime diferenciado a restaurantes. Segundo Fernando Blower, diretor da Associação Nacional de Restaurantes (ANR), os dois setores costumam ter tratamento tributário semelhante, até pela dificuldade em separar as duas atividades.

Cafés e lanchonetes também têm códigos de

identificação na **Receita Federal** diferenciados e vivem a mesma incerteza.

Em outra frente, os supermercados querem aproveitar o debate no Senado para ampliar as discussões sobre a composição da cesta básica nacional, que terá imposto zero. A Abras, associação que representa o setor, divulgou uma lista inicial com 37 itens, mas ainda vai dialogar com os Estados para avaliar a possibilidade de ampliação.

Essa cesta preliminar inclui, além de alimentos, seis produtos de higiene pessoal (os quais, pelo texto atual, contam apenas com alíquota reduzida, sem isenção total) e três itens de limpeza (que não tiveram benefícios previstos na proposta aprovada na Câmara). "Vamos levar esse debate aos senadores", disse João Galassi, presidente da Abras.

TRAVA. O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse em entrevista ao Estadão que "não há dúvida" de que o texto terá de sofrer ajustes. Ele evitou antecipar os detalhes, mas sinalizou que poderia estabelecer uma trava para a alíquota-padrão do IVA no seu parecer, que deve ser entregue em outubro para análise dos senadores.

Baseado no texto aprovado pela Câmara, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou uma alíquota de 28,04% para o IVA brasileiro, que seria a maior do mundo entre os países que adotam o modelo tributário. Hoje, esse posto é ocupado pela Hungria, que cobra 27%.

Setores como hotelaria, clubes de futebol, restaurantes e até igrejas foram atendidos com pedidos específicos na reta final da votação na Câmara.

"Cada vez que se acrescenta uma exceção, isso aumenta a alíquota-padrão do IVA e reduz os efeitos econômicos da reforma", explica o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, João Maria de Oliveira, responsável pelo levantamento.

Os números foram contestados pela equipe econômica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais de 40 pontos da reforma dependerão de regulação por lei

Beatriz Olivon, Lu Aiko Otta, Jessica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro De Brasília

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados traz pelo menos 46 pontos a serem regulados por lei complementar.

É o que mostra levantamento realizado pelo escritório Mattos Filho. Todo esse detalhamento deverá ser distribuído em quatro proposições, a serem encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional em fevereiro, com o início do ano no Legislativo.

Esses projetos de lei tratarão de temas polêmicos, como o critério de distribuição entre os Estados dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e como funcionarão os regimes específicos de tributação.

Um deles será mais abrangente, segundo apurou o Valor, abordando o Imposto (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência, respectivamente, dos Estados e municípios e da União.

A ideia é que as normas gerais sejam idênticas nos dois **tributos**, para regimes diferenciados (serviços financeiros, imobiliários e combustíveis) e para os setores beneficiados com alíquota reduzida a 40% da tributação padrão.

As normas serão iguais também para as imunidades - como a dos livros, que hoje só alcança **impostos**. A proposta em elaboração garantirá que o tratamento diferenciado seja estendido à CBS.

A mesma lei também tratará do cálculo dos novos **tributos**. A fórmula poderá ser incluída no texto, informa fonte, para dar mais segurança jurídica aos entes. Com base nela, a alíquota padrão do IBS será calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e fixada por meio de Resolução do Senado. A ideia é manter o nível atual de arrecadação.

Essa lei complementar poderá ainda tratar do "cashback" (devolução de imposto), de definições sobre o que deve ser classificado como serviço, ou ainda trazer detalhes sobre como funcionará o princípio do destino e também quem são os

contribuintes da nova tributação.

Um segundo projeto de lei complementar detalhará o critério de distribuição de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional de R\$ 40 bilhões, destinado a fortalecer a infraestrutura, a geração de empregos e estimular a inovação tecnológica.

Há uma divisão entre os governadores se essa partilha deverá favorecer apenas os Estados menos desenvolvidos do ponto de vista econômico ou se a população deve ser levada em conta, para favorecer também o Sul e o Sudeste.

O Conselho Federativo, que foi alvo da resistência de alguns governadores antes da votação da PEC na Câmara dos Deputados, constará de outro projeto de lei complementar.

A proposta vai tratar de temas como a integração dos Fiscos de Estados e municípios, como será realizado o repasse de recursos do IBS aos entes subnacionais, entre outros.

Haverá ainda uma lei que regulamentará o Imposto Seletivo.

Ela definirá quais produtos serão atingidos por essa taxa, direcionada a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Um quarto projeto de lei complementar vai estabelecer como serão devolvidos os créditos do ICMS - que será extinto na reforma. A PEC já diz que a devolução ocorrerá no prazo de 240 meses. Isso garante que o contribuinte receberá seus créditos, ainda que nesse prazo, o que, na visão de técnicos, representa uma situação melhor do que a ausência de perspectiva que existe hoje.

Os créditos das contribuições PIS/Cofins, por sua vez, poderão ter sua devolução disciplinada em uma lei ordinária, segundo informou um técnico. A PEC menciona um prazo de 60 dias para devolução de créditos desses **tributos** durante a fase de testes da reforma. Em 2024, a CBS (que substituirá o PIS/Cofins) começará a operar com uma alíquota experimental de 0,9%, cujos recolhimentos poderão ser deduzidos do PIS. Não havendo saldo suficiente, ocorreria essa devolução.

Não está definido o que ocorrerá com os regimes especiais do PIS/Cofins. Há preocupação do setor de óleo e gás, por exemplo, com o destino do Repetro.

O governo, porém, não descarta a ideia de aglutinar projetos de leis complementares para enviá-los ao Congresso ou incluir novos temas que precisem de regulamentação nos textos em construção. Toda essa estratégia ainda está em debate, e o Congresso será escutado.

Fontes do Congresso ouvidas pelo Valor indicam que está pacificada a questão de que tudo só será encaminhado depois da votação da PEC nas duas Casas, o que, no pior cenário, deve acontecer até o fim do ano. Isso incluiria até mesmo o projeto que estabelecerá mudanças nas regras da tributação sobre a renda, diferentemente da expectativa - o líder do governo no Congresso chegou a afirmar que essa matéria seria encaminhada em agosto.

As fontes, tanto do Planalto quanto do Congresso, pontuaram que, mesmo que esse combo de projetos fique só para o ano que vem, não significaria que teremos um segundo semestre com esses temas completamente escanteados. A ideia é fazer com que o debate em torno deles seja feito nos bastidores com o objetivo de sanar dúvidas dos parlamentares sobre os próximos passos a ponto de dar a eles tranquilidade para votar a PEC com mais celeridade.

Do ponto de vista do governo, a quantidade de pontos a serem tratados em leis complementares é consequência de uma decisão de evitar detalhamento excessivo das regras tributárias no texto constitucional.

Esse, porém, é um ponto de debate entre especialistas.

"Há discussão sobre o que já deveria estar [na reforma] e o que poderia ser delegado para lei complementar, exatamente porque o nosso histórico é de que muitas situações que ficam para normas posteriores acabam não acontecendo no futuro da forma esperada", afirma Renata Cubas, sócia do Mattos Filho. Para a advogada, jogar para o futuro sem previsão constitucional pode deixar brecha para litígios.

Eurico Diniz De Santi, sócio e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), lembra, porém, que em outros países as Constituições não detalham tanto as questões tributárias.

"A Constituição atual tem mais de seis mil palavras sobre tributário. Isso só faz crescer o contencioso por

que todo assunto vai parar no Supremo Tribunal Federal", afirma. "O papel da Constituição é oferecer conceitos e não detalhar." Para Douglas Mota, sócio do Demarest Advogados, o texto da PEC é muito enxuto, restritivo, buscando uma simplificação "interessante, mas pouco atrativa para a realidade do Brasil". A discussão de leis complementares, acrescenta, abre espaço para discussões conceituais "que muitas vezes levam a restrições que não se esperava".

Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, entende que a Constituição poderia ser mais sucinta, "mas é compreensível a vontade dos tributaristas de esclarecer todos os assuntos por escrito e, de preferência, na Constituição".

"Sabemos que a administração e o próprio Legislativo nem sempre respeitam o que foi definido soberanamente", afirma ele, acrescentando ser necessária uma mudança cultural, de valorizar a exposição de motivos da PEC na interpretação futura da norma tributária.

De acordo com Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais, a Constituição deve estabelecer as linhas gerais e, por isso, seria de se esperar que muitas questões fossem resolvidas na legislação complementar e ordinária. "O importante é, no momento dessa regulamentação, fazê-la de forma precisa, com a participação de técnicos para municiar os parlamentares com o conhecimento daquilo que pode levar a litígios."

"Em outros países, as Constituições não detalham tanto as questões tributárias" Eurico D. De Santi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187606>

A segunda fase da reforma tributária (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que enviará ao Legislativo a segunda fase da **reforma tributária** junto com o projeto do Orçamento de 2024. Em entrevista ao podcast O Assunto, Haddad defendeu a tramitação conjunta das duas propostas como uma forma de atingir a meta de zerar o déficit fiscal no ano que vem. "Para garantir as metas do marco fiscal, preciso que o Congresso aprecie essa segunda etapa com a peça orçamentária, que terá como pressuposto a aprovação dessas medidas pelo Congresso.

Caso contrário, haverá restrição na peça orçamentária", afirmou.

Diante da retumbante aprovação, pela Câmara, da primeira etapa da **reforma tributária**, sobre consumo, o plano de Haddad não parecia tão ousado. Afinal, a tão sonhada reforma, discutida por 35 anos sem que fosse possível chegar a um consenso, finalmente recebeu o aval dos deputados. Em pleno mês de julho, período em que o Legislativo diminuiu o ritmo dos trabalhos, o Senado definiu que a relatoria da proposta será de Eduardo Braga (MDB-AM). E a despeito da longa transição até que o novo sistema seja implementado, a mera aprovação da reforma já foi capaz de trazer uma perspectiva de resultado presente aos investidores. "Começam a olhar as coisas melhor no curto prazo", afirmou Eduardo Fleury, consultor do Banco Mundial, ao Estadão.

Seria natural, portanto, que o governo quisesse aproveitar um Congresso menos hostil e um momento econômico mais favorável para enviar uma nova fase da reforma. Mas Haddad acabou por recuar e, agora, deve enviá-la "mais para o fim do ano".

Fez bem o ministro. Muito do ambiente benigno que o governo encontrou na apreciação da proposta sobre consumo se deu pelo colapso de um sistema que está por trás das perdas da indústria e das dificuldades financeiras dos Estados e municípios. No caso da segunda etapa da reforma, que incidirá sobre a renda, o clima tem tudo para ser muito diferente.

A premissa que pautou as discussões da primeira etapa era que a reforma fosse neutra - ou seja, que não aumentasse os **impostos** de nenhum setor. Na fase da reforma sobre renda, no entanto, o governo não esconde a intenção de elevar a carga tributária.

Esse aumento, segundo a equipe econômica, viria de uma redistribuição dos **impostos**, onerando setores que atualmente pagam menos.

Além da tributação de lucros e dividendos de acionistas de companhias, estariam na mira do governo o corte de renúncias fiscais de pessoas jurídicas, deduções em saúde e educação de pessoas físicas, profissionais liberais que atuam como empresas e fundos de investimento isentos. Para isso, será preciso enfrentar interesses difusos e grupos heterogêneos, mas certamente nenhum deles avalia que paga poucos **impostos** na proporção de seus rendimentos.

Ao vincular a segunda etapa da reforma ao Orçamento e à meta fiscal, o governo adotaria uma estratégia realista sob o ponto de vista de receitas, mas perigosa sob o ponto de vista político.

Seria uma forma de dividir a responsabilidade pelo resultado fiscal com o Congresso, mas há que destacar que os parlamentares nem sempre entregam o que o governo quer, sobretudo quando se sentem pressionados.

É bom lembrar que a Câmara chegou a aprovar um projeto de teor semelhante em 2021, mas, quando chegou ao Senado, o texto não conseguiu vencer nem a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), fase inicial de tramitação na Casa. Ao tentar associar a resistência dos senadores ao projeto aos obstáculos para reajustar o piso do antigo Auxílio Brasil, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, jogou uma pá de cal sobre a proposta e colheu novos buracos no teto de gastos para bancar o benefício social em ano eleitoral.

Espera-se que o governo Lula mantenha, na segunda etapa da reforma, o mesmo pragmatismo político com que tratou a primeira. Disso depende a credibilidade do arcabouço fiscal no médio e longo prazos. Se reduzir o déficit fiscal parece algo improvável neste ano, a ideia de zerá-lo será impossível se o governo não tratar cada uma das etapas da **reforma tributária** com muito cuidado no Congresso.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo já prepara regulamentação da reforma

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado, tem pelo menos 46 pontos que precisarão ser regulados por lei complementar para ter aplicação prática. Segundo fontes do Ministério da Fazenda, os tópicos devem ser englobados em quatro projetos de lei que o governo pretende enviar ao Congresso em fevereiro, caso a reforma seja aprovada até lá.

Um desses projetos prevê a regulamentação do IBS, imposto de competência de Estados e municípios, e da CBS, contribuição para a União. As normas gerais de verão ser comuns aos dois **tributos**: regimes diferenciados (serviços financeiros, imobiliários e combustíveis) e setores com alíquota reduzida a 40% da tributação padrão. Segundo fontes, o projeto indicará a forma de cálculo dos **tributos**, e a alíquota do IBS será fixada por resolução do Senado.

Um segundo PLC detalhará o critério de distribuição dos R\$ 40 bilhões do Fundo de Desenvolvimento Regional. O Conselho Federativo será regulamentado por outro projeto, que tratará de questões como integração dos Fiscos de Estados e municípios e a forma de repasse dos recursos do IBS.

O detalhamento do Imposto Seletivo também virá em um desses projetos, para definir quais produtos serão atingidos pela taxação. Um quarto PLC vai estabelecer a forma de devolução dos créditos do ICMS - que será extinto na reforma. Já os créditos de PIS/Cofins devem ser tratados em lei ordinária, segundo informou um técnico.

Após recomendação de parlamentares, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidiu ontem desacelerar e só enviará ao Congresso o projeto de **reforma tributária** sobre a renda (IR) após a aprovação da PEC sobre o consumo, o que deve ocorrer no fim do ano. A proposta para desoneração da folha de pagamento das empresas também ficará para depois. Páginas A9 e E1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Governo já prepara regulamentação da reforma

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187606?page=1>

§ion=1

Apesar de avanços, governo precisa evitar retrocessos (Editorial)

Embora haja avanços na agenda econômica, o principal deles, a aprovação histórica da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, ainda há muitos desafios a serem enfrentados a curto e médio prazos no país. A **reforma tributária** terá de ser analisada pelo Senado, que vai precisar fazer correções sem perder o foco na aprovação do texto. Outro tema importante na área econômica são as mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, instância que julga litígios entre contribuintes e a **Receita Federal**. O Planalto conta com as novas regras do **Carf** - também pendentes do escrutínio pelos senadores depois de passarem pela Câmara - para assegurar o cumprimento do arcabouço fiscal, que se apoia em forte crescimento das receitas. A legislação que substituiu o teto de gastos enfrentará mais uma votação dos deputados, prevista para agosto.

Também no começo do próximo mês está programada a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que deve começar o ciclo de corte na taxa básica de juros (Selic), segundo estimativas de mercado. A Selic situa-se em 13,75% ao ano. A deflação registrada no IPCA, em junho, é um dado que pode ajudar no movimento de corte dos juros, embora a **inflação** de serviços ainda seja um ponto de atenção.

Em meio a boas notícias, surpreendeu a divulgação, na segunda-feira (17), do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado como uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**). O IBC-Br caiu 2% em maio, na comparação dessazonalizada com abril. A queda do IBC-Br reflete, em uma primeira leitura dos dados, o fim do impulso sazonal da colheita da safra e também a queda do varejo, de abril para maio. Mesmo assim, em 12 meses o indicador apresentou avanço de 3,43%.

O IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das contas nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador do BC é de frequência mensal e permite acompanhamento mais periódico da evolução da atividade econômica, enquanto o **PIB**, de frequência trimestral, descreve um quadro mais abrangente da economia.

Se espera que uma vez passado o efeito registrado pelo IBC-Br em maio, a economia brasileira tenha

comportamento mais próximo das projeções das instituições financeiras e consultorias, que preveem um **PIB** rodando perto da estagnação no segundo trimestre do ano.

Fazendo coro às pressões do presidente da República pela redução dos juros, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse esta semana que o resultado do IBC-Br era esperado dada a "pretendida desaceleração da economia" pelo Banco Central.

A mediana das projeções dos economistas do mercado para o crescimento da economia brasileira, em 2023, subiu de 2,19% para 2,24%, segundo a última projeção do Relatório Focus, do Banco Central. Para a Selic, a mediana das estimativas manteve-se em 12% no fim do ano, enquanto as projeções para a **inflação** permaneceram em 4,95%, acima do centro da meta do BC para o ano que é de 3,25%.

É importante que o governo, além de seguir trabalhando pela melhoria do cenário macroeconômico, se preocupe também em aprimorar as condições regulatórias e dê sinais positivos de forma a atrair mais investimentos privados para áreas vitais como infraestrutura, o que inclui o saneamento básico e o setor de energia, entre outros.

Preocupa nesse sentido medidas que o atual governo vem tomando, desde o primeiro dia do mandato, para enfraquecer arranjos institucionais nos quais o país avançou. Um caso evidente é o do marco de saneamento, cujas regras foram aprovadas em 2020 e permitiram alavancar investimentos privados no setor. Como publicou este jornal, desde que o novo marco do saneamento foi aprovado foram realizados 28 leilões, que contrataram R\$ 98 bilhões em investimentos, segundo a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto (Abcon).

O mais indicado, portanto, seria que o governo mantivesse a legislação aprovada há três anos como forma de universalizar os serviços de fornecimento de água tratada e de coleta de esgoto. Apesar de nos últimos dias o Planalto ter recuado de decretos que desmontavam o marco do saneamento, o que é positivo, ainda existem pontos polêmicos nas propostas do governo que podem significar um passo atrás em conquistas já obtidas.

Também significa uma volta ao passado, na acepção negativa do termo, a tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de rever pontos da privatização da Eletrobras. Em maio, o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando trechos da transferência da estatal elétrica à iniciativa privada. Especialistas consideram, porém, que a venda foi juridicamente perfeita e, portanto, a ação de Lula não faria sentido. O viés intervencionista do PT se manifesta ainda no desejo de minar aspectos da Lei das Estatais, que trouxe avanços importantes na governança das empresas públicas.

Definitivamente, o país não precisa de mais retrocessos.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Apesar de avanços, governo precisa evitar retrocessos

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187606?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187606?page=1§ion=1)**

Restaurantes estimam reajuste de até 20% sem tributo reduzido

Fernanda Brigatti

A unificação dos **impostos** federais (PIS e Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS) prevista na **Reforma Tributária** poderá elevar o quanto os restaurantes recolhem e, com isso, os clientes poderão ter de pagar até 20% a mais, diz Roberto Bielawski, fundador e porta-voz da ANR (Associação Nacional de Restaurantes).

Simulações feitas pela entidade indicam que o imposto final da atividade -desde a compra de cada um dos ingredientes, produção, até o fornecimento da refeição pronta- ficaria entre 14% e 15%. Atualmente, essa carga tributária varia de 7% a 8%, segundo o setor.

Com uma rentabilidade média na ordem de 10%, a mudança na cobrança de **impostos**, diz a ANR, praticamente eliminaria o lucro desses negócios. Para sobreviver, afirma Bielawski, haveria a necessidade de reajustar os preços entre 15% e 20% para fazer frente ao aumento.

Um segundo efeito, na avaliação da ANR, seria um estímulo duplamente negativo, primeiro à sonegação de **impostos**, e, segundo, de contenção de crescimento.

"Há empresas que estão no Simples [Nacional, regime simplificado de recolhimento de **tributos** para micro e pequenas empresas]. Você vai acabar tendo um incentivo enorme para que o setor não se capitalize, não cresça. Ou, pior ainda, vai ter sonegação, como existia antes."

Os restaurantes se alinham ao setor hoteleiro na demanda pela manutenção de um regime diferenciado de tributação.

Na reta final da tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma na Câmara dos Deputados, esses serviços conseguiram entrar em um lista de atividades que poderão ter alíquotas distintas e regras próprias para abatimento de créditos tributários. Os detalhes ainda dependeriam de lei complementar.

Eduardo Braga (MDB), relator do texto no Senado, disse considerar estranhas algumas exceções incluídas no texto da Câmara na última hora. "Faz sentido a exceção para bares? Não sei. Olhando

assim, a princípio, é estranho", disse, no dia 11, à Folha.

A preocupação do setor de restaurantes é estar incluído entre aqueles considerados estranhos pelo relator.

Sócio-fundador do grupo Ráseal, atualmente dono de 20 restaurantes e seis marcas, Roberto Bielawski diz que está perto da aposentadoria. "Mas estou vendo que os que continuarem terão grandes dificuldades", afirma.

Bielawski defende que o tratamento dispensado aos restaurantes e aos hotéis na **Reforma Tributária** ignora que de 25% a 30% do custo dessas atividades vem dos gastos com mão de obra. A ANR calcula que somente em restaurantes estejam empregados diretamente 1,3 milhão de trabalhadores.

Com a retomada da discussão do texto no Senado, restaurantes e hotéis deverão voltar a pressionar para manter a previsão de regime diferenciado de tributação.

Um dos argumentos do grupo é que o modelo europeu de IVA, inspiração para o novo imposto dual da **Reforma Tributária**, garante tratamento diferenciado ao setor, de modo que os restaurantes pagam uma alíquota menor, junto de outros segmentos.

Segundo dados compilados pela ANR, em ao menos 13 países o imposto cobrado para alimentação, bares, restaurantes e fornecimento de comida para viagem (o takeaway) é menor do que o índice-padrão. Em média, a alíquota paga pelos restaurantes fica entre 10% e 15%.

"Tivemos um trabalho árduo na Câmara para mostrar que, mesmo na Europa, o tratamento é diferente, e conseguimos sensibilizar. Agora é uma nova batalha, vamos levar os dados, procurar o relator e o ministro do Turismo para mostrar que essa etapa também precisa ser muito cuidadosa", diz Bielawski.

Haddad muda data de projeto do IR e vê envio no fim do ano

Depois de prever a apresentação da reforma do Imposto de Renda para agosto, o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (18) que o governo enviará o projeto ao Congresso apenas após a aprovação da **Reforma Tributária**, prevendo a edição da medida no final deste ano.

**1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd
=d85383436202383fdd279757e44929ba**

Em entrevista à Folha, Haddad disse prever resistência às mudanças, mas que os dados preparados pelo governo mostrarão a necessidade de mexer nas regras de tributação de patrimônio e renda.

O ministro também mudou de posição ao dizer que não conta com a reforma do Imposto de Renda para cumprir o objetivo de zerar o déficit primário do governo em 2024.

Na semana passada, Haddad havia afirmado que o governo federal não aguardaria o fim da tramitação da **Reforma Tributária**, que ainda depende de análise do Senado, para enviar aos parlamentares a segunda fase da reforma, que tratará da taxaçoão sobre a renda.

Na ocasião, ele afirmou que a medida seria enviada junto ao projeto de Orçamento de 2024, que chegará ao Legislativo no fim de agosto.

Na mesma entrevista da semana passada, ele havia argumentado que a segunda fase precisaria ser apreciada pelo Congresso junto com o Orçamento para garantir que as metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal fossem cumpridas. As duas posições agora mudaram.

"Só [enviaremos] depois da aprovação da reforma da tributação do consumo, lá para o final do ano", disse Haddad. "Não estamos contando com isso para cumprir meta [zero em 2024]."

Quando lhe foi perguntado sobre os principais eixos da segunda fase da reforma, o ministro disse que ainda serão iniciadas "as discussões internas" sobre o tema na Fazenda.

Governo planeja propor até agosto nova tributação para fundos exclusivos, diz agência

O governo quer propor até o próximo mês mudanças na tributação sobre rendimentos de fundos exclusivos de investimento e o fim da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) por empresas, afirmaram à Reuters três fontes da equipe econômica. Os planos da Fazenda envolvem o envio antecipado de medidas consideradas cruciais para o atingimento da meta de déficit primário zero em 2024.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50342&anchor=6480451&maxTouch=0&_ga=2.68153809.1790081957.1689562764-

O governo não pode temer o debate - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Com frequência se minimiza a importância do debate público tecnicamente embasado em dados e evidências, mas trata-se de ingrediente essencial para o avanço de reformas estruturantes, inclusive em contextos de alternância de poder, reduzindo o risco de um governante não dar sequência a reformas iniciadas pelos antecessores.

O amadurecimento do debate facilita o esforço e até empurra a classe política para avançar em temas polêmicos ou que demandam enfrentamento de grupos organizados.

O debate tecnicamente robusto reduz o espaço de manipulação de informações com vistas a ganhar a opinião pública. Um exemplo recente, na discussão da **Reforma Tributária**, foi afirmar que os pobres serão prejudicados, quando pesquisas mostram o contrário.

Bolsonaro era contra a Reforma da Previdência, mas permitiu seu avanço, possivelmente por conta do aprofundamento do debate público, que foi munido com informações, dados e projeções dos gastos com aposentadorias e pensões, pelo governo **Temer**. Foi ficando claro para a classe política, e na opinião pública, que o rápido envelhecimento populacional exigia reformas nas regras previdenciárias.

Teria sido erro histórico o governo Bolsonaro não aprovar a Reforma da Previdência.

O mesmo vale para a aprovação da **Reforma Tributária** pelo governo Lula.

A fatura da **Reforma Tributária** não foi liquidada, cabendo debate qualificado no Senado sobre quais setores deveriam voltar para a regra geral do IVA, com base no custo de cada regime especial criado e no grupo social beneficiado. A escolha política não pode prescindir dessas informações técnicas.

Quais os passos seguintes?

Além do cuidado com o projeto de lei complementar para regulamentar a matéria, será importante viabilizar a redução da tributação sobre a folha para salários mais baixos -tema da coluna de 28 de junho. Não será tarefa fácil, pois a perda de arrecadação precisa ser

compensada, o que viria, em princípio, da reforma do Imposto de Renda. Este, porém, é um tema pouco maduro no debate público e que enfrenta muitas resistências, principalmente no que diz respeito à melhor forma de tributar dividendos e de eliminar a injusta diferença entre a tributação do assalariado na CLT e do profissional liberal na "pejotinha".

Outro tema importante será a validação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE). Pauta antiga, que ganhou força nos últimos anos, culminando na aprovação do acordo em 2019. O assunto voltou, porque a UE apresentou novas exigências do lado ambiental, e o Brasil respondeu propondo rediscutir o capítulo relativo a compras governamentais, defendendo uma abordagem mais protecionista, especialmente no setor de saúde.

Além de a estratégia brasileira ser ameaça ao acordo, ela se presta a proteger empresas do setor quando o correto seria privilegiar a qualidade do SUS, como aponta Marcos Mendes. Falta análise técnica dessa proposta.

Mereceria ainda empenho do governo na urgente contenção de gastos obrigatórios que comprometem o orçamento federal, como apontado por recente relatório do Tesouro. Por ora, só se fala em aumento de gastos, enquanto deveríamos discutir caminhos para reduzir a carga tributária -e as alíquotas futuras do IVA.

Avançar no debate de temas cruciais traria grande ganho, pois poderia viabilizar reformas em governos futuros. Vale citar alguns temas.

Precisamos debater a universidade gratuita para os mais ricos. Os recursos não seriam suficientes para custear a universidade, mas ajudariam a financiar a pesquisa e apoiar alunos carentes, mais vulneráveis à evasão por falta de recursos financeiros.

Além disso, seria mais justo socialmente.

Precisamos debater a reforma administrativa, incluindo a estabilidade do funcionalismo, que poderia ser apenas para as carreiras de Estado -sem equivalente no setor privado. Além da economia de recursos, contribuiria para prover maior flexibilidade na gestão da máquina, visando à qualidade dos serviços

públicos.

Precisamos debater o papel de agências reguladoras e empresas públicas, avaliando a melhor forma de gestão e de uso eficiente dos recursos públicos.

O governo conta com técnicos competentes para avaliar políticas públicas. Deveria valorizar esse trabalho.

Fomentar o debate público sobre as muitas formas de ação estatal deveria estar no plano do governo.

*

O amadurecimento do debate facilita o avanço em temas polêmicos ou que demandam enfrentamento de grupos organizados

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
O governo não pode temer o debate

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad defende que desoneração da folha seja discutida junto com IR

Publicado em 18/07/2023 - 19:06 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Uma eventual proposta do governo para desonerar a folha de pagamentos só deve ser enviada ao Congresso Nacional junto com a segunda fase da **reforma tributária**, que tratará sobre o Imposto de Renda (IR), disse nesta terça-feira (18) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o ministro, não faz sentido discutir a tributação sobre o emprego na primeira fase da reforma, que muda a tributação sobre o consumo. "Ela [a desoneração da folha] deve vir combinada [com a reforma do Imposto de Renda]", declarou Haddad ao chegar ao Ministério da Fazenda, em Brasília.

O ministro alertou para o risco de incluir a discussão sobre a desoneração da folha na primeira etapa da reforma, aprovada pela Câmara dos Deputados na semana retrasada e que será encaminhada ao Senado. "Seria muito ruim se isso acontecesse. Vai misturar assuntos muito diferentes e vai comprometer a reforma sobre o consumo", afirmou Haddad.

No mês passado, Haddad havia dito que a desoneração da folha só seria discutida na segunda fase da **reforma tributária**. De acordo com o ministro, cabe ao governo encaminhar a proposta.

No fim de junho, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em dois turnos, a prorrogação até 2027 da desoneração da folha para 17 setores da economia. Aprovado em caráter terminativo, o texto não passou pelo plenário do Senado e foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O ministro também afirmou que a proposta que reformula o Imposto de Renda só será enviada ao Congresso após o Senado aprovar a **reforma tributária** sobre o consumo. "Só depois da aprovação da **reforma tributária** do consumo, mais para o final do ano", declarou. Haddad afirmou que não pretende aproveitar o projeto de lei do Imposto de Renda aprovado pela Câmara em 2021.

Entre as mudanças previstas no Imposto de Renda, estão a retomada da tributação sobre dividendos (parcela do lucro de uma empresa distribuída aos acionistas). Desde 1995, o Brasil não cobra Imposto

de Renda sobre dividendos, sendo um dos poucos países que adotam a prática.

Para impedir o aumento da carga tributária sobre as empresas, a tributação dos dividendos viria acompanhada da queda da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Haddad disse que a equipe econômica ainda não tem ideia da alíquota a ser cobrada sobre os dividendos, nem da redução do IRPJ e da CSLL. "Vamos começar as discussões internas na Fazenda. Depois vamos apresentar para a área econômica, com o mesmo protocolo", explicou.

Segundo Haddad, a meta fiscal para o próximo ano não depende da reforma do Imposto de Renda. Isso porque o objetivo da segunda fase é redistribuir a carga tributária entre os setores da economia, com impactos mínimos sobre a receita do governo.

A proposta do novo arcabouço fiscal, que retornou à Câmara e só será votada em agosto, estabelece meta de resultado primário zero (nem déficit, nem superávit) no próximo ano para o Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central). O texto prevê margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que permitiria déficit de 0,25% do **PIB** ou superávit de 0,25% em 2024.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/haddad-defende-que-desoneracao-da-folha-seja-discutida-junto-com-ir>

Haddad belisca calcanhar de vidro de Guedes sem tocá-lo

Colunista do UOL

Fernando Haddad conduz os negócios da Fazenda com requinte político. Para destravar a **reforma tributária** na Câmara, deu num nó nos miolos do capitão, acertando-se com o bolsonarismo light do governador paulista Tarcísio de Freitas . Para demarcar a segunda etapa da reforma, que mexerá com o patrimônio e a renda, Haddad fez um risco no chão para demarcar a diferença entre a sua gestão e a gerência do antigo Posto Ipiranga.

Em entrevista à repórter Mônica Bergamo , Haddad admitiu que o pedaço da sociedade que brinca de esconde-esconde com a **Receita Federal** torcerá o nariz para o que está por vir. Você acha que um brasileiro que é rico, tem residência no Brasil e dinheiro fora, não tem que pagar pelo rendimento de um fundo offshore pessoal? , indagou Haddad. Por quê? Qual é o sentido? . Com suas interrogações, o ministro beliscou o calcanhar de vidro de Paulo Guedes sem tocá-lo.

Em 2014, Guedes colocou o equivalente a cerca de R\$ 50 milhões numa empresa offshore no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. São dois os objetivos de quem procede assim. O primeiro é manter o patrimônio longe da curiosidade alheia e a salvo de turbulências domésticas. O segundo propósito é fugir do Fisco. Sob Bolsonaro, Guedes passou quatro anos gerindo as finanças nacionais. Cada vez que o Brasil piorava, o patrimônio abrigado na sua offshore melhorava.

Abstendo-se de citar Paulo Guedes, Haddad traçou uma analogia. Lembrou que um brasileiro com salário superior a R\$ 2.640 paga imposto. Realçou que alguém que ganha R\$ 2,640 milhões pode ficar isento. Perguntou: Como um país com tanta desigualdade isenta o 1% mais rico da população? Qual vai ser o dia em que nós vamos olhar para o problema e resolvê-lo? A questão é que o enfrentamento do status quo financeiro exige planejamento e método. Do contrário, Haddad arrisca-se a atacar o status sem conseguir mexer no quo.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2023/07/18/haddad-belisca-calcanhar-de-vidro-de-guedes-sem-toca-lo.htm>

Ajuste do Imposto de Renda será feito após aprovação da reforma tributária, diz Haddad

Brasília

/
Hellen Leite, do R7, em Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (18) que o reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) só deve ocorrer depois da aprovação da proposta da **reforma tributária** no Congresso Nacional, mais para o final do ano. "Vamos começar as discussões internas da Fazenda, vamos apresentar para a área econômica. Vamos fazer o mesmo protocolo que a gente sempre faz para as coisas saírem bem feitas", disse o ministro a jornalistas, na saída do ministério. Ele evitou adiantar as alíquotas que devem ser sugeridas pela pasta.

Haddad também afirmou que uma possível desoneração da folha de pagamentos deve estar combinada na proposta de **reforma tributária** sobre a renda. Durante o debate da matéria na Câmara, foi cogitada a possibilidade de a desoneração entrar no texto da reforma da PEC 45.

Sobre o assunto, o ministro disse que isso "seria muito ruim", pois comprometeria a reforma sobre o consumo.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Luce Costa/Arte R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

O comentário de Haddad contraria as expectativas sobre a tramitação da segunda parte da **reforma tributária**. Na semana passada, o ministro havia sinalizado que não iria esperar a aprovação da matéria sobre o consumo para enviar a proposta de reforma sobre a renda.

A primeira parte da **reforma tributária** foi aprovada pela Câmara dos Deputados e vai começar a ser debatida no Senado Federal em agosto. A previsão do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é votar a matéria no plenário em outubro.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/ajuste-do-imposto-de-renda-sera-feito-apos-aprovacao-da-reforma-tributaria-diz-haddad-18072023>

Haddad não será amado pela Faria Lima se justa taxaçoão de super-rico passar

Colunista do UOL

Atualizada em

O professor Fernando Haddad criticou duramente o patrimonialismo brasileiro durante anos, quando o poder político e o econômico sentam-se à mesa para fazer negócios e comandar o sentido do Estado em seu benefício. Agora, o ministro Haddad se depara com a dificuldade de colocar o rico no imposto de renda, o que significaria uma mudança profunda nesse patrimonialismo.

Em entrevista a Monica Bergamo, da Folha de S.Paulo, nesta terça (18), o ministro da Fazenda afirmou que haverá resistência para aprovar a segunda parte da **reforma tributária**, que pretende mudar a taxaçoão de renda e de riqueza. Na prática, fazer com que os super-ricos paguem proporcionalmente mais imposto que a classe média.

Atenção classe média: quem parcelou seu Renegade em 24 vezes, fique tranquilo. Você pode pensar que é super-rico, mas não é.

Na entrevista, Haddad citou os fundos offshore e exclusivos, usados por quem tem muito dinheiro para reduzir ou evitar a tributação. Mas não quis se aprofundar em uma das questões-chave, que é a taxaçoão de dividendos recebidos por acionistas de empresas - isenta desde o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e fonte da maior parte da grana dos super-ricos.

Disse que não vamos ter pressa em relação a isso, mas, ao mesmo tempo, não vai demorar porque já tem muito estudo sobre esse assunto. Em outras palavras: o que falta é convencer o Parlamento.

Os super-ricos contam com uma representação na Câmara e no Senado muito, mas muito maior que sua proporção na sociedade, enquanto a classe trabalhadora está sub-representada. Isso sem contar os ricos que representam a si mesmos.

Esse grupo consegue ver ganhos com a primeira etapa da **reforma tributária**, sobre **impostos** relacionados ao consumo. Mas não enxerga com bons olhos a segunda, a respeito da taxaçoão de renda e patrimônio, que deve ser apresentada por Haddad

neste segundo semestre.

Até porque no texto da primeira etapa há uma obrigação para que o governo Lula apresente um projeto de mudança no imposto de renda em até 180 dias da sua promulgação.

Durante o governo Bolsonaro, seis partidos que estavam na oposição, inclusive o PT, organizaram uma proposta de **Reforma Tributária** que previa uma cobrança progressiva dos super-ricos em consonância com o que é feito em países desenvolvidos.

Isso, segundo eles, poderia arrecadar R\$ 292 bilhões - que seriam usados para reduzir a carga do novo IVA, o imposto unificado sobre consumo. Afinal, os muitos pobres podem não pagar imposto de renda, mas deixam parte da sua renda nos **impostos** sobre comida, transporte, vestuário.

A média dos salários dos trabalhadores caiu 6,9%, em 2022, no Brasil, enquanto os ganhos de acionistas de empresas aumentaram 23,8% em relação ao ano anterior. Os dados são de análise da Oxfam e apontam um crescimento na desigualdade de renda em um país já severamente desigual.

Como fazer com que a classe política fundida ao poder econômico aceite reduzir seus privilégios?

Questionado por Monica Bergamo se o presidente da Câmara, Arthur Lira, vai se empenhar por essa etapa como se empenhou pela outra, Haddad diz que a omissão do Congresso vai significar fome. É justo eu cortar o salário mínimo do Bolsa Família para manter uma isenção, repito, que não existe em nenhum outro lugar, a não ser em paraíso fiscal?

A questão é: temos 60% do parlamento deste nosso Brasil patrimonialista que se importa mais com isso do que consigo mesmo, com sua classe social e com uma visão religiosa de que ser rico é indicador de estar bem na fita com Deus?

Se ele conseguir responder sim para essa pergunta, muito provavelmente a sua lua de mel com bancos e o setor financeiro (sua avaliação positiva foi de 26% para 65% junto a representantes do mercado, segundo pesquisa Genial/ Quaest) vai para o ralo. Em compensação, deixará de fato algo mais transformador

que o Plano Real para esta e as próximas gerações.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/07/18/promessa-de-lula-haddad-tem-desafio-de-colocar-o-rico-no-imposto-de-renda.htm>

É #FAKE que reforma tributária acabe com direito a herança

Por Roney Domingos, g1

Circulam nas redes sociais publicações que afirmam que a **reforma tributária** em discussão no Congresso acaba com o direito de herança no Brasil. É #FAKE.

Uma das publicações diz: O fim do direito de herança. A **reforma tributária** da maldade. Outra publicação diz: Sua herança vai ficar com o Estado brasileiro.

O texto-base da **reforma tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados em 7 de julho, prevê, entre outros pontos, alterações na cobrança de transferência de heranças. O documento segue para análise do Senado.

O direito à herança -que não está em discussão na **reforma tributária**- é garantido pela Constituição. Por ser cláusula pétrea, só pode ser alterado com uma nova Constituição.

Como indica reportagem do g1, o texto que recebeu aval no plenário da Câmara inclui:

a tributação progressiva sobre heranças;a cobrança do imposto no domicílio onde a pessoa faleceu;a permissão para maior cobrança sobre heranças no exterior;e a inclusão de isenção do imposto sobre doações a instituições sem fins lucrativos.

Norberto Lednick Junior, especialista em direito tributário e coordenador editorial da IOB, explica que o projeto de **reforma tributária** prevê alterações no o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCMD), já existente. O imposto atualmente é devido no estado onde ocorre o inventário; pela nova proposta, passará a ser devido o estado onde morava a pessoa que morreu.

Também estabelece que o imposto passe a ser progressivo.

O texto também prevê que a cobrança seja feita no local onde a pessoa falecida morava. A medida tem o objetivo de impedir que os herdeiros busquem regiões com tributações menores para elaborar o inventário.

Reforma tributária vai aumentar imposto sobre herança? Veja o que muda

Fato ou Fake Explica:

VEJA outras checagens feitas pela equipe do FATO ou FAKEAdicione nosso número de WhatsApp +55 (21) 97305-9827 (após adicionar o número, mande uma saudação para ser inscrito)

Site: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/07/18/e-fake-que-reforma-tributaria-acabe-com-direito-a-heranca.ghtml>

Dezessete municípios mineiros terão perda de arrecadação

Alessandra Mello

Dezessete dos 853 municípios mineiros vão perder recursos se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que unifica a legislação de **impostos** cobrados por estados e municípios em alíquotas únicas e já aprovada na Câmara dos Deputados, passar também pelo Senado. Em todo o Brasil, das 5.568 cidades, 108 terão perdas com a **reforma tributária** em andamento, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), atualizados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Os mineiros são Abadia de Minas, Araporã, Belo Vale, Brumadinho, Cachoeira Dourada, Carneirinho, Catas Altas, Confins, Congonhas, Extrema, Indianópolis, Itatiaiuçu, Jeceaba, Nova Lima, Santa Vitória, São Gonçalo do Rio Abaixo e Japira.

O principal motivo dessa perda é a unificação da alíquota do ISS (Imposto Sobre Serviços). Hoje, os municípios têm liberdade para definir as alíquotas do ISS dentro do parâmetro mínimo de 2% e máximo de 5%. Com a reforma, ele será fundido com o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e, a partir de 2033, transformado em IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços), com alíquota unificada e definida por legislação federal.

Outra mudança que pode prejudicar algumas cidades é a tributação no destino. O IBS será pago ao estado e ao município de destino das operações, não de origem. Ou seja, o imposto pago pelo consumidor será revertido para a cidade onde ele comprou aquele produto e não onde foi produzido. A tributação na origem, responsável pela guerra, é uma das principais alterações da reforma.

Mas de acordo com o presidente da Frente Municipal dos Prefeitos, Daniel Sucupira, prefeito de Teófilo Otoni (PT), se houver crescimento econômico no período previsto de 50 anos para a transição de um sistema tributário para o outro, todos vão ganhar. "Caso aconteça alguma perda, foi criado um fundo compensador, assim os municípios serão socorridos nos períodos de transição. Esse fundo fará a redistribuição do que foi arrecadado durante a transição, de forma gradativa para que não haja perdas", afirma Sucupira, se referindo ao seguro-receita, aprovado na votação da Câmara dos Deputados, que garante 3% da arrecadação do IBS

para repor perdas.

O pesquisador do Ipea, Sérgio Gobetti, afirma que a definição de perdedor e ganhador é um pouco simplista, pois a maioria absoluta ganhará com as mudanças e que o objetivo da reforma é tornar a cobrança de **impostos** mais uniforme e sua distribuição mais igual. Além disso, segundo ele, na definição de "perdedores" estão municípios que terão incremento de receita, mas não no ritmo atual. Essas cidades, segundo ele, são geralmente municípios com elevada arrecadação, muitas vezes até 200 vezes maior que outras.

"Se essa mudança fosse feita de uma canetada só, as perdas imediatas seriam enormes, mas haverá uma mudança gradual para que as cidades possam ir ajustando seu orçamento à arrecadação". Muitos, explica ele, não vão perder receitas, mas não terão um crescimento no ritmo atual. Além disso, afirma ele, se houver crescimento econômico com a reforma, que é o que tem projetado todos os estudiosos, todos vão arrecadar mais", afirma.

O secretário da Fazenda de Nova Lima, Alisson Diego Batista Moraes, uma das cidades na lista das que vão perder, disse que essa queda vai acontecer pela perda do ISS, cuja arrecadação é elevada, pois a cidade investe na qualificação da cobrança desse tributo. "Não podemos perder por fazer nosso dever de casa direito", afirma o secretário, que cobra uma definição mais clara, durante a votação no Senado, das regras de funcionamento do fundo que irá fazer a compensação para quem tiver perdas.

"Todo mundo fala que Nova Lima é rica. Não, a cidade tem muitas pessoas ricas, mas uma dívida histórica com a população mais pobre que precisa ser paga". Ele disse que todos os municípios impactados aguardam o envio pelo IPEA da metodologia que gerou essa tabela de ganhadores e poucos perdedores para estudar melhor os números e entender o estudo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/07/2023/p1>

"Quem tem de pagar menos tributo é o cidadão"

HENRIQUE FREGONASSE*

O presidente do Sindicato Nacional de Analistas Tributários (SindiReceita), Thales Freitas, acredita que a **reforma tributária** ainda deve percorrer um longo caminho até sua implementação.

Em entrevista no CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília - Freitas afirmou que a parte do texto que versa sobre a criação do Conselho Federal do Imposto sobre Bens e Consumo (IBS) deve ser o principal alvo de emendas no Senado, pois os grandes estados pleiteiam maior participação no conselho.

Segundo Thales Freitas, a reforma tem dois principais objetivos: a busca por justiça fiscal e o fim do que chamou de "guerra fiscal" entre os estados.

O presidente do SindiReceita explicou que o texto prevê a criação de um Conselho Federal do IBS, que tem o objetivo de coordenar a distribuição desse tributo por estado. Para ele, a medida por si só "já traz uma certa guerra fiscal", pois estados com grande arrecadação almejam participação maior dentro do conselho.

Freitas afirma haver pontos a esclarecer, como a composição do conselho, o nível de autonomia e se afetará o pacto federativo.

"Caso haja alterações no texto no Senado, provavelmente será na parte do Conselho Federativo (do IBS)", argumentou.

Para Freitas, as alterações no texto da **reforma tributária** pode ocasionar um "pingue-pongue" dentro do Congresso, entre Senado e Câmara. "Agora é que essa reforma está começando", afirmou o especialista.

Justiça fiscal

Thales Freitas comentou, também, sobre o que entende ser o principal objetivo da reforma: a justiça fiscal. Para ele, o texto ainda é "tímido" nesse sentido, porque não incide sobre o patrimônio e a renda, mas sim sobre o consumo. Freitas explicou que a reforma traz uma pequena alteração no IPTU, assim como uma tributação sobre embarcações e aeronaves, mas que isso ainda está longe de ser o suficiente.

O presidente afirmou que o foco da reforma é, acima de tudo, beneficiar o consumo do trabalhador ao diminuir a oneração tributária sobre ele, e não necessariamente as empresas produtoras.

"Quem tem de pagar menos **tributos** é o cidadão, a pessoa física que acorda cedo para trabalhar.

Essa não-cumulatividade, ou seja, essa compensação nas cadeias de produção até a prateleira do supermercado, vai trazer um benefício, uma redução de valor (pelo menos é o que se pretende) para que o contribuinte lá na ponta, a dona de casa consiga adquirir um produto mais barato, com uma menor carga tributária", explicou.

Apesar disso, Thales Freitas lembrou que o texto da reforma prevê a isenção ou diminuição das alíquotas sobre produtos essenciais, como os relacionados à saúde, medicamentos, produtos agrícolas de consumo básico, assim como a tributação sobre a educação e produções culturais e artísticas. Para ele, esse é um dos principais benefícios da reforma.

O presidente opinou, ainda, sobre o Imposto Seletivo, que apelidou de "Imposto do Pecado".

Explicou tratar-se de uma alíquota seletiva, que será mais severa para a produção, comercialização e importação de produtos que sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, por isso o apelido. Freitas cita, como exemplos, o cigarro, as bebidas alcoólicas e os agrotóxicos.

Ele reconheceu a contradição a respeito dos agrotóxicos, pois apesar de prejudiciais ao meio ambiente, são essenciais à grande maioria da produção agrícola. Freitas lembrou que o texto em análise no Senado prevê isenção ou diminuição tributária a produtos de consumo básico da população.

*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/18/all.pdf>

Por uma justiça fiscal

Presidente do SindiReceita, Thales Freitas avaliou, no CB.Poder, os caminhos que a **reforma tributária** precisa percorrer para ser implementada. "Quem tem de pagar menos imposto é o cidadão", disse. Página 8

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/07/18/all.pdf>

Alcance da reforma depende do Senado (Editorial)

Com a **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados, todas as atenções se voltam agora para o Senado, que terá de dar aval ao texto para que ele finalmente possa entrar em vigor. O Senado, como esperado, quer deixar sua marca em um projeto que pode tirar o País de uma longa trajetória de crescimento econômico pífió.

Diferentemente do que ocorreu quando o texto estava na Câmara, que se concentrou mais nas questões teóricas envolvendo a proposta, o relator no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), tem manifestado que exigirá do Ministério da Fazenda a apresentação de estudos e parâmetros sobre a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que incidirá sobre cada atividade e setor.

A pergunta do senador é bastante pertinente. Embora a reforma tenha deixado essa definição para uma lei complementar, etapa posterior à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), todos - e não apenas Braga - querem saber qual será a alíquota que resultará da **reforma tributária**.

Com a premissa de manter o mesmo nível de arrecadação, as estimativas iniciais do Executivo apontavam para uma alíquota básica de 25%, já considerando que alguns setores teriam tratamento diferenciado. O texto que saiu da Câmara, no entanto, foi mais "generoso" do que o governo defendia.

A alíquota reduzida a que alguns setores teriam direito passou de 50% para 40% da alíquota cheia. A quantidade de setores beneficiados, originalmente restritos ao agronegócio, transporte, saúde e educação, acabou por incluir hotéis, restaurantes e parques temáticos.

As isenções também foram elevadas e ampliaram o alcance da imunidade tributária de templos religiosos.

Sem muitas exceções na proposta, a alíquota poderia até ser inferior a 25%, segundo o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Apy. Mas, como já dissemos neste espaço, aprovou-se a reforma possível, não a ideal. E, a despeito de todas as exceções que foram aprovadas pela Câmara, Apy assegurou que a alíquota não ultrapassaria o patamar de 30%.

Não é improvável que o governo não saiba, exatamente, qual será a alíquota padrão necessária para manter a arrecadação dos **tributos** federais, estaduais e municipais que serão unificados e substituídos pelo IVA dual. Mas, ao contrário do que sugerem os críticos da reforma, para quem o governo estaria escondendo os números finais para ludibriar a sociedade, a resposta está nas mãos do Legislativo - e, especialmente, nas mãos dos senadores.

Negociadas de última hora, as concessões atenderam a acordos políticos que garantiram a ampla maioria que a reforma conquistou na Câmara. Mas é importante lembrar que a lógica do IVA é bastante semelhante à que rege a meia-entrada em atividades culturais.

O custo de produção de uma peça de teatro não cai quando uma parte do público tem direito a pagar metade do valor do ingresso; conseqüentemente, para não haver prejuízo financeiro, é necessário elevar o valor do ingresso daqueles que não têm direito à meia-entrada.

É o mesmo com os **impostos**, sobretudo com um governo resistente à ideia de rever gastos.

É relevante destacar que o manicômio tributário em que o País se transformou não permite dizer, exatamente, qual a carga real de imposto embutida em cada produto ou serviço. Além do nefasto efeito da cumulatividade, a quantidade de leis e regimes especiais paralelos criou um campo de atuação vasto para quem se beneficia da exploração de litígios tributários.

Eis, portanto, uma das maiores virtudes da **reforma tributária**: a transparência.

Mesmo as exceções, até então escamoteadas pela barafunda de instruções normativas, portarias e resoluções, estão visíveis a todos, e não apenas para aqueles que se beneficiam da complexidade do modelo atual.

A melhor marca que o Senado pode deixar na reforma, portanto, é trabalhar para que o País possa ter a menor alíquota geral possível. Para isso, a lista de exceções precisa parar de crescer - e, eventualmente, até diminuir, se isso não comprometer o consenso

político que permitiu o avanço da reforma.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alíquota do IVA vai ser "calibrada", diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa segunda-feira (17) que o estudo que aponta que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) proposto na **reforma tributária** ficaria em 28% não leva em conta "uma série de fatores".

A estimativa foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Aquele é um estudo que não leva em consideração uma série de fatores", disse Haddad a jornalistas, na chegada ao Ministério da Fazenda. "Não tem análise de impacto, por exemplo, sobre sonegação, evasão, corte de gastos tributários." O cálculo elaborado pelo Ipea considera o texto aprovado pelos deputados. A alíquota estimada em 28,4%, se confirmada, seria a mais alta do gênero no mundo, superando a da Hungria (27%), atualmente a maior.

Questionado se a alíquota ficaria então abaixo de 28%, Haddad afirmou que "tem uma transição para ser feita". A PEC da **reforma tributária**, já aprovada na Câmara dos Deputados, está em debate agora no Senado e novas mudanças podem ser feitas.

"Nós vamos calibrando isso de acordo com a transição. Então começa em 2026 com uma alíquota baixinha para ver o impacto", disse o ministro.

De acordo com a simulação feita pelo Ipea, contribuem para o percentual elevado as isenções incluídas no texto e regimes favorecidos, por exemplo. O estudo acrescenta que, mesmo com IVA mais alto, a **reforma tributária** será positiva para o ambiente de negócios no país.

Para o ministro, as ponderações feitas pelo estudo são positivas.

"Agora, o alerta que o estudo do Ipea faz é bom, porque mostra que, quanto mais exceções tiver, menos vai funcionar.

Então tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>

Setor de óleo e gás teme que falta de lei complementar "paralise" Repetro

Aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, a **reforma tributária** deve garantir a simplificação da cobrança de **impostos**, mas o setor de óleo e gás manifesta preocupação com o futuro do Repetro, o regime aduaneiro para compra e venda de equipamentos para exploração de petróleo. Para agentes do setor, o mecanismo deve ser contemplado no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma. No entanto, especialistas na área tributária ouvidos pelo Valor entendem que uma lei complementar seria o ideal para manter o Repetro.

O texto aprovado na Câmara, no artigo 156-A, que institui o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), diz que haverá lei complementar que disporá sobre regimes aduaneiros especiais. Significa que poderá haver o benefício tributário do Repetro, mas enquanto não for aprovada uma lei complementar, o benefício ficaria suspenso caso não seja incluído em uma disposição constitucional transitória.

A redação ainda pode ser alterada pelos senadores quando for debatido na Casa depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. Os agentes do setor têm manifestado receio de que possam passar a ser cobrados **impostos** que não incidiam antes sobre os equipamentos usados na indústria de óleo e gás. Segundo um estudo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), a ausência do Repetro significaria deixar de gerar investimentos de US\$ 130 bilhões em dez anos. Segundo os cálculos, cerca de 322 mil postos de trabalho deixariam de ser proporcionados na média anual.

Para Robson Gonçalves, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um dos princípios básicos da PEC da **reforma tributária** é acabar com regimes tributários **especiais no geral**: "Existe uma ameaça na forma como o texto está até aqui, mas tem chance de mudar no Senado." Segundo Gonçalves, que é a favor da elaboração de uma lei complementar, uma referência direta ao Repetro na PEC não seria a melhor escolha porque estaria constitucionalizando o regime: "O ideal seria abrir uma brecha e dizer qual lei complementar estabeleceria regimes especiais." "A ideia é dar tratamento horizontal a todos os setores, ainda que isso não seja o ideal do ponto de vista global. Países europeus, por exemplo, concedem alíquotas menores a setores que pretendem incentivar,

como os investimentos em tecnologias de geração de energia renovável." Luiz Claudio Carvalho, ex-secretário da Fazenda dos Estados de São Paulo e Rio, também critica a possibilidade de incluir o regime "expressamente" na PEC. "É viável que se crie forma de desoneração dos ativos por meio de lei complementar", diz. O teor das leis complementares ainda não foi discutido.

"Há uma enorme brecha para abusos do poder tributante dos entes federados." Ele também é sócio da consultoria BK Consulting e acredita que pelo texto atual, o Repetro seria extinto. "Há uma disposição do governo federal de evitar o aumento do número de excepcionalidades à regra geral de tributação pela sistemática de débito/ crédito. De toda forma, o texto aprovado pela Câmara já contempla alguns dispositivos que, no meu entender, abrem caminhos para que se atinja os objetivos hoje alcançados pelo Repetro." O diretor-executivo de exploração e produção do IBP, Júlio Moreira, diz que uma possível suspensão do benefício aumentaria a carga tributária em momento importante de crescimento do setor: "Acreditamos que não vai ser o caso, mas queremos evitar que uma possível lei complementar mude as regras do jogo", diz. "A dinâmica que vimos na Câmara mostra que não houve tempo hábil para ouvir as partes interessadas no setor. Ouvimos isso de diferentes lados e de diferentes partidos. Esperamos que no Senado seja diferente e que a indústria de petróleo tenha chance de dialogar." O executivo afirma que o principal objetivo da **reforma tributária** é desonerar os investimentos. Nesse cenário, acredita que há abertura para que os agentes do setor de petróleo se posicionem para manter as regras atuais praticadas pelo Repetro.

A advogada Jeniffer Pires, sócia do Kincaid Mendes Vianna Advogados, critica a aprovação da necessidade de lei complementar para que o Repetro continue valendo.

Afirma que, sem o Repetro, "o impacto para o Estado do Rio e para o país seria relevante". Pires, que também preside a comissão de direito da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), afirma que a suspensão do Repetro, ainda que temporária, traria insegurança jurídica ao setor: "A redação dá abertura para haver um limbo legal, que as empresas precisam recorrer à Justiça para pedir a

retirada da cobrança." O texto da reforma, segundo a advogada, diz que haveria o "diferimento" do tributo, o que não significa isenção. "Nada mais é do que um pagamento postergado e o Repetro hoje em dia não é assim." A especialista lembra que, inicialmente, a PEC 45/19 não considerava a manutenção do Repetro, o que acabou sendo incluído no texto após considerações da indústria e de um ofício produzido pelas comissões de direito aduaneiro e de petróleo e gás da OAB-RJ. "Ao mesmo tempo que isso foi muito bom [a inclusão do Repetro entre as exceções], criou uma preocupação porque, se existe necessidade de publicar lei complementar, temos um processo de tramitação moroso às vezes" , diz Pires. "Nossa sugestão é que deveria ter previsão que resguarde o Repetro dentro das leis de disposições constitucionais transitórias", acrescenta. Pires também alerta para o risco de o setor de óleo e gás ser incluído no imposto seletivo sobre produção, comercialização ou importação de bens ou serviços prejudiciais à saúde e meio ambiente. "Qual o conceito [do que é prejudicial]? Tem que vir uma lei complementar dizendo o que é prejudicial à saúde e ao meio ambiente. Qual será o impacto disso?", questiona.

"Há uma enorme brecha para abusos do poder tributante" Luiz Claudio Carvalho

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Setor de óleo e gás teme que falta de lei complementar "paralise"
Repetro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>

Taxação a patrimônio cresce, e Estados veem "alternativa" às portas da reforma

Marta Watanabe e Rodrigo Carro

A receita com **tributos** sobre propriedade ganhou espaço relativo na receita dos Estados, mesmo num ambiente de crescimento mais acelerado da arrecadação total. Os dois **impostos** dessa natureza à mão dos governadores, que incidem sobre a propriedade de veículos e sobre heranças e doações, avançaram de 8,8% da receita tributária própria em 2019 para 10,3% em 2023. A comparação considera os 26 Estados e Distrito Federal e as receitas em 12 meses até abril de cada ano.

A **reforma tributária** sobre consumo, no texto aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados - e à espera de apreciação no Senado - tem gerado simpatia entre os especialistas, que o consideram uma evolução importante.

Mesmo assim, a reforma abre novas possibilidades para os Estados na tributação sobre propriedade e pode ser um caminho na procura receitas, aponta quem acompanha o tema.

Diversos choques nos últimos anos ajudaram a arrecadação total própria dos Estados. Essa receita aumentou 14,1% em termos reais no agregado dos Estados em relação ao período pré-pandemia.

Os **tributos** sobre propriedade tiveram desempenho ainda melhor.

O IPVA, cobrado sobre a propriedade de veículos automotores, avançou em ritmo mais acelerado, com alta de 32,8%. O Imposto sobre Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD ou ITD, dependendo da sigla definida pelo Estado) foi o imposto estadual com maior aumento de receita no período, com alta de 41,5% acima da **inflação**, sempre entre os 12 meses até abril de 2023 contra igual período até abril de 2019.

O ICMS, cobrado sobre circulação de bens e serviços, principal tributo dos Estados, subiu 10,2% em termos reais. Os dados foram levantados pelo Valor dos relatórios fiscais entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional.

Como arrecadação tributária própria foi considerada a receita com **impostos**, taxas e contribuição de

melhoria.

Levantamento elaborado pela Febrafite, federação que reúne as associações de fiscais de **tributos** estaduais, e pelo escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueiredo Lopes (SBSA) Advogados mostra grande diversidade na tributação sobre doações e heranças no país. Isso acontece porque cada Estado pode regular as alíquotas do ITCMD. O levantamento também mostra que em vários locais há espaço para aumento do tributo.

O ITCMD, conforme resolução do Senado que vigora hoje, pode ser progressivo, com definição de alíquotas que aumentam conforme o valor da doação ou da herança.

O teto da alíquota é de 8%.

Apenas 11 dos 27 entes - Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins -, porém, chegam a 8% na cobrança progressiva sobre heranças. Nas doações, são dez - todos os que cobram até 8% sobre heranças, exceto Bahia - entes que cobram ITCMD até a alíquota máxima.

Em uma análise sobre o imposto e os impactos da **reforma tributária**, Aline Souza e Eduardo Szazi, sócios da SBSA Advogados, dizem que uma das razões para a baixa tributação sobre a transferência patrimonial no Brasil é o seu "custo político", na medida em que ela é facilmente percebida pelos contribuintes. "A tributação de heranças e doações seria, no entanto, uma forma eficiente de atender a critérios clássicos de justiça tributária", defendem os advogados.

"Esses **tributos** fazem parte da tributação direta, cujo pagamento é mais visível e que o contribuinte relaciona mais com quem cobra. Diferentemente de um imposto indireto [como ICMS], que o contribuinte nem sabe o quanto está pagando", comenta Rodrigo Spada, presidente da Febrafite.

Ele lembra também que os Estados tendem a olhar mais os **tributos** com maior representatividade na arrecadação.

De acordo com os relatórios fiscais, o ICMS

corresponde atualmente a 77% da receita tributária própria do agregado dos Estados. O IPVA equivale a 8,7% e o ITCMD, a 1,6%. A participação do imposto sobre doações e heranças varia conforme o ente.

Nos 12 meses até abril representou entre 0,2% a 3,3% da receita tributária própria do Estado.

"Só que diante da dificuldade de se arrancar alguma coisa a mais do tributo mais importante, começase a olhar para outras possibilidades", diz Spada. Ele lembra que, além de ter sido alvo de reduções de alíquotas com medidas impostas aos Estados em 2022, o ICMS também está "saturado" e sofre corrosão de base.

Na crise após 2014, lembra Spada, os Estados passaram a buscar alternativas para elevar a tributação e a partir daí alguns governos começaram a elevar alíquotas.

Também há uma troca cada vez maior de informações com outras bases de dados, como da **Receita Federal**, para detectar recolhimentos menores que o devido no ITCMD, destaca. Hoje, diz, os Estados já estão de olho em planejamentos tributários com o imposto. Entre eles, Spada cita o planejamento sucessório com holding, com a "pejotização do patrimônio". "Para detectar isso usam-se fontes de dados como os da Junta Comercial e outros cadastros de empresas." Aline destaca uma mudança no ITCMD no texto da **reforma tributária** aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, com impacto "relevante" para Estados e contribuintes. Trata-se da cobrança do imposto sobre heranças e doações do exterior.

O texto atual da Constituição Federal prevê que uma lei complementar irá regular o assunto e não indica nenhum parâmetro, explica Aline. "Passados mais de 30 anos de inércia do Congresso Nacional, a maior parte dos entes federados passou a regular localmente a cobrança de doações e heranças vindas do exterior." O tema passou a ser objeto de grandes disputas jurídicas e foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Em julgamento com repercussão geral, diz, o STF decidiu que os Estados não podem cobrar o imposto sobre heranças e doações estrangeiras até que seja criada a lei complementar.

O texto da **reforma tributária** aprovado no plenário da Câmara dos Deputados muda esse cenário, aponta, porque cria uma regra nova pela qual estabelece competência para os Estados tributarem doações e heranças do exterior enquanto não houver a lei complementar.

Os Estados, portanto, diz ela, pelo texto, passarão a ter possibilidades de cobrar o ITCMD nessas

situações, ao contrário do que acontece atualmente.

Questionadas sobre os impactos das mudanças no imposto sobre heranças e doações do exterior, a Fazenda do Rio de Janeiro e a de São Paulo preferiram não comentar o assunto enquanto a reforma não estiver concluída.

O Rio é um dos poucos a cobrar a alíquota máxima do ITD, como é chamado o imposto no Estado. Segundo a Fazenda fluminense informa em nota, a elevação da alíquota se deu em 2017 como parte do acordo com o governo federal para que o Estado ingressasse no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2007, informa a Fazenda, foi criada uma Auditoria Fiscal Especializada, com objetivo de desburocratizar processos no pagamento do ITD. De janeiro a maio o imposto representou 2,2% da arrecadação tributária fluminense, segundo a nota.

Em São Paulo foi criado também, ao fim do ano passado, um órgão específico - Unidade Gestora Centralizada - para o ITCMD. O órgão tem sido chamado pelos contribuintes como "delegacia do ITCMD" e tem, entre outras atribuições, reforçar a fiscalização do imposto, informa nota da Fazenda paulista.

Segundo dados dos relatórios fiscais, o ITCMD somou arrecadação de R\$ 4,25 bilhões no Estado em 12 meses até abril deste ano, com alta real de 11,3% em relação a igual período até abril de 2019. A Fazenda paulista diz que há tendência de crescimento nesse período, mas destaca que a arrecadação do tributo é oscilante porque depende de falecimentos e doações.

Ainda no texto da **reforma tributária**, Aline aponta outra novidade sobre ITCMD que considera um avanço. Pela proposta aprovada, ressalta, não irá mais ser cobrado ITCMD sobre as transmissões e doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.

As condições, diz, serão estabelecidas em lei complementar.

"É uma vitória para resolver a discrepância de tributar filantropia.

A filantropia brasileira tem potencial para crescer muito mais, mas enfrenta atualmente, como obstáculo, o sistema tributário brasileiro." O texto da reforma, lembra Spada, também traz mudanças em relação ao IPVA, ao estender a cobrança do imposto a aeronaves e embarcações. "A crítica que se faz a isso é que, apesar de ampliar a tributação, há na proposta muitas exceções, como para embarcações de pessoa física ou de empresas que pratiquem pesca industrial, por

exemplo." Para ele, o melhor caminho nesse caso seria estabelecer a ampliação de tributação e deixar que cada Estado regule as exceções, conforme as características de suas regiões.

O ponto positivo em relação ao IPVA, aponta Aline, é que o imposto entrou entre as previsões do texto da reforma que fazem conexão entre tributação e meio ambiente.

No IPVA, a proposta traz a possibilidade de alíquota diferenciada em função do impacto ambiental.

*

"Diante da dificuldade de se arrancar alguma coisa a mais do tributo mais importante, começa-se a olhar para outras possibilidades"

Rodrigo Spada

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Taxação a patrimônio cresce, e Estados veem 'alternativa' às portas da reforma

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>

Uma reforma tributária de um Brasil brasileiro

Fio da Meada

valor.globo.com/legislacao

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605?page=1§ion=1)**

Após votar dividida, bancada evangélica quer ampliar isenção para igrejas

EDUARDO GONÇALVES E VICTORIA ABEL

A ampliação da isenção tributária a templos e igrejas não foi suficiente para que a bancada evangélica votasse a favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos **impostos** sobre consumo na Câmara. No Senado, a ideia é pressionar o relator da proposta, Eduardo Braga (MDBAM), para conseguir ainda mais benefícios.

A PEC aprovada na Câmara ampliou a imunidade tributária às instituições religiosas contra **impostos** federais, estaduais e municipais. A Constituição já garantia esse benefício, mas só a "templos de qualquer culto". O novo texto agora fala também de "organizações assistenciais e beneficentes" das igrejas.

A "ampliação da ampliação", por sua vez, quer acabar com a tributação para construção e reformas de templos, escolas, asilos, creches e comunidades terapêuticas ligadas às igrejas.

-De certa forma, o texto proposto pela PEC contempla (a demanda da igreja).

Agora nós vamos lutar para clarear mais ainda. Vamos tentar chegar a 100%. Alcançamos 80% -disse o deputado Eli Borges (PL-TO), membro Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, referindo-se às negociações já iniciadas pela bancada no Senado.

Uma das mais influentes do Congresso, a bancada evangélica participou ativamente das negociações. Na hora da votação do texto principal, no entanto, a frente se dividiu ao meio: 64 se manifestaram favoráveis à proposta, e 54, contra, segundo levantamento do GLOBO.

-Ela resolve 80% dos nossos problemas. Mas dá para ampliar mais no Senado - afirmou o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que diz ter votado contra em razão do "açodamento" da votação.

A ideia de ampliar a isenção para as obras já faz parte de uma PEC protocolada neste ano pelo deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos- RJ) e poderia ser incluída no texto da reforma que está no Senado.

Procurado pelo GLOBO, o senador Eduardo Braga se limitou a dizer que ainda vai analisar os pedidos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma do IR: Haddad quer conversar antes com empresários

VICTORIA ABEL

O Ministério da Fazenda já vem desenhando a segunda parte da **Reforma Tributária**, que recairá sobre o Imposto de Renda (IR). A discussão ainda é embrionária, e o ministro Fernando Haddad quer negociar alguns pontos com o empresariado antes de enviar o projeto de lei ao Congresso.

Aliados do ministro afirmam que não foi definido prazo para o envio da proposta. O contato com grandes acionistas é ainda mais estratégico para a reforma do IR. Isso porque as alterações devem impactar diretamente percentuais de lucros e dividendos de sócios majoritários de empresas.

Na última quinta-feira, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP), disse que o projeto de lei do IR poderia ser enviado por Haddad já em agosto, para uma tramitação na Câmara.

Dessa forma, caminharia concomitante à proposta de emenda à Constituição (PEC) dos **impostos** sobre consumo no Senado.

O líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL), não vê problema em articular os dois assuntos conjuntamente: -Não acho que seria bom esperar. A reforma do IR é importante para que tenhamos justiça tributária.

Mas os governistas divergem sobre a efetividade de uma análise acelerada. Parte deles considera melhor esperar a aprovação da reforma sobre **tributos** do consumo para começar a do IR. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também se mostrou contra uma tramitação conjunta.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), membro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), defende que as discussões ocorram uma de cada vez: - Não dá para misturar, pois são temas sensíveis.

Após a tributária, partiremos para o Imposto de Renda, que também é polêmico.

Angelo Coronel é relator de um texto de reforma do IR que tramita há dois anos no Congresso e está parado na CAE do Senado. A proposta foi enviada pelo

governo Jair Bolsonaro (PL-RJ), redigido pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes. O projeto previa uma alíquota de até 15% para a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos. As negociações travaram após empresários e banqueiros procurarem parlamentares para protestar contra a proposta.

Mesmo apresentando um texto diferente, aliados de Haddad já esperam forte resistência.

Além da tributação de lucros e dividendos, o projeto de reforma do IR poderá trazer a ampliação da faixa de isenção do imposto para pessoas físicas. Lula prometeu durante a campanha que quem ganhasse até R\$ 5 mil não pagaria o tributo.

FOLHA DE PAGAMENTO

Outra mudança que deve ser abordada em um projeto separado será a da folha de pagamento das empresas, conforme Haddad prometeu em reunião com os relatores da **Reforma Tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

As alterações para a folha já estão em estudo. O texto deve tratar da desoneração dos **impostos** previdenciários.

- O governo está estudando tratar desse tema em um projeto apartado - disse Ribeiro.

A ideia, de acordo com o deputado, é que a proposta abarque incentivos para a geração de empregos. Dessa forma, o governo diminuiria **impostos**, mas ganharia uma base maior de contribuição das empresas.

Um pedido do setor de serviços é que o pagamento de **tributos** sobre a folha de funcionários passe a servir como crédito para desconto no pagamento do futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Isso poderia diminuir o impacto de um possível aumento da carga tributária com a reforma dos **impostos** sobre consumo. Mas aliados do ministro negam a possibilidade e argumentam que não é possível misturar contribuição previdenciária com **tributos** de consumo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Europeus anunciam R\$ 242 bilhões em investimento na América Latina e Caribe

Ivan Finotti

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou nesta segunda-feira (17) que a União Europeia vai investir mais 45 bilhões (R\$ 242 bilhões) na América Latina e no Caribe, como parte do programa Global Gateway.

O anúncio foi feito na abertura do fórum empresarial da cúpula Celac-UE, em Bruxelas, na Bélgica. O evento reúne até esta terça líderes dos 33 países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os 25 da União Europeia (UE).

"O Global Gateway não faz só diferença pela dimensão. Cria uma nova abordagem e uma nova forma para apostar em novos projetos. É fundamental que o investimento se mantenha no local", disse von der Leyen.

O programa geral prevê, até 2027, um investimento total de 300 bilhões (R\$ 1,6 trilhão) em todo o mundo. Esse dinheiro será usado em projetos de infraestrutura, climáticos e digitais para fortalecer as cadeias de abastecimento da Europa, impulsionar o comércio da UE e ajudar a combater a mudança climática.

No mês passado, em visita a Brasília, von der Leyen já havia anunciado investimento de 2 bilhões (R\$ 10,7 bilhões) em hidrogênio verde no Brasil.

"A América Latina e o Caribe podem vir a ser fornecedores de energia. O setor das eólicas cresce exponencialmente e o próximo passo é transformar isso em hidrogênio verde, que pode ser exportado entre continentes e pode ser usado na indústria local, em setores como aço ou nos carros e caminhões", disse em Bruxelas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, respondeu que lançará nos próximos dias um novo plano de desenvolvimento para o Brasil. "Vamos retomar empreendimentos paralisados, acelerar outros e criar novos projetos. Ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Uma rede banda larga em todo o país será a base da educação. Com a **Reforma Tributária** em curso, simplificamos e tornamos a economia mais eficiente", disse.

"Nos mandatos anteriores, reduzimos o desmatamento em 80%. Desta vez, assumimos o compromisso de acabar com ele em 2030. E, neste primeiro semestre, reduzimos 34% em relação ao ano passado", completou.

Em relação à energia, Lula disse que "87% de nossa eletricidade vem de fontes renováveis, ante a média de 27% no mundo. E 50% de nossa energia é limpa, contra 15%".

Antes, Lula se reuniu a portas fechadas por quase meia hora com von der Leyen.

"Queremos trabalhar de mãos dadas para os desafios dos novos tempos. Nossa ambição é resolver quaisquer diferenças e chegar a acordos de benefícios mútuos", disse a presidente da Comissão.

Lula lembrou que o Brasil menosprezou o comércio exterior e a diplomacia nos últimos anos. "Voltamos para colocar o Brasil no centro das discussões da comunidade internacional", afirmou.

"Temos forte tendência em energia renovável e pode ter certeza de uma coisa: a transição climática passa a ser prioridade de nosso governo", finalizou.

Apesar de o Mercosul estar fora da agenda de discussões, uma das missões de Lula na cúpula é arrancar um compromisso dos europeus de assinar o texto final do acordo ainda este ano.

Nesta terça, em Bruxelas, ele citou diretamente o Mercosul. "Um acordo entre Mercosul e União Europeia equilibrado, que pretendemos concluir ainda este ano, abrirá novos horizontes."

"Queremos um acordo que preserve a capacidade das partes de responder aos desafios presentes e futuros", acrescentou.

Apesar de as negociações para o acordo terem sido concluídas em 2019, em março deste ano, a UE enviou novo documento que prevê sanções em questões ambientais.

Na última sexta-feira (14), o Brasil compartilhou com os demais países do Mercosul uma contraproposta ao um texto da União Europeia. É esse novo documento

que, se aprovado no bloco, Lula pretende que os europeus assinem antes de 2024.

Tática do presidente é jogar holofotes na sustentabilidade

A estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na cúpula em Bruxelas é chamar o máximo de atenção possível para o comprometimento do Brasil em relação à sustentabilidade. Com isso, pretende abrir caminho para a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia até o final deste ano.

Nos dois pronunciamentos que fez nesta segunda (17), Lula destacou o tema. No de abertura do fórum empresarial, o presidente afirmou que a matriz energética brasileira é limpa e os números serão melhorados ainda mais, uma vez que seu governo dá prioridade à geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel

"Somos detentores de um patrimônio natural único em termos de florestas, biodiversidade e água doce. Esta condição nos torna responsáveis pela gestão de riquezas cuja preservação e exploração sustentável, de forma inclusiva, é imperativo nacional", continuou Lula.

"Estamos lançando as bases para a reindustrialização do país com empreendimentos com menos poluentes, com maior densidade tecnológica e com geração de empregos verdes e de qualidade."

"O Brasil voltou ao cenário internacional para contribuir no enfrentamento dos desafios do nosso planeta, como a crise das mudanças climáticas e o aumento das desigualdades. Vamos provar, como já fizemos no passado, que é possível produzir e crescer de forma sustentável e eficiente."

No outro pronunciamento, ao lado da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a tática do brasileiro se manteve.

"Ao apresentarmos agora no mês de agosto um programa de desenvolvimento do Brasil, estará incluído nesse programa um grande programa de transição energética. Programa esse que nós queremos convidar a União Europeia a participar, porque será possivelmente o mais profundo programa de transição energética feito nessa época num país em desenvolvimento."

"O Brasil, todo o mundo sabe, vai cumprir com sua parte na questão do clima. Nós temos um compromisso com o desmatamento zero na Amazônia até 2030. Esse é um compromisso assumindo antes, durante e depois de uma campanha política", disse

Lula.

Queremos trabalhar de mãos dadas para os desafios dos novos tempos. Nossa ambição é resolver quaisquer diferenças e chegar a acordos de benefícios mútuos

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50341&anchor=6480402&maxTouch=0&_ga=2.197942767.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=77962387c2ce36a6ffa4af36823a6a8c

Reforma autoriza municípios e estados a definir alíquotas próprias

Idiana Tomazelli

A **Reforma Tributária** autoriza estados e municípios a definir suas próprias alíquotas no IBS (**Impostos** sobre Bense Serviços), novo tributo que será criado no lugar dos atuais ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto Sobre Serviços).

O formato tem sido usado por críticos da reforma para reforçar a artilharia contra a proposta, sob a justificativa de que isso anula o esforço de simplificação do Sistema Tributário Nacional.

O argumento é rejeitado por defensores do texto, que veem possibilidades limitadas de variação das alíquotas de um lugar para outro. Eles também afirmam que o dispositivo assegura a autonomia de estados e municípios, algo tão reivindicado justamente pelos críticos da proposta.

Há ainda um custo político não desprezível como barreira à instituição de uma cobrança maior do que a exercida no restante do país -o que é visto como vantagem ou como problema, a depender da ala que analisa a questão.

Sob uma perspectiva positiva, o ônus político conteria o ímpeto de governantes de elevar a tributação sobre seus contribuintes. Do ponto de vista negativo, haveria pressão pela fixação de uma alíquota de referência o mais elevada possível para atender a todos os entes sem individualizar desgastes.

A PEC aprovada na Câmara prevê a unificação de cinco **tributos** sobre consumo em dois novos, o IBS (de competência estadual e municipal) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal. A transição seria iniciada em 2026, com previsão de migração completa em 2033.

O governo tem sido cobrado a apontar em quanto devem ficar as alíquotas dos novos **impostos**, mas os números ainda são mantidos sob sigilo. Estimativas preliminares indicavam uma cobrança próxima a25%, quando somados o IBS e a CBS, mas a carga final vai depender também do alcance das exceções setoriais, que foram ampliadas na reta final da tramitação na Câmara.

O texto diz que, após a promulgação da PEC, uma resolução do Senado vai fixar a alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, "que será aplicada salvo disposição em contrário em lei específica".

A lei específica em questão deverá ser aprovada no Legislativo local e poderá definir o patamar de cobrança em seu território, mesmo que isso signifique uma alíquota distinta da aplicada nos demais lugares. Há ainda a opção de estados e municípios vincularem de forma automática suas alíquotas à referência estipula-a pelo Senado.

Técnicos que acompanham as discussões explicam que o trecho é importante para garantir a autonomia federativa, um princípio gravado na Constituição. Hoje, essa liberdade já existe: cada estado ou município define a alíquota a ser cobrada dos contribuintes.

A diferença é que, após a reforma, a escolha se dará no âmbito de um sistema bem mais simples do que o atual, em que governadores e prefeitos fixam inúmeras alíquotas, diferenciadas conforme bens, serviços ou setores.

A PEC prevê, de forma expressa, que a cobrança definida pelo ente "será a mesma para todas as operações com bens ou serviços", à exceção dos regimes específicos ou favorecidos previstos no próprio texto constitucional. Ou seja, mesmo que o ente queira adotar uma alíquota maior ou menor, ela será única para todos os bens e serviços alcançados pelo IBS.

Além disso, os técnicos observam que o governador ou prefeito que quiser elevar a alíquota do IBS em seu território precisará "arcar com o ônus político" dessa decisão.

Se o desejo foro de reduzir a cobrança, o texto impede que a perda de receita decorrente seja financiada de forma indireta por outros entes por meio da transição federativa -período em que estados e municípios compensarão uns aos outros para evitar oscilações bruscas de receitas durante a implementação da reforma.

O economista e pesquisador Sérgio Gobetti, especialista na área tributária e que hoje atua na

secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, ressalta que o ônus político de fixar uma alíquota acima da referência tende a ser ainda maior após a PEC, uma vez que a proposta muda o local de cobrança da origem (onde o bem ou serviço é produzido) para o destino (onde ocorre o consumo).

"Hoje, quando o governante aumenta a alíquota, ele tributa o consumo de outro lugar, está invadindo o consumo dos cidadãos de outras localidades. Com a reforma, ele estará literalmente tributando o consumo de seus cidadãos. O pãozinho, a conta de luz, a gasolina... Isso torna mais transparente e republicana a relação do tributo com a sociedade", diz Gobetti.

Segundo ele, não é verdade que a permissão para a mudança das alíquotas anula o objetivo de simplificação do sistema. Em sua avaliação, a ampliação das exceções setoriais gera mais complexidade do que a autorização para estados e municípios fixarem suas próprias alíquotas gerais.

"A demanda de aumento da alíquota deve ser baixa, porque a transição ajuda a assegurar a arrecadação", afirma o economista. Gobetti diz ainda que as mudanças serão sutis e tendem a seguir um padrão. Nos municípios, em que a cobrança hoje se situa entre 2% e 5%, seria de se esperar valo -res intermediários. "Não seriam mais de 5.000 alíquotas. Na prática, no máximo vai ter dez alíquotas, isso já exagerando."

O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda), Carlos Eduardo Xavier, diz que a autorização para cada ente fixar sua alíquota é importante para acomodar as diferentes necessidades. "O país tem dimensões continentais e regiões bem desiguais. Essa possibilidade é fundamental para a autonomia dos estados e municípios", afirma.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50341&anchor=6480402&maxTouch=0&_ga=2.197942767.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=77962387c2ce36a6ffa4af36823a6a8c

Estudo alerta que reforma tributária pode gerar imposto sobre o consumo de 28,04%

JR na TV

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

A **reforma tributária** pode gerar um imposto sobre o consumo de 28,04%. O alerta é de um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, com base na reforma aprovada na Câmara dos Deputados. Fernando Haddad contestou os cálculos e disse que o estudo não leva em consideração fatores importantes que podem reduzir a alíquota do IVA.

Site: <http://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/estudo-alerta-que-reforma-tributaria-pode-gerar-imposto-sobre-o-consumo-de-2804-17072023>

Só faltam escandalosos juros caírem , defende Alckmin

Publicado em 17/07/2023 - 18:05
Agência Brasil - Brasília

Por

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, voltou a defender nesta segunda-feira (17) a redução da taxa básica de juros do país, que está em 13,75% ao ano.

Ao comentar as possibilidades de investimentos previstos para o Brasil, Alckmin avaliou a situação econômica do país e disse que os escandalosos juros precisam cair.

Sobre uma pesquisa na qual o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que o novo imposto (IVA) aprovado pela **reforma tributária** deve ficar em 28,04%, o vice-presidente disse que ainda é cedo para avaliar o impacto.

Eu acho que é cedo para ter o resultado final desse trabalho, mas eu diria que foi um passo importante. Os princípios da **reforma tributária** estão colocados. Simplificação, redução do custo Brasil, diminuição de judicialização, desoneração completa de investimentos e desoneração completa do comércio , disse.

Posicionamentos foram em participação do seminário internacional Cooperativas pelo Desenvolvimento Sustentável, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. O evento é promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

No evento, o vice-presidente defendeu o fortalecimento do cooperativismo no país.

Noticias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Só faltam escandalosos juros caírem , defende Alckmin

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-07/so-faltam-escandalosos-juros-cairem-defende-alckmin>

Haddad contesta alíquota de 28% para IVA estimada por estudo

Publicado em 17/07/2023 - 16:19 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Uma alíquota de 28% do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), a ser criado pela **reforma tributária**, não considera uma série de fatores, disse nesta segunda-feira (17) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele rebateu um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual o futuro IVA ficaria mais alto que os 25% inicialmente previstos por causa das exceções incluídas durante a votação pelos deputados.

"Aquele é um estudo que não leva em consideração uma série de fatores. Não tem análise de impacto, por exemplo, sobre [combate à] sonegação, evasão, corte de gastos tributários [eliminação de incentivos fiscais]", declarou Haddad ao chegar ao Ministério da Fazenda nesta segunda pela manhã.

Baseado no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o estudo do Ipea estima uma alíquota de 28,4% para o IVA, que incidirá sobre o consumo. Esse percentual garantiria a alíquota mais alta do mundo para **impostos** desse tipo, batendo o recorde da Hungria, que cobra IVA de 27%.

Segundo o Ipea, as isenções incluídas no texto, o benefício a setores que terão alíquota reduzida em 60% e a criação de regimes especiais estão por trás da alíquota alta. Isso porque, para compensar a desoneração para alguns segmentos da economia, o governo terá de tributar mais o restante dos setores.

Sobre a possibilidade de a alíquota ficar abaixo de 28%, o ministro disse ser necessário avaliar dois fatores. O primeiro é a transição, que começará em 2026 para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a parte federal do futuro IVA, e irá até 2032. "Nós vamos calibrando isso de acordo com a transição. Então começa em 2026 com uma alíquota baixinha para ver o impacto", declarou o ministro.

O segundo fator, citou Haddad, serão eventuais mudanças na **reforma tributária** pelo Senado, que poderá rever algumas exceções concedidas pela Câmara. Com menos isenções e setores com alíquotas reduzidas, a alíquota geral poderá baixar.

Apesar de contestar a estimativa de 28,4% de

alíquota, Haddad considerou positivas as ponderações feitas pelo Ipea e defendeu um enxugamento da reforma, com a revisão da lista de exceções. "O alerta que o estudo do Ipea faz é bom, porque mostra que, quanto mais exceções tiver [a **reforma tributária**], menos vai funcionar. Então tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas", declarou.

Mesmo no caso de um IVA alto, o estudo considera a **reforma tributária** benéfica para a economia brasileira, porque melhorará o ambiente de negócios e simplificará a cobrança e o pagamento de **tributos**. Recentemente, o Ipea divulgou um outro estudo, segundo o qual a reforma poderá gerar um ganho de 2,39% no Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2032 .

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/haddad-contesta-aliquota-de-28-para-iva-estimada-por-estudo>

Súmula do STF não determina que Reforma Tributária seria inconstitucional

É enganoso vídeo em que seu autor utiliza uma súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) para afirmar que a **reforma tributária** é inconstitucional. Antes de ser aprovada pela Câmara, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramita no Senado, passou por análise de diferentes ministérios e, inclusive, da Advocacia Geral da União (AGU) sem apontamento de qualquer inconstitucionalidade. Além disso, especialistas em direito tributário ouvidos pelo Comprova afirmam que a Constituição Federal tem regras de reforma, ou seja, pode ser alterada.

Conteúdo investigado : Vídeo cujo autor diz ter chegado à conclusão de que a **reforma tributária** é inconstitucional, com base na Súmula 69 do Supremo Tribunal Federal.

Onde foi publicado : Instagram e Telegram.

Conclusão do Comprova : Diferentemente do que afirma o responsável pela publicação de um vídeo que viralizou nas redes sociais, a Súmula 69 do Supremo Tribunal Federal (STF) , segundo a qual a Constituição estadual não pode estabelecer limite para o aumento de **tributos** municipais , não atesta a inconstitucionalidade da Proposta de Emenda Constitucional da **reforma tributária** (PEC 45/19).

Especialistas consultados pelo Comprova afirmam que a Súmula discorre sobre a relação entre as leis estaduais e municipais, e que a Constituição Federal tem competência para legislar sobre o regime tributário de estados e municípios.

O Ministério da Fazenda, que analisou a proposta por meio da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária** (SERT), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da **Receita Federal do Brasil** (RFB), também considera a reforma constitucional. A SERT contou com a colaboração do assessor para fins tributários do Advogado-Geral da União (AGU).

A tramitação da PEC na Câmara dos Deputados foi acompanhada pelos ministérios de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; Gestão; Saúde; Educação; Desenvolvimento Social; e Relações Institucionais.

Enganoso , para o Comprova, é o conteúdo que confunde, com ou sem a intenção deliberada de

causar dano.

Alcance da publicação : O Comprova investiga os conteúdos suspeitos com maior alcance nas redes sociais. No Instagram, até o dia 14 de julho, a publicação somava 34,4 mil curtidas, enquanto no Telegram o número de visualizações era de 4,8 mil.

Como verificamos : O primeiro passo foi investigar o que diz a Súmula 69 do STF. Para isso, consultamos as jurisprudências no site do órgão . Em seguida, reunimos informações a respeito da **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados em 7 de julho junto à imprensa profissional (G1 , BBC Brasil , Agência Brasil , Jota , O Globo).

O Comprova também conversou com dois especialistas: Paulo Caliendo, doutor em Direito na área de Concentração de Direito Tributário e professor da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); e Rodrigo Kanayama, doutor em Direito do Estado e professor adjunto do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Também procurou o Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União (AGU). Por fim, entrou em contato com o responsável pela publicação do conteúdo.

O autor do vídeo investigado afirma que a **reforma tributária** seria inconstitucional porque se nem o estado dentro do qual está o município pode interferir no imposto que é da competência do município, por que é que a Constituição Federal pode extinguir e criar uma outra alíquota de um imposto que ela mesma deu a competência para o município? .

No entanto, especialistas consultados pelo Comprova afirmam que a Constituição Federal pode estabelecer regimes tributários, alterar os **tributos**, ou mesmo delegar para a legislação infraconstitucional (leis ordinárias ou complementares) competência para definir assuntos relacionados às alíquotas.

Ele [autor do vídeo] transportou uma discussão que ocorre em relação aos estados e municípios para o âmbito da Constituição Federal. Isso é completamente errado. Dizer que a Constituição não pode estabelecer

regimes tributários é um argumento equivocado. Tem várias leis federais, que estão abaixo da Constituição, que definem regimes tributários que são aplicados aos estados ou municípios. Por exemplo, o ISS é limitado e regulado pela Lei Complementar 116. E isso nunca foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, diz Rodrigo Kanayama.

Em relação à Súmula 69, Kanayama explica que o entendimento do STF é de que a constituição estadual não pode interferir na competência municipal tributária. Porém, ao contrário do que diz o autor do vídeo, não é isso que a **reforma tributária** propõe.

O STF entende com relação à constituição estadual que não pode entrar na competência municipal, porque a constituição estadual não tem a mesma força que a Constituição Federal, ou seja, a constituição estadual está abaixo da Federal, porque ela não é constituição no sentido estrito. A Constituição Federal pode criar esses regimes [tributários], não há nenhuma inconstitucionalidade nisso.

Para Paulo Caliendo, a reforma é constitucional uma vez que é possível, respeitando o processo legislativo, alterar a Constituição. [A PEC] está alterando as competências e dizendo que a competência [de administrar os **tributos**] é conjunta de estados e municípios. É plenamente viável.

O professor da PUCRS destaca que, para ser inconstitucional, a **reforma tributária** precisaria infringir o inciso I do parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição, que diz: Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

Então, nós teríamos que afirmar que a **reforma tributária** ofende a forma federativa ou a extingue, porque retira a autonomia financeira dos municípios. Esse é o ponto de discórdia, ele [autor do conteúdo] acha que sim, mas nós achamos que não. E, pelo contrário, acreditamos que se amplia, inclusive, esse ponto [a autonomia financeira dos municípios]. O que é enganoso é afirmar que isso é algo claro e inquestionável.

De acordo com o Ministério da Fazenda, as competências tributárias estaduais e municipais não estão sendo esvaziadas, mas sim reforçadas.

Existem diversas discussões atualmente no Judiciário que envolvem a competência de estados e municípios para tributar, que dizem respeito à base material prevista na Constituição para cada um deles, ou seja, mercadoria para estados e serviço para municípios. Com a reforma, essas discussões se encerram, porque a proposta trouxe para dentro, de forma

expressa, essas materialidades, afirmou ao Comprova, em nota.

O órgão também disse que a Súmula 69 do STF trata de uma situação completamente diferente da proposta pela **reforma tributária**. Primeiro porque, como visto, a PEC não está limitando a competência dos estados e municípios, que terão base reforçada e continuam podendo estabelecer suas próprias alíquotas. Segundo porque não se pode fazer um espelhamento da Constituição Federal com a Constituição Estadual. A Constituição Federal não é da União, ente federativo, mas da República Federativa do Brasil, o que abrange a União, os estados e os municípios de maneira conjunta.

A PEC 45/19 que institui a **reforma tributária** foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 7 de julho deste ano. O texto tramita no Senado, onde precisa ser aprovado em dois turnos por, pelo menos, 49 senadores para ser promulgado.

A principal mudança prevista pela PEC é a unificação de cinco **tributos**, três deles federais, um estadual e um municipal. São eles: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e Imposto sobre Serviços (ISS), respectivamente.

Esses cinco **tributos** serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será dividido em dois: um federal e outro dos estados e municípios.

Isso significa que, no modelo proposto pela **reforma tributária**, a União define a alíquota da CBS, enquanto estados e municípios ficam responsáveis pelo IBS. Em relação aos **tributos** locais, os governos estaduais e as prefeituras terão de concordar com uma alíquota única, o que deve colocar fim à chamada guerra fiscal.

O texto também prevê uma mesma alíquota para os produtos, com algumas exceções, como itens da cesta básica (que ficarão isentos) e produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, como cigarros e álcool (que pagarão mais). A nova alíquota será definida por meio de um Projeto de Lei (PL).

A PEC ainda contempla a criação de alguns fundos, cujo objetivo é compensar os estados por eventuais perdas de arrecadação, como o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), orçado em R\$ 40 bilhões a partir de 2033, e o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que garantirá benefícios fiscais já concedidos pelos estados até 2032.

Haverá uma fase de transição para a implementação da reforma, que deve durar de 2026 a 2032, conforme noticiou a BBC . Em 2026, haverá cobrança de 0,9% do CBS e 0,1% do IBS - essas alíquotas serão usadas como teste inicial. No ano seguinte, serão extintos PIS e Cofins, e entrará em vigor o IVA. A partir de 2029, haverá redução escalonada dos **tributos** estaduais e municipais (ICMS e ISS), com elevação gradual do IVA estadual e municipal. Em 2033, os **impostos** antigos serão extintos.

O que diz o responsável pela publicação : o autor foi procurado por WhatsApp, Instagram e pelo e-mail de um instituto do qual seria diretor-fundador. O instituto solicitou mais informações sobre a checagem e o projeto, mas, após retorno do Comprova, não houve resposta.

O que podemos aprender com esta verificação : Ao se deparar com informações muito técnicas e restritas, procure entender qual o contexto da documentação apresentada e qual a opinião de outros especialistas sobre o assunto. Na situação específica, que se refere à constitucionalidade de um projeto de lei, verifique como funciona a tramitação desses processos, cuja legalidade deve ser analisada.

Procure também informações na imprensa profissional, pois a legalidade de uma PEC seria assunto entre especialistas e parlamentares.

Por que investigamos : O Comprova monitora conteúdos suspeitos publicados em redes sociais e aplicativos de mensagem sobre políticas públicas e eleições no âmbito federal e abre investigações para aquelas publicações que obtiveram maior alcance e engajamento. Você também pode sugerir verificações pelo WhatsApp +55 11 97045-4984 .

Outras checagens sobre o tema : A PEC que institui uma **reforma tributária** já foi alvo de outras peças de desinformação desde o início da sua tramitação no Congresso Nacional. O Estadão Verifica apurou ser falso que o texto acaba com o direito à herança no Brasil.

O Aos Fatos checkou um vídeo com diversas desinformações sobre o projeto de lei , em que era dito, entre outras coisas, que a União passaria a receber todos os **impostos**, incluindo os estaduais e municipais. Também esclareceu que a proposta não muda o Imposto de Renda ou estabelece critérios de gênero e raça.

Anteriormente, o Comprova mostrou que Lula não assinou decreto para colocar fim à propriedade privada e que vídeo engana ao afirmar que Justiça autorizou invasões de domicílio no Brasil .

Este conteúdo foi investigado por O Popular, Plural Curitiba e Grupo Sinos. A investigação foi verificada por UOL, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. A checagem foi publicada no site do Projeto Comprova em 14 de julho de 2023 .

Site: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2023/07/17/sumula-do-stf-nao-determina-que-reforma-tributaria-seria-inconstitucional.htm>

'Quanto mais excessões, menos vai funcionar', diz Haddad sobre reforma tributária

Brasília

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou nesta segunda-feira (17) que a alíquota do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) proposta pela **reforma tributária** deve ficar abaixo de 28%. Além disso, o ministro defendeu a necessidade de as exceções para que elas estejam bem justificadas no novo sistema tributário.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/videos/quanto-mais-excessoes-menos-vai-funcionar-diz-haddad-sobre-reforma-tributaria-17072023>

Ipea diz que reforma tributária atual pode gerar imposto federal de 28%; Haddad contesta cálculo

Por Lais Carregosa, g1

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que a alíquota do novo imposto criado pela **reforma tributária** deve ficar em 28,04%. Nesse patamar, o tributo seria um dos maiores do mundo.

Nesta segunda-feira (17), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contestou o cálculo e disse que é preciso olhar as premissas do estudo para não nos assustarmos .

Segundo Haddad, os cálculos do Ipea não levam em consideração fatores como o impacto da **reforma tributária** sobre a sonegação e evasão fiscal, assim como corte de gastos tributários.

O ministro disse que há uma série de questões que precisam ser levadas em conta para fixar a alíquota .

Tem uma transição para ser feita. Nós vamos calibrando isso de acordo com a transição. Então começa em 2026, com uma alíquota baixinha para ver o impacto. É bom ter estudo, não estou criticando, mas é bom olhar as premissas para não nos assustarmos também , declarou.

Segundo a pesquisa do Ipea, as exceções incluídas no texto da reforma para alguns setores podem levar a uma redução no crescimento esperado para a economia brasileira. Para Haddad, o alerta do estudo é bom.

No cenário do texto original da **reforma tributária**, o crescimento extra esperado na economia era de 5,75% até 2036. Com as mudanças promovidas pelo grupo de trabalho da reforma, o impacto cai para 2,39%.

A pesquisa não leva em consideração as mudanças aprovadas pela Câmara dos Deputados, quando votou a reforma. O texto aprovado impõe mais exceções ao que foi proposto pelo grupo de trabalho.

Agora, o alerta que o estudo do Ipea faz é bom porque mostra que, quanto mais exceção tiver, menos vai funcionar, então tem que calibrar menos as exceções

para que elas estejam bem justificadas, que efetivamente tenham um impacto positivo sobre o bem-estar da sociedade , afirmou Haddad.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/17/ipea-diz-que-reforma-tributaria-atual-pode-gerar-imposto-federal-de-28percent-haddad-contesta-calculo.ghtml>

Nordeste pede fatia maior do FNDR

Victor Correia

Estados do Nordeste e do Sul e Sudeste reforçaram a articulação para definir os critérios de distribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). O mecanismo está previsto no texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 6. Há disputa, porém, sobre como serão divididas as fatias deste orçamento, que somam, segundo a proposta atual, R\$ 40 bilhões. Enquanto o Nordeste defende que o Fundo seja usado para corrigir desigualdades históricas no desenvolvimento brasileiro, Sul e Sudeste querem que a divisão seja proporcional à população e à produção dos estados.

As unidades federativas estão insatisfeitas com o montante. A proposta é que o valor seja aumentado de R\$ 40 bilhões para R\$ 75 bilhões, baseado em estudo das secretarias estaduais da Fazenda.

Outro ponto de insatisfação é que a regulamentação do Fundo que, de acordo com o aprovado pelos deputados, será feita por Lei Complementar, e não incluída na própria Emenda Constitucional.

Segundo secretários da Fazenda, os estados articulam agora para implementar essas alterações no Senado Federal, onde a matéria será apreciada após o recesso parlamentar, a partir de agosto.

Como a Casa Alta representa as unidades federativas no Legislativo, a expectativa é que os senadores analisem os pleitos estaduais com mais atenção do que foi feito pelos deputados.

Em relação ao Fundo, os nove estados do Nordeste criaram uma proposta em comum para a distribuição dos recursos: 90% dos recursos seriam destinados ao Nordeste, Norte, Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal), Minas Gerais e Espírito Santo. Os dois últimos estados, apesar de não integrarem o Nordeste, têm características parecidas com a região em municípios fronteiriços, e já acessam, atualmente, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Caso o pleito não seja atendido, os estados pedem que, pelo menos, seja estabelecido um critério de Produto Interno Bruto (**PIB**) invertido para o fundo - ou seja, que estados com economias menores recebem mais. Para a secretária de Fazenda de Alagoas, Renata dos Santos, o sistema tributário brasileiro foi

muito injusto com os estados do Nordeste.

"Historicamente, temos um desenvolvimento menor. Um mercado consumidor com menor poder aquisitivo. Nós precisaríamos de uma parcela maior desse Fundo para fazer a política econômica", disse ao Correio. Ela foi apontada como porta-voz dos estados nordestinos nas discussões sobre a reforma. "Do jeito que a proposta está sendo pensada, conforme o **PIB** vai melhorando, o recurso vai se redistribuindo, e isso traz uma melhoria para o Brasil como um todo", acrescentou.

Em Alagoas, por exemplo, o Fundo é necessário para a criação de perímetros irrigáveis, para atrair indústrias.

No Piauí e no Maranhão, é preciso construir rodovias para transportar a produção agrícola do Sul para o Norte da região.

Os estados do Nordeste articulam agora o apoio do Centro -Oeste e do Norte à sua proposta, e a sinalização vem sendo positiva, conforme a secretária.

Proporcionalidade

Sul e Sudeste, por sua vez, têm outra proposta. Parte dos recursos seriam distribuídos de forma igualitária entre os estados. Já a outra parte seria dividida proporcionalmente tanto à população de cada estado, quanto ao **PIB**.

"Sul, Sudeste e Nordeste pensam, eu não vou dizer diametralmente opostos, mas com características diferentes. É difícil chegar a um consenso. Naturalmente, Norte e Nordeste sempre ganham, já que a votação é por maioria", afirmou, por sua vez, o secretário de Fazenda de Santa Catarina, Cleverson Siewert. Apesar disso, ele frisa que o diálogo entre os estados é respeitoso.

O secretário destaca que Sul e Sudeste reúnem 60% da população e 70% do **PIB** do Brasil. Por isso, o recurso deveria ser distribuído proporcionalmente à participação na economia nacional. Ele cita o exemplo do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), atualmente em vigência.

"Se pegar Santa Catarina, nós temos 4,6% do **PIB** do Brasil e 3,7% da população. Mas o nosso FPE é de 1,3%. A tendência para esse novo fundo é que ele tenha as mesmas características, e o estado se sente

prejudicado por essa lógica", explica Cleverson. "Não queremos receber mais recursos, a gente só quer uma proporcionalidade", completa.

Ainda assim, ele se diz confiante de que o Senado sinalize uma análise técnica da matéria, com simulações sobre como a reforma pode impactar a economia brasileira.

"Naturalmente, vamos buscar nossos direitos e vontades. Vamos lutar para deixar o valor e o critério na PEC, um critério que seja nosso", afirmou o secretário. "A gente não quer uma briga. A gente não acredita em dois Brasis. A gente acredita em um Brasil fortalecido, e por isso a gente precisa pensar nisso, com um olhar atual", disse, por sua vez, Renata dos Santos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/17/all.pdf>

O problema é o gasto (Editorial)

De acordo com o calendário político e administrativo do país, o primeiro semestre do ano foi encerrado na semana passada com um feito sem dúvida importantíssimo -a aprovação da reforma tributária pela Câmara dos Deputados.

Mas, se o avanço histórico da proposta eleva o otimismo quanto ao longo prazo, providências cruciais para a saúde da economia no curto e no médio prazos permanecem motivo de incerteza e inquietação.

As votações definitivas da nova regra de controle dos gastos públicos e do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 ficaram para agosto, depois do recesso informal de duas semanas que o Congresso Nacional se autoconcedeu -pela legislação, os parlamentares não podem tirar férias sem terem apreciado a LDO.

Mais do que isso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) continua longe de obter credibilidade para seus compromissos e projeções de reequilíbrio das contas do Tesouro Nacional e redução dos patamares exorbitantes da dívida pública.

O próprio Tesouro acaba de divulgar cálculos segundo os quais será necessária arrecadação adicional de R\$ 162,4 bilhões ao ano para que seja cumprida a meta de zerar o déficit orçamentário em 2024. Isso corresponde a praticamente afirmar que a meta é inviável, ao menos com a orientação atual.

O erro de origem do governo petista, como se sabe, é pretender manter uma trajetória contínua de aumento da despesa pública, que começou antes mesmo da posse de Lula. Todo o ajuste, portanto, fica na coluna das receitas.

Estipulou-se, com isso, o propósito descabido de elevar em demasia uma carga tributária já exagerada - o que inclui de medidas corretas, como a eliminação de privilégios, a abusos como a tentativa de fazer caixa com vitórias sobre contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

É muito improvável que o governo tenha sucesso mais do que parcial em sua sanha arrecadatória, como se nota por decisões e posicionamentos do Congresso. Não por acaso, o Tesouro aponta os problemas a serem enfrentados no lado dos gastos e opções possíveis.

Forma-se uma bola de neve bilionária em precatórios

cujos pagamentos têm sido adiados desde a gestão Jair Bolsonaro (PL); os dispêndios com saúde e educação, excluídos de modo precipitado dos limites da regra fiscal, vão tornar o Orçamento ainda mais engessado ao tomar o espaço de outras áreas.

São problemas que não podem ser ignorados ou tratados à base de retórica demagógica, como se o imperativo de eliminar a pobreza prescindisse de boa gestão das finanças do governo.

Enquanto houver risco de escalada do gasto e da dívida pública, o Banco Central terá dificuldade em reduzir juros, as empresas vão hesitar em investir e o país estará sujeito a um crescimento econômico abaixo de medíocre. Lula deveria se dedicar ao problema desde já.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50340>

IVA do Brasil pode ir a 28% e se tornar o maior do mundo

Com base na proposta da **Reforma Tributária**, a alíquota do novo tributo para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,4%, indica estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Seria a maior do mundo para um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), superando a da Hungria (27%). Em países de reforma mais recente, a taxa costuma ser bem menor, caso da Austrália (10%).

A alíquota vai ser definida em lei complementar. A expectativa era que ficasse em 25%, mas benefícios mantidos para a Zona Franca de Manaus e o Simples, além de isenções incluídas antes da votação na Câmara, devem levar a um percentual maior.

O Ministério da Fazenda já está mapeando pontos para debater no Senado, em uma tentativa do governo de reduzir a pressão sobre o IVA.

"Quanto mais exceções, maior será a alíquota efetiva a quem fica fora da exceção" diz João Maria Oliveira, responsável pela pesquisa do Ipea. Segundo ele, porém, todas as projeções mostram que a reforma vai melhorar o ambiente de negócios. Tomando como parâmetro o texto que saiu da Câmara, o crescimento adicional do **PIB** seria de 2,39% até 2032. Mercado A11

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50340>

Em tempos de reforma tributária, uma comparação entre Brasil e EUA

VALÉRIA BRETAS

Seja em uma viagem de trabalho ou de férias, os Estados Unidos costumam estar no imaginário do brasileiro que tem a intenção de fazer compras no exterior. N país, cada Estado define os seus **impostos** sobre vendas, que podem variar entre 0% e 9,55%, considerando a soma dos tributos locais e estaduais.

Engana-se, porém, quem acredita que os destinos mais procurados pelos turistas, como Nova York, Califórnia e Flórida, estão entre os melhores lugares para encher o carrinho.

Os dois primeiros figuram entre os 10 Estados com o maior imposto sobre compras do país, com uma média de 8,52% e 8,82%, respectivamente.

Já a Flórida aparece na 23.^a posição do ranking dos 50 Estados americanos, com 7,02%.

Os valores podem assustar à primeira vista, mas por aqui a realidade tributária é ainda pior. O Brasil tem o título de segundo país com o iPhone mais caro do mundo, atrás somente da Turquia, segundo levantamento anual realizado pelo portal Nukeni. Cerca de 40% do valor do aparelho vem de **impostos**, segundo cálculos realizados pelo escritório DMGSA (Domingues Sociedade de Advogados).

Nas últimas semanas, o projeto de **reforma tributária** que tramita no Congresso norteou as discussões em todo o Brasil, com a promessa de unificar as alíquotas e simplificar o sistema.

"Quando isso acontecer, mais empresas e investidores estrangeiros virão, e isso pode reduzir o valor do dólar e tornar o País mais competitivo", diz Camila Tápias, advogada tributarista e sócia do Utumi Advogados.

Com o texto ainda em discussão, não há uma definição sobre o valor da alíquota que será considerado padrão para a maioria dos bens e serviços da economia. Os especialistas, no entanto, projetam impactos negativos caso essa alíquota-base fique acima de 25% - cenário que passou a ser considerado depois que a Câmara aprovou exceções para vários setores econômicos.

Uma alíquota acima de 25% colocaria o Brasil entre os

países com um dos maiores percentuais para o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) do mundo.

"A carga tributária nos EUA é mais vantajosa porque os **impostos** sobre consumo são menores, uma estratégia diferente do que é praticado aqui", diz Cláudio Batista, sócio do DMGSA e especialista em direito tributário internacional.

"Por termos uma alíquota mais alta, há um desincentivo ao consumo." "TAX FREE". Quem costuma viajar talvez já tenha se deparado com o "tax free", um sistema de reembolso de **impostos** por compras realizadas no exterior.

O benefício é popular na Europa por devolver ao consumidor final o valor pago pelo imposto IVA, que pode chegar a 27% em alguns países.

Nos Estados Unidos, a política é outra. Há cinco Estados que não cobram a chamada "sales tax": Delaware, New Hampshire, Oregon, Montana e Alaska. Isso significa que, a cada US\$ 1 mil gastos nesses lugares, o consumidor teria de pagar mais US\$ 88,20 se os mesmos produtos fossem adquiridos na Califórnia, por exemplo.

Ainda assim, turistas de todo o mundo escolhem o país para fazer compras, especialmente de produtos eletrônicos ou um enxoval. E há duas regiões nos EUA que oferecem a vantagem de receber os valores dos **impostos** de volta em dinheiro: Texas e Louisiana. Por lá, todas as compras realizadas em lojas como Apple, Forever 21 e Best Buy devolvem os **tributos** aos turistas. Para ter o dinheiro de volta na carteira, é necessário levar o passaporte e as notas fiscais em um dos postos de troca.

PLANEJAMENTO. A recomendação para quem decide viajar e ir às compras é começar o planejamento financeiro com antecedência. O primeiro passo é pesquisar o valor médio do que se pretende comprar e, na sequência, acompanhar o preço das passagens, comparar tarifas de hospedagens e projetar gastos aproximados com a alimentação. E, para isso, é fundamental monitorar a cotação do dólar. A cotação da moeda em relação ao real tem oscilado menos nos últimos meses, mas segue na faixa dos R\$ 5, e é necessário simular as despesas para fazer a conversão.

"É essencial avaliar o destino porque a incidência de **impostos** é diferente em cada lugar, e isso pode pesar dependendo do volume de compras", diz Eliane Tanabe, planejadora financeira CFP pela Planejar.

"Se a intenção é gastar US\$ 1 mil, vale comprar a moeda aos poucos ou deixar o dinheiro em uma conta em dólar para se proteger da oscilação do câmbio." O passo final é definir a data da viagem para organizar a quantia mensal que deve ser separada até o dia do embarque.

Se as contas não batem, a recomendação dos planejadores é olhar para o orçamento e entender se há gastos que podem ser cortados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Enxurrada de exceções abre discussão sobre alíquota do novo IVA

Um dos pontos cruciais da **reforma tributária** segue em aberto, e ficou ainda mais nebuloso após as negociações políticas na Câmara. É sobre qual será a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Segundo especialistas, o ideal seria que o IVA - que vai substituir cinco **impostos** diferentes (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) - tivesse uma só alíquota para todos os produtos e serviços. Isso simplificaria o processo e evitaria qualquer distorção. Desde o início, já se sabia que isso não seria possível. Alguns produtos e serviços teriam de ter um tratamento diferenciado. Saúde e educação, por exemplo.

Mas, nas negociações para a aprovação do projeto na Câmara, apareceram muito mais exceções.

Além disso, o desconto em relação à alíquota padrão, projetado em 50% para esses setores, acabou ficando em 60%. Com muito mais produtos e serviços pagando menos imposto - como a cesta básica, que vai ter alíquota zerada -, em tese outros itens terão de pagar mais para não derrubar a arrecadação. O projeto ainda precisa ser votado no Senado.

Em entrevista ao Estadão, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que "abrir demais as exceções pode pôr por terra ganhos da reforma".

As estimativas iniciais eram de que a alíquota básica ficaria em torno de 25%. Entre os países que adotam o IVA, a maior é a da Hungria: 27%.

"Evidentemente que, para manter o mesmo nível de arrecadação, que é o objetivo da reforma, só aumentando a alíquota", afirma a advogada Renata Emery, diretora da área tributária do escritório TozziniFreire. Segundo ela, é difícil prever qual será o percentual diante desse novo cenário.

"Muito provavelmente, maior do que 25%." O secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy, admite que os tratamentos diferenciados puxam a alíquota padrão do IVA para cima, mas destaca que a reforma reduzirá a sonegação - e que isso freia a alta do novo imposto. "São dois fatores concomitantes. Vamos fazer os cálculos com base neles." Na prática, a nova alíquota será a soma de três sub-alíquotas: federal, estadual e municipal.

Nos 25% estimados pelo governo inicialmente, fala-se em 9% para a União, 14% para os Estados e 2% para os municípios.

"Mas a própria União já enviou ao Congresso um projeto de lei dizendo que precisa de 12%. Só aí, já estamos em 28%", alerta o tributarista Luiz Bichara. "Sinceramente?"

Está todo mundo chutando (o percentual da alíquota padrão do novo IVA)."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma pode impactar uso de créditos fiscais

Estevão Taiar, Beatriz Olivon e Laura Ignacio De Brasília e São Paulo

As empresas poderão ter dificuldades para receber parte dos créditos fiscais a que têm direito - usados para quitar **tributos** - com a **reforma tributária**. Só as dez maiores companhias do agronegócio e as dez do varejo têm R\$ 70,1 bilhões a receber, conforme levantamento do Banco Fiscal, que atua com planejamento tributário. Essa possibilidade existe porque o texto atual, aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado, não prevê uma forma clara de compensação ou monetização dos saldos credores após a extinção do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS. E a saída, segundo especialistas, poderá ser a judicialização.

O levantamento do Banco Fiscal foi realizado com base nas demonstrações financeiras publicadas pelas 20 empresas até 31 de dezembro. Ambos os setores, segundo Luis Wulff, um dos autores do estudo, acumulam, via de regra, saldos credores de **tributos** a recuperar "em função de seus modelos de negócio".

Empresas do agronegócio e do varejo, entre outros, costumam acumular muitos créditos. Isso acontece especialmente com as que são preponderantemente exportadoras.

Elas obtêm créditos na compra de insumos para a produção e, como são desoneradas de **tributos** na saída (venda) dos produtos do país, não têm como usar tudo para abater os **tributos** a pagar.

Atualmente, os créditos de PIS e Cofins, que são contribuições destinadas à União, podem ser usados na quitação de quaisquer **tributos** federais. O efeito do acúmulo de saldo credor do ICMS é mais grave porque a compensação só é permitida com o próprio imposto estadual.

Além disso, como cada Estado tem autonomia para cobrar o ICMS de um jeito, é comum que empresas com muitas transações interestaduais tenham mais dificuldade para usar esses créditos, que acabam se acumulando.

Juntas, as companhias do agronegócio destacadas pelo levantamento do Banco Fiscal - JBS, Ambev, Marfrig, Cargill, Copersucar, BRF, Raízen, Suzano,

Cosan e Coamo - têm pouco mais de R\$ 38 bilhões a receber em créditos tributários, em função do "grande volume de exportações". Dessa quantia, R\$ 23,6 bilhões dizem respeito a **impostos** federais e R\$ 14,3 bilhões a **impostos** estaduais. O total representa 3,44% da receita líquida anual das dez companhias, mas individualmente pode ultrapassar 10%. A Ambev foi classificada como agronegócio pelo volume de matéria-prima que usa como insumo.

Já as dez varejistas analisadas são Carrefour, Assaí, Magazine Luiza, Via Varejo, Drogasil, Lojas Americanas, Mateus, BIG, Pão de Açúcar e Lojas Renner, cujos créditos somam quase R\$ 33 bilhões. Desse total, R\$ 11,8 bilhões são créditos com a União e R\$ 21 bilhões com os Estados.

O montante completo equivale a 8,96% da receita líquida anual das dez empresas, mas, nos casos mais extremos, alcançam 22%.

É esperado um impacto positivo da reforma sobre o resultado das empresas em geral em razão da simplificação decorrente da unificação do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Para substituir esses cinco **tributos** serão criados o IBS e a CBS - respectivamente, o Imposto e a Contribuição sobre Bens e Serviços.

Especificamente em relação aos créditos fiscais, a previsão da **reforma tributária** é a não cumulatividade ampla, o que quer dizer, na prática, que todo gasto vai gerar crédito de IBS ou CBS. Esses créditos serão homologados e ressarcidos pelo Fisco ou usados em compensação tributária - cuja gestão será do Conselho Federativo.

O governo espera que essa simplificação reduza a litigiosidade.

"O grosso do litígio que existe hoje em relação aos **tributos** sobre bens e serviços certamente vai deixar de existir com a **reforma tributária** porque o que se discute é o que dá créditos de ICMS, PIS e Cofins e, no novo sistema, tudo vai dar crédito", afirmou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em entrevista concedida a analistas da XP na quinta-feira.

Uma regra de transição da reforma estabelece que,

durante 2026, quando for cobrado 0,1% a título de IBS e 0,9% de CBS-para se verificar o potencial de arrecadação dos novos **tributos** -, os créditos antigos poderão ser usados para abater débitos dos novos **tributos**. Se a empresa não conseguir compensar, eles poderão ser ressarcidos em até 60 dias (artigo 124, parágrafo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT).

Contudo, quando o PIS e a Cofins forem extintos, em 2027, e o ICMS, em 2033, por exemplo, companhias - como as do agronegócio e varejo - ainda poderão ter um alto volume de créditos acumulados. Para mudar esse cenário, serão necessárias alterações no texto atual ou que esse problema seja tratado em legislação complementar.

Não há, no texto atual, regra específica para a empresa que ainda tiver saldo de créditos de PIS/Cofins no fim de 2026. "Se nem o Senado, nem lei complementar criarem regras para essa situação, ou a **Receita Federal** aceitar a compensação com base nas regras atuais, ou haverá litígio", diz Anderson Trautman, sócio do Souto Correa Advogados.

Para Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, não haveria problema em não existir uma previsão mais detalhada para o saldo credor de PIS e Cofins na transição para a CBS. "Já existem mecanismos para isso", afirma ele.

Camila Galvão, sócia do escritório Machado Meyer Advogados, diz, porém, que não é possível saber como a **Receita Federal** vai interpretar a questão. "Em último caso, as empresas poderão procurar a Justiça." Presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais, Isac Falcão espera que o aproveitamento dos créditos seja regulado em lei complementar. "É importante que a sociedade se faça presente no debate dessa lei, que impacta o patrimônio público", diz ele, acrescentando que mudanças na **legislação tributária** sem a resolução de problemas como esse deixam para o Judiciário uma tarefa que nas democracias deve caber à lei.

Em relação ao saldo credor de ICMS existente no fim de 2032, a reforma dispõe que serão homologados pelos Estados e o Conselho Federativo definirá a compensação (artigo 133 do ADCT), que deverá ser feita em 20 anos (240 meses).

Contudo, há empresas que, após esses 240 meses, ainda poderão ter créditos acumulados.

Outras temem ser obrigadas a usar esse saldo credor em 240 parcelas, o que traria um forte impacto para a caixa delas, segundo alerta Renata Emery, sócia do TozziniFreire.

"Sem esses esclarecimentos via lei complementar, isso poderá vir a gerar um novo contencioso", diz.

André Passos Cordeiro, presidente- executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), considera esse prazo de 20 anos inviável. "Esse prazo precisa ser menor porque o saldo credor é um fator decisivo para nossa competitividade, já que importar não gera acúmulo de créditos", afirma.

A **reforma tributária** também prevê que, de 2033 em diante, passará a incidir o IPCA como índice de correção dos créditos do ICMS - o que hoje em dia não existe e poderá imprimir celeridade na homologação e na compensação. "O problema é que tem empresa com um caminhão de créditos e essa correção do saldo credor só começará daqui dez anos", afirma Renata.

Para o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) Jorge Gonçalves Filho, alguns ajustes são necessários. Ele diz que o ideal seria um prazo de 120 meses para a compensação de créditos e que a correção fosse feita pela Selic, "um índice mais adequado aos balanços financeiros das empresas".

Uma previsão de compensação do saldo de PIS/Cofins com a CBS também é sugerida por ele.

Em nota, a Magazine Luiza destaca que vários aspectos da reforma proposta ainda deverão ser regulamentados por lei complementar e que, de forma geral, as mudanças devem ser benéficas para o setor varejista. E afirma acreditar que haverá tempo para a compensação dos créditos.

Procuradas pelo Valor, as demais empresas não deram retorno até o fechamento da edição ou optaram por não se posicionar.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Reforma pode impactar uso de créditos fiscais

Ribeiro trabalhará com Braga na reforma

Relator da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) deve acompanhar de perto a tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) no Senado. Aliados dizem que ele será uma espécie de "braço auxiliar" do relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), enquanto o texto estiver sob apreciação da Casa comandada por Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O objetivo, segundo fontes, é evitar "um superesvaziamento" da PEC e garantir que a conclusão da análise pelas duas Casas ocorra o quanto antes - a avaliação é que, quanto mais alinhados estiverem Câmara e Senado, mais cedo a proposta será promulgada.

Nesse trabalho conjunto, os parlamentares também pretendem mapear os focos de resistência e identificar ofensivas da classe política e de setores por mudanças no projeto.

Segundo apurou o Valor, há uma leitura de que eventuais concessões podem ser feitas para Estados e municípios, mas que é preciso redobrar atenções para monitorar as articulações de setores por mudanças no texto.

Fontes pontuam que, caso as críticas de setores sejam consideradas "injustificadas", é preciso confrontá-las para evitar uma "enxurrada de concessões que estimulem outros setores a pedirem mudanças".

Apesar da demonstração de que há abertura para manter o diálogo aberto com governadores e prefeitos, interlocutores de Ribeiro ponderam que os entes federativos foram contemplados com diversas mudanças ao longo da tramitação do projeto na Câmara.

Por isso, eles seriam atendidos apenas caso a aprovação do texto estivesse em risco no Senado se um novo ajuste não fosse feito por Braga em seu parecer.

"Governadores foram determinantes na fase final das articulações pela aprovação da reforma na Câmara. Por isso, há a disposição em manter o canal de diálogo aberto. Entendemos, porém, que eles já foram bem atendidos e que dificilmente trarão algum novo foco de resistência que possa colocar o avanço da matéria em risco", disse um aliado de Ribeiro ao Valor.

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que o alinhamento entre as Casas irá contribuir para a proposta andar no Congresso.

"Esse alinhamento certamente contribuirá para que a reforma avance no Congresso e que o Brasil tenha, o mais rápido possível, um modelo tributário simplificado e moderno", postou o presidente do Senado em sua conta no Twitter.

Além de Ribeiro, Braga deve contar com outro reforço durante a tramitação da reforma no Senado.

Na semana passada, o emedebista procurou o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para pedir apoio técnico da instituição enquanto o texto avança na Casa.

Além da contribuição técnica, a participação de Dantas nos esforços pela **reforma tributária** é vista por aliados como uma oportunidade de prestigiar o ministro no momento em que ele aparece como cotado para assumir a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) que se abrirá com a aposentadoria da ministra Rosa Weber.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Ribeiro trabalhará com Braga na reforma

Reforma tributária deve ser "comemorada", diz economista

A aprovação do texto-base da **reforma tributária** pela Câmara dos Deputados deve ser comemorada.

Mas algumas linhas da proposta ainda podem ser aprimoradas.

Essa é a visão do professor Aloisio Araujo, da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas e do Instituto de Matemática Aplicada (Impa).

Em entrevista ao Valor, Araujo defendeu a inclusão de mais setores no chamado "imposto seletivo", novo tributo que deve abarcar segmentos que provocam danos à saúde e ao ambiente. Além das indústrias de cigarros e álcool, Araujo defende incluir nessa lista alimentos ultraprocessados, bebidas açucaradas e automóveis.

Ele admitiu que a inclusão da área automobilística é um ponto polêmico, mas entende que aqueles que fazem lobby em prol de não taxar o setor, cujo produto principal tem uso intensivo de combustíveis fósseis, fazem "lobby ruim". Outra recomendação do acadêmico é em relação ao escopo de isenções. Para alguns setores ou finalidades específicas, a reforma cria regimes diferenciados em relação às regras gerais, com possibilidade, por exemplo, de alíquota zerada ou com redução de 60%. Para ele, a abrangência das isenções foi muito ampla.

Para Araujo, mesmo com a necessidade de alguns ajustes, a aprovação da reforma conduzirá, indiscutivelmente, a "ganhos enormes" no setor empresarial, com impacto favorável para a economia. A seguir os principais pontos da entrevista: Valor: O que o senhor achou do texto-base da **reforma tributária**?

Alguma coisa ficou de fora?

Aloisio Araujo: Eu achei excelente que foi aprovado [na Câmara dos Deputados]. Eu vou ser o último a dizer, depois de tantos anos de demora, que não devia ter sido aprovado. Muitos avanços já tinham sido feitos, no que é possível fazer. Nunca vai se conseguir uma coisa perfeita. São extremamente complexas. Mas fiquei muito contente. Acho que foi muito importante a habilidade política [para aprovação do texto] do Fernando Haddad [ministro da Fazenda].

Valor: O que foi aprovado pode ajudar o setor empresarial a acessar mais mercados?

Araujo: Sim. Era muito prejudicial, por exemplo, para a indústria.

Ninguém exporta imposto.

Mas, no Brasil era tão confuso.

Países levavam o Brasil à corte internacional achando que se estaria dando subsídio. Mas na verdade estava se tirando imposto.

Valor: O que achou da proposta de criação de fundos, com recursos da União, para o desenvolvimento regional e para compensar possíveis perdas de arrecadação estaduais?

Araujo: É a melhor política industrial que o governo federal pode fazer: utilização de recursos federais para ajudar a passar a reforma.

Porque vai beneficiar mais a indústria, com ganhos de produtividade generalizados. Todo o mote principal da reforma é também permitir que a indústria seja menos taxada.

Valor: Vários empresários reclamavam, antes da reforma, do chamado efeito cascata de **tributos**, de um mesmo produto ser taxado em diferentes estágios de produção...

Araujo: Sim. Todos já sabiam que era melhor fazer Imposto sobre Valor Adicionado, um IVA, o que foi feito, uma taxaçoão muito melhor. Taxar valor adicionado é muito melhor do que taxar em cascata. É muito melhor você taxar no destino e não na origem, senão tem competição tributária predatória [entre Estados]. São grandes os ganhos que essa reforma traz. Vai se unificar com o IVA a legislação dos **impostos** estaduais.

Mas os efeitos dessa reforma serão múltiplos.

Valor: Em que sentido?

Araujo: Se a carga tributária da empresa for muito elevada e essa empresa não tiver crédito tributário,

então para ela pode ser difícil pagar. Pode haver uma reorganização de empresas, em várias direções [após a reforma]. Para o Simples, por exemplo. Pode ser que algumas empresas migrem para o Simples porque vão ter tratamento tributário diferenciado.

Mas uma empresa grande não cabe dentro do Simples. E [um outro exemplo de reorganização de empresas] é que pode haver perdas de possíveis ganhos de produtividade com essa reforma.

Valor: Por quê?

Araujo: Por causa da eficiência locativa. Muitas vezes a empresa se instalou em determinado Estado porque o governo deu benefício tributário. Essa chamada "guerra fiscal" desaparece [e também o benefício].

A empresa não vai ter mais a mesma vantagem que tinha quando instalou a fábrica].

Valor: Que arestas podem ser aparadas ainda na reforma?

Araujo: Creio que tem que se ver para reduzir um pouco essa alíquota padrão, que eu acho que vai ficar muito elevada [ainda a ser definida, mas estimada em até 30%]. Mas nada disso impede a validade da reforma, e a excelência dessa reforma.

Valor: E como possíveis arestas no texto poderiam ser aparadas?

Araujo: Uma parte no Senado [apreciação do texto-base da **reforma tributária** no Senado]. Mas estou falando de coisas do que pode melhorar. Então essa alíquota base pode ficar muito alta. Ela pode ser reduzida bastante com "**impostos** seletivos" [aplicados em determinados produtos], na reforma. Na minha visão, especificamente, é que o "imposto seletivo" tem que vir mais robusto. Tem uma certa divergência, têm grupos que vão se defender, como cigarros e álcool [previstos na taxaçoão do "imposto seletivo" da reforma].

Valor: Por que o senhor acha que precisa vir mais robusto?

Araujo: Porque permite se diminuir a alíquota básica, que pode estar em 27%, 28%. Ninguém sabe ao certo, entre 25% e 30%.

Valor: E quais setores poderiam ser contemplados com o "imposto seletivo", além dos que já foram mencionados?

Araujo: Por exemplo, o de alimentos ultraprocessados. Tem um lobby muito grande contra.

Tem lobby bom e tem lobby ruim. Mas lobby que não quer taxar ultraprocessados é ruim. Porque faz mal à saúde. Tem sal, tem elementos cancerígenos. Bebidas açucaradas também. E eu sou a favor de taxar automóvel. Ninguém fala em taxar automóvel.

Valor: Há a ideia de sobretaxar produtos nocivos ao ambiente e à saúde com o novo imposto seletivo.

Automóveis que usam combustíveis fósseis poderiam ser inclusos então?

Araujo: Eu acho que automóveis poderiam entrar. Eu acho que tem de fazer um imposto seletivo forte.

Valor: Se tivermos aumento muito grande do escopo do imposto seletivo, não poderia ser um freio em segmentos industriais potentes, dentro da indústria brasileira?

Araujo: Não. O que eu acho é que a reforma já traz mais clareza [para o setor industrial], porque não teremos mais os **impostos** em cascatas. Não teremos mais taxaçoão na origem e sim no destino, então não vai se colocar indústria em locais que não deveria estar [para receber benefício fiscal estadual].

Eu não estou falando para fazer [imposto seletivo] em toda a indústria. Não vai taxar tudo, pelo contrário. É minha perspectiva pessoal: automóveis têm um custo muito grande [de gastos públicos]. Tem externalidades, construção de viadutos, estradas.

Você poderia estar fazendo outros tipos de investimentos nas cidades.

Eu sei que esse ponto é polêmico, mas é minha posição. Mas tem que ser um imposto seletivo robusto, porque vai ajudar na redução [da alíquota padrão] e, assim, ajudar a indústria.

Valor: Então com a robustez maior do imposto seletivo isso permitiria ter uma redução da alíquota padrão? Uma medida compensaria a outra?

Araujo: Sim.

Valor: Em linhas gerais, quais seriam os ganhos da reforma?

Araujo: Os ganhos são muitos.

Só essa simplificação tributária [extinção de cinco **impostos** e criação do Imposto sobre Valor Agregado dual], de forma direta, se teria gastos menores com advogados [nas empresas, para lidar com **impostos**]. Uma legislação mais clara. Mas pode ser que, durante

o período de transição, esses gastos até aumentem.

Valor: Por quê?

Araujo: Porque teríamos dois sistemas [o atual, e o que será implementado com a reforma]. [As regras da reforma] vão começar em 2026 e transição até 2033. Eu defendia uma coisa mais paulatina também. Mas não tão longa. É preciso sim que as empresas tenham período de adaptação, mas eu defendia um tempo mais curto [de transição].

Valor: Voltando a falar sobre suas recomendações. Como poderiam ser inclusos mais setores no "imposto seletivo", por exemplo?

Araujo: Por lei complementar.

Que vai definir alíquotas, vai definir o imposto seletivo. E outra coisa que poderia mudar seria o número de isenções [regimes tributários diferenciados em relação às regras gerais].

Valor: Por quê?

Araujo: Porque o número de isenções foi muito amplo. O custo também faz aumentar a alíquota básica. Seria bom que isso fosse corrigido [redução de número de isenções] no Senado.

Valor: Mesmo com a necessidade, em sua visão, de alguns ajustes, no caso dessa reforma, podemos dizer que a aprovação foi uma vitória?

Araujo: Foi espetacular. Eu sou fã [da **reforma tributária**], comemorei.

Temos muito o que comemorar.

Mas não dá para ficar só abrindo garrafa de champanhe. Porque tem que passar pelo Senado, tem que fazer algumas correções. Reequilibrar algumas coisas. Não é uma crítica a essa lei [da **reforma tributária**]. Mas acho que teremos ganhos maiores ainda, se fizer algumas coisas complementares.

Reforma tributária pode ter impacto em créditos fiscais das companhias

Com a **reforma tributária**, as empresas podem ter dificuldades para receber parte dos créditos fiscais a que têm direito e usados para quitar **tributos**. Só as dez maiores companhias do agronegócio e as dez do varejo têm, em conjunto, R\$ 70,1 bilhões acumulados, segundo estudo da holding Banco Fiscal.

Para especialistas, é esperado impacto geral muito positivo da reforma nos resultados das empresas com a simplificação e com a unificação do PIS/Cofins, ICMS, IPI e ISS. A preocupação em relação aos créditos fiscais ocorre porque o texto, aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado, ainda deixa dúvidas e não prevê de forma clara o uso do saldo credor remanescente desses créditos, após a extinção dos cinco **tributos** e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual.

Uma regra de transição da reforma estabelece que, durante 2026, quando for cobrado 0,1% a título de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e 0,9% de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), os créditos antigos poderão abater os débitos dos novos **tributos**. Contudo, quando o PIS/Cofins for extinto, em 2027, e o ICMS, em 2033, as empresas - principalmente as exportadoras - ainda poderão ter volume alto de créditos acumulados. Para mudar esse cenário, serão necessárias alterações no texto atual ou que a questão seja tratada por futura lei complementar.

Pelo texto encaminhado ao Senado, não há norma para as empresas com saldo de PIS/Cofins no fim de 2026. Para o ICMS, o prazo de compensação de créditos gerados, até 2032, será de até 20 anos. "Senado nem lei complementar criarem regras para essa situação específica, ou a **Receita Federal** aceitará a compensação com base nas regras atuais, ou haverá litígio", diz o tributarista Anderson Trautman.

O presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, afirma que ajustes são necessários, e o prazo do ICMS seria um deles. Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, espera que a questão seja regulada por lei e que isso evite judicializações. Página E1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Reforma tributária pode ter impacto em créditos fiscais das

companhias